

Energisa S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa S/A (“Energisa” ou “Companhia”), com sede em Cataguases, estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto cujo objetivo social principal é a participação no capital de outras empresas, além da prestação de serviços administrativos às suas controladas distribuidoras de energia elétrica e demais controladas.

A Energisa possui o direito de explorar, indiretamente concessões e/ou autorizações de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Distribuidoras de energia elétrica	Data da concessão	Data de vencimento
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“EMG”)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (“ENF”)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (“ESS”)	07/07/2015	07/07/2045
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (“ETO”)	28/06/1999	30/01/2020
Energisa Sergipe Distribuidora de Energia S/A (“ESE”)	23/12/1997	23/12/2027
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia (“EMT”)	11/12/1997	11/12/2027
Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (“EMS”)	04/12/1997	04/12/2027
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (“EBO”)	04/02/2000	04/02/2030
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“EPB”)	21/03/2001	21/03/2031

Transmissão de energia elétrica (em construção)	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento
LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, CD e ampliação da SE Rio Verde Norte	Goiás	11/08/2017	11/08/2047
LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia C1 e C2, CD e SE 230/138 kV Santana do Araguaia	Pará	11/08/2017	11/08/2047

Geração (projetos)	Usina	Localidade	Data da outorga de autorização	Data de vencimento da outorga
Complexo Parque Eólico Sobradinho:				
EOL Alecrim	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Umbuzeiro Muquim	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Mandacaru	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050
EOL Boa Esperança	Eólica	Bahia	01/09/2015	01/09/2050

Comercializadora de energia elétrica	Localidade	Data de autorização
Energisa Comercializadora de Energia Ltda (“ECOM”)	Rio de Janeiro	21/03/2006

Outros Serviços	Natureza
Energisa Soluções S/A (“ESOL”)	Operação, manutenção e serviços correlatos à geração e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques.
Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”)	Construção, operação, manutenção e serviços correlatos a geração e distribuição de energia elétrica, tele atendimento e atendimento pessoal de consumidores de energia elétrica.
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”)	Serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

As controladas EMG, ENF, ESS, tiveram seus contratos de concessões vencidos em 07 de julho de 2015 para os quais foram assinados em dezembro de 2015 termos aditivos aos contratos de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. Os aditivos foram formalizados de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu das controladas atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com os novos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão das controladas até 2045, o direito de imobilização a receber registrado como ativo financeiro até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida, limitado ao novo prazo de concessão.

Para data base 31 de dezembro de 2017, as controladas atingiram seus indicadores.

Os contratos de concessão (distribuição, geração e transmissão), contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

1

As obrigações das concessionárias, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

Distribuição de energia elétrica:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") alterações em posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas Energia - MME. Os Contratos de Concessão das controladas Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A ("EMG"), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A ("ENF"), Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A ("ESS") (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A ("CAIUÁ"), Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A ("EDEV") e Empresa Elétrica Bragantina S/A ("EEB") e Companhia Força e Luz do Oeste ("CFLO"), vencidos em julho/2015, foram renovados pelo Poder Concedente (Ministério de Minas Energia - MME) por mais 30 anos, ou seja, até julho/2045. Em dezembro de 2015, os aditivos de prorrogação aos contratos foram assinados.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão e receita de construção estão apresentados nas notas explicativas nº 11, 12, 16, 19 e 31, respectivamente.

Agrupamento de áreas de concessão

As áreas de concessão previstas nos Contratos de Concessão para Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica n.ºs. 12/1999, 13/1999, 14/1999, 16/1999 e 22/1999, titularizados respectivamente, pela Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB, pela Caiuá Distribuição de Energia S.A. - Caiuá, pela Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S.A. - EDEVP, pela Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE e pela Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO foram agrupadas a partir de 01 de julho de 2017, em uma única empresa, conforme Resolução Autorizativa da ANEEL nº 6.318 de 25 de abril de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2017 foi aprovada a incorporação pela Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (nova denominação da Caiuá Distribuição de Energia S/A ("CAIUUA")) das empresas Companhia Nacional de Energia Elétrica ("CNEE"), Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S/A ("EDEVP"), Empresa Elétrica Bragantina S/A ("EEB") e Companhia Força e Luz do Oeste ("CFLO"), de forma que a nova área de concessão será explorada, através do Sexto Aditivo do contrato de concessão 13/1999 pela Energisa Sul-Sudeste (ESS).

Tal operação tinha por finalidade, em atendimento à regulamentação vigente, obter sinergia nos processos para melhorar, ainda mais, os serviços prestados aos consumidores por meio da integração dos sistemas utilizados e está inserida em um projeto de simplificação da estrutura societária do Grupo Energisa, devendo resultar em redução de custos de natureza operacional, administrativa e financeira e conferirá maior eficiência gerencial e organizacional do Grupo Energisa.

Após a unificação, a controlada ESS atenderá 739 mil clientes em uma área de cobertura de pouco mais de 30 mil km², que envolve 82 municípios nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Para tanto, a nova Concessionária permanecerá com 1,4 mil colaboradores, que hoje já compõem o quadro das cinco distribuidoras.

Por fim, para a concretização da operação, o patrimônio líquido das empresas EDEVP, EEB, CNEE, e CFLO foram avaliados na data base de 31 de maio de 2017, com base no valor contábil, pelos montantes de R\$141.800, R\$101.434, R\$80.782 e R\$17.726, respectivamente, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação, emitidos por peritos avaliadores.

O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

	EDEVP	EEB	CNEE	CFLO	Total
Caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras	52.315	46.561	53.296	21.326	173.498
Consumidores e concessionárias	63.993	49.495	24.756	13.681	151.925
Tributos a recuperar	15.127	40.529	11.387	12.541	79.584
Créditos tributários	21.827	11.502	6.020	5.478	44.827
Ativos financeiros setoriais	4.861	5.216	12.197	5.559	27.833
Cauções e depósitos vinculados	13.570	4.229	2.939	127	20.865
Contas a receber da concessão	5.256	8.394	5.895	1.548	21.093
Outros ativos	25.756	18.046	13.878	8.749	66.429
Intangível	119.526	158.967	98.370	26.368	403.231
Fornecedores	27.872	38.581	33.450	10.240	110.143
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida	36.192	81.839	42.522	40.053	200.606
Tributos e contribuições sociais	47.226	40.502	27.072	6.175	120.975
Passivos financeiros setoriais	28.350	31.623	15.315	2.821	78.109
Instrumentos financeiros derivativos	-	18.503	-	6.403	24.906
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	5.251	3.245	1.998	499	10.993
Encargos setoriais	16.934	15.930	10.912	4.761	48.537
Outras contas a pagar	18.606	11.282	16.687	6.699	53.274
Acervo líquido	141.800	101.434	80.782	17.726	341.742

Os saldos de valores a receber e a pagar entre as empresas foram eliminados no processo de incorporação.

As operações de incorporação realizadas pelas Distribuidoras em 30 de junho de 2017 não trouxe qualquer ganho ou perda ao patrimônio da Energisa.

Geração de energia elétrica:

A Energisa possui projetos de instalação de parque eólico, localizado no Estado da Bahia, uma pequena central de geração de energia hidrelétrica em Nova Friburgo (RJ) e projetos de geração solar.

Além desses projetos, a controlada EMT possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de 3 usinas termelétricas, com as respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 1 usina termelétrica para atendimento de sistemas isolado, a principal atividade da controlada EMT é a distribuição de energia elétrica. Desta forma, a administração da controlada EMT considera a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação dos ativos da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

As obrigações previstas nas autorizações/concessões da ANEEL para exploração da geração de energia são como segue:

- I - Operar Usina termelétrica;
- II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição;
- III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração;
- IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas;
- V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações da PCH, do projeto Eólico e Solar em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração do ativo de geração;
- VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; e
- VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário.

Transmissão de energia elétrica:

A Energisa foi vencedora de dois lotes do Leilão de Transmissão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), adquirindo as concessões das linhas de Goiás (lote 3) e do Pará (lote 26), em um investimento total de R\$625.085. O Leilão de Transmissão aconteceu no dia 24 de abril de 2017, na Bovespa, em São Paulo. Segundo a ANEEL, o prazo para entrada em operação comercial da linha em Goiás é agosto de 2021 e a do Pará, em fevereiro de 2022. A Energisa deverá realizar o licenciamento e contratação de todas as obras para a operação dos empreendimentos buscando antecipar estes prazos.

Lote 3 - composto por instalações que ficam no estado de Goiás, incluindo a linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte. Os investimentos previstos no empreendimento somam R\$295.294 e o prazo para a realização das obras é de 48 meses. A linha fica próxima ao Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde ficam duas das empresas do Grupo Energisa.

Lote 26 - ficará no estado do Pará, em uma área localizada quase na divisa com Tocantins e Mato Grosso. O lote consiste em Linha de Transmissão 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia. Os investimentos previstos montam em R\$329.791 e o prazo para a realização das obras é de 54 meses. Esta obra é importante para concluir os reforços da região do Baixo Araguaia do Mato Grosso, que é a fronteira agrícola mais dinâmica do Estado.

Comercialização de energia elétrica:

A comercialização de energia elétrica e serviços correlatos, a proposição de soluções integradas com objetivos de racionalizar custos são realizados através da controlada Energisa Comercializadora de Energia Ltda ("ECOM"), que também participa no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Serviços:

A Energisa, através de suas controladas direta e indireta Energisa Soluções S/A (“ESOL”) e Multi Energisa Serviços S/A (“MULTI”), presta serviços de operação, manutenção e serviços correlatos à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, comissionamento, pré-operação, operação remota e local, e também manutenção eletromecânica de usinas, subestações, linhas de transmissão e parques eólicos. A controlada Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (“ESER”) presta serviços Aéreos na qualidade de prospecção - modalidade SAE, principalmente em apoio às empresas que exploram linhas de alta tensão, oleodutos e de obras de engenharia de reflorestamento.

Recuperação judicial de controladas

Em 26 de novembro de 2012 as controladas Rede Energia Participações S/A (“REDE”) publicou fato relevante informando que ajuizara pedido de Recuperação Judicial (“RJ”). Na mesma data, foram ajuizados, os pedidos de RJ da Companhia Técnica de Comercialização de Energia (“CTCE”), da QMRA Participações S/A. (“QMRA”), da Empresa de Eletricidade Vale Parapanema S/A. (“EEVP”) e da Denerge Desenvolvimento Energético S/A. (“Denerge”).

Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra esta decisão alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Apesar de pendente o julgamento desta Apelação, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

A posição em 31 de dezembro de 2017 do saldo remanescente das dívidas habilitadas na Recuperação Judicial é a seguinte:

Descrição	Rede Energia	Denerge	CTCE	Total
= Saldos 2015	139.513	244.230	42.036	425.779
(+) Atualização (1)	11.410	43.267	3.559	58.236
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	11.414	2.919	3.169	17.502
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(6.980)	(28.842)	(1.013)	(36.835)
= Saldos em 2016	155.357	261.574	47.751	464.682
(+) Atualização (1)	11.481	29.941	3.485	44.907
Reversão de provisão ajuste a valor presente (1) e (2)	17.857	2.821	3.992	24.670
(-) Liquidação/Cessão de Créditos (3)	(4.456)	(21.885)	(961)	(27.302)
= Saldos em 2017	180.239	272.451	54.267	506.957

- (1) Ajustes realizados na rubrica de outras receitas financeiras na demonstração de resultado da REDE, Denerge e CTCE. Na Energisa esses valores foram registrados no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.
- (2) Ajustes a Valor Presente: refere-se ao valor de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas REDE, Denerge e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 15,19% a.a., que a Companhia considera como a taxa de retorno adequada para a realização dos créditos. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representava adequadamente o custo de capital na data de aquisição das empresas.
- (3) Os pagamentos previstos no plano de recuperação judicial foram iniciados a partir de 11 de abril de 2014. Durante o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017, foram liquidados diretamente pela Energisa cerca R\$64.137 (R\$11.436 dívida da controlada Rede Energia, R\$50.727 dívida da controlada Denerge S/A e R\$1.974 dívida da controlada indireta CTCE).

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 14 de março de 2018.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) Instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas incluem Clientes, consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada), Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Créditos tributários, Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, Custo de energia elétrica comprada para revenda - consolidado, Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos e Benefícios a empregados.

3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: períodos anuais com início em ou após
CPC48/IFRS 9	Instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2018
CPC47/IFRS 15	Receitas de Contratos com clientes	1º de janeiro de 2018
Esclarecimentos à IFRS 15	Receitas de Contrato com Cliente emitida em 12 de abril de 2016.	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC 10 (R1)/IFRS 2	Pagamentos baseados em ações	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC11/IFRS 4	Aplicação do IFRS 9 Instrumentos financeiros com o IFRS 4 Classificação dos contratos	1º de janeiro de 2018
Alterações ao CPC28/IAS 40	Transferências de propriedade de investimentos	1º de janeiro de 2018
IFRS 16	Leases (Arrendamentos)	1º de janeiro de 2019
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2021
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Joint Venture	Adiado indefinidamente

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Os principais impactos da adoção das novas normas e interpretações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018 são os seguintes:

(i) IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros:

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de hedge.

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade de hedge, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas.

A Companhia e suas controladas planejam adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, A Companhia e suas controladas realizaram uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis que pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia e suas controladas em 2018, quando a Companhia e suas controladas passarão a adotar a IFRS 9.

(a) Classificação e mensuração

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabelece três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI) e ao valor justo por meio do resultado (VJR), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Para os passivos financeiros, não há alterações significativas em relação aos critérios atuais, exceto pelo reconhecimento de alterações no risco de crédito próprio (OCI) para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(b) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 introduz um novo modelo de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, ou seja, o modelo de perda de crédito esperado, que substitui o modelo utilizado de perda incorrida. A Companhia e suas controladas aplicarão a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos. Desta forma, a aplicação dos novos requisitos pode levar a uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na conta clientes, consumidores e concessionárias. Esta nova forma de reconhecimento exigirá um julgamento sobre as mudanças em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de créditos. A avaliação inicial efetuada pela Companhia não indica alterações relevantes na provisão para perdas por redução ao valor de recuperação dos seus principais ativos financeiros em função da adoção do IFRS 9.

(c) Contabilidade de hedge

De acordo com a prática atual, uma cobertura deve ser altamente efetiva, prospectiva e retrospectiva, enquanto a IFRS 9 vem introduzir um modelo novo e menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco. O novo modelo altera os critérios de comprovação de relacionamentos de hedge.

Divulgação: a IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

Transição: as mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: - A Companhia irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

(ii) IFRS 15/CPC 47 Receita de Contratos com Clientes:

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS.

A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas optaram por adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo modificado. Desta forma, a aplicação deste pronunciamento terão seus impactos refletidos a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia e suas controladas realizaram uma análise detalhada de suas receitas e não identificaram circunstâncias que indicassem que a adoção do IFRS15/CPC47, causará efeitos significativos em suas demonstrações financeiras.

(a) Receita de distribuição de energia elétrica

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita com fornecimento de energia elétrica pelo valor justo da contraprestação no momento em que é faturada, com base no consumo medido multiplicado pela tarifa vigente. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas, distribuidoras de energia elétrica, estimam e reconhecem a receita não faturada com base da data efetiva de medição e o encerramento do mês.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é improvável, a Companhia deve avaliar se estas receitas serão reconhecidas líquidas das perdas estimadas. Com base na avaliação realizada pela Companhia e suas controladas não há impacto de perdas estimadas a ser considerado.

As controladas, distribuidoras de energia elétrica, são avaliadas pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes, entre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecido aos consumidores que compreende a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade coletivos, DEC e FEC, e os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional. De acordo com a IFRS 15, a receita deve ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, são classificados pela norma como contraprestação variável. As penalidades que representam ressarcimento aos clientes, ou seja, DIC, FIC e DMIC deverão ser contabilizadas como redutoras da receita de fornecimento de energia e não mais como despesa operacional. Com base na avaliação da Companhia, esse impacto não é relevante.

(b) Receita de Disponibilidade do sistema de transmissão e distribuição da rede elétrica

Essa receita é constituída pelos custos da rede de distribuição e a remuneração da Companhia pela prestação do serviço aos consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(c) Receita de subvenções governamentais

A receita de subvenções governamentais é composta pelo subsídio fornecido pelo governo para consumidores enquadrados como baixa renda e pela Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, que visa o custeio dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(d) Receita de construção da infraestrutura

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor.

Com base em sua avaliação, a Companhia e suas controladas não esperam que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(e) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros (CVA - ativa e passiva) corresponde as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(f) Receita de comercialização e liquidação de energia

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é liquidado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

A receita referente a comercialização de energia elétrica realizada pela controlada ECOM a clientes livres é registrada pelo valor justo da contraprestação, conforme contratos firmados.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(g) Receita de uso mútuo de redes e postes

Essa receita é oriunda dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. Sobre esta receita é aplicado um fator de compartilhamento com o consumidor, em montante igual a 60%, incorporado às tarifas como redutor de receita. Para empresas submetidas aos novos aditivos dos contratos de concessão esse fator redutor é realizado anualmente, a cada reajuste tarifário, e para empresas submetidas aos antigos contratos de concessão, esse fator redutor é calculado sobre a média anual dos últimos 3 anos e aplicado a cada processo de revisão tarifária em intervalos de 4 ou 5 anos.

Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(h) Receita de serviços especializados

A Receita de Serviços Especializados é referente a prestação dos serviços de planejamento e execução de obras de infraestrutura elétrica, assim como serviços de soluções de operação de PCH - Pequenas Centrais Hidrelétrica. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(i) Ativo financeiro indenizável da concessão

A receita de atualização reconhecida pelas distribuidoras e transmissoras de energia elétrica é reconhecida a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

(iii) IFRS 16 Leases (Arrendamentos):

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os

arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Em 2018 a Companhia e suas controladas planejam avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras consolidadas. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento. A natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento será modificada, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 16.

Transição: Como arrendatária, a Companhia e suas controladas poderão aplicar a norma utilizando uma: - Abordagem retrospectiva; ou - Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais. A Companhia e suas controladas pretendem aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção da IFRS 16 será reconhecido como um ajuste ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

(iv) Outras alterações: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que segue:

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016;
- Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40);
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento. - IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda;
- Transações em moeda estrangeira e adiantamento. Com relação à IFRIC 23;
- Incerteza sobre tratamentos de imposto de renda, análise com maior profundidade será realizada para identificar impactos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.2 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo;

- b. Instrumentos financeiros e atividades de hedge** - Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação - mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento - mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis - são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda - são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados nas categorias anteriores;

Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo:

Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A classificação e os valores justos dos instrumentos financeiros estão apresentados na nota explicativa nº 37.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalente de caixa; aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados, clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, créditos com partes relacionadas, contas a receber da concessão, ativo financeiro setorial e instrumentos financeiros derivativos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, débitos com partes relacionadas, parcelamento de impostos, taxas regulamentares, passivos financeiros setoriais e instrumentos financeiros derivativos.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, exceto os derivativos que são mensurados pelo valor justo.

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia e suas controladas documentam a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia e suas controladas documentam se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 37, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

“Hedge” de valor justo: “hedge” de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado. Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do “hedge accounting” é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas cancelam a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir desta data;

- c. Clientes, consumidores e concessionárias** - englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras;

- d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - constituída em bases consideradas suficientes para fazer

face as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em conta os critérios estabelecidos pela ANEEL e práticas da Companhia;

- e. **Estoques** - os estoques estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- f. **Contas a receber da concessão** - representa a parcela do capital investido na infraestrutura pelas controladas, distribuidoras de energia elétrica, não amortizada no período da concessão, a ser indenizada ao final da concessão;

Com a publicação da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, foi confirmada a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição pelo Poder Concedente para pagamento de indenização dos ativos não amortizados no vencimento da concessão. As controladas, distribuidoras de energia elétrica, possuem o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho. A classificação está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

Desde 31 de dezembro de 2012 as controladas, distribuidoras de energia elétrica passaram a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM, alterado para IPCA a partir do exercício de 2016.

Em dezembro de 2015 por ter sido concluído o processo de renovação da concessão, por mais 30 anos a contar de 07 de julho de 2015, as controladas EMG, ENF, ESS, (atual denominação da Caiuá) e as empresas CNEE, EDEVP, EEB e CFLO que foram incorporadas pela ESS, efetuaram novos cálculos do ativo financeiro, transferindo para o intangível o saldo correspondente aos bens vinculados a concessão que serão amortizados com base no prazo de vida útil do bem a que esta vinculado.

As controladas reconhecem a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, uma expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº16;

- g. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber das controladas sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão. Considerando-se que os contratos de concessão das controladas estão atualizados em dezembro de 2014, para inclusão da base de indenização dos saldos remanescentes de diferenças temporárias entre os valores homologados e incluídos nas tarifas vigentes e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência, e considerando a orientação técnica OCPC-08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade), as controladas passaram a ter um direito ou obrigação incondicional de receber ou entregar caixa ou outro instrumento financeiro ao Poder Concedente e, portanto, passou a registrar os valores dentro de seus respectivos períodos de competência. Esses ativos e passivos estão detalhados na nota explicativa nº 12;
- h. **Investimentos** - os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras individuais, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço. Os demais investimentos estão contabilizados ao custo de aquisição, líquido da provisão para perdas, quando aplicável;

i. **Combinação de negócios** - As participações acionárias adquiridas, são avaliadas pelo valor justo dos ativos e passivos detidos pelas entidades objeto do negócio e as diferenças para o valor pago são classificados como: (i) intangível (*goodwill*) quando o valor pago superar o valor justo dos ativos e passivos; (ii) resultado do exercício (compra vantajosa) quando o valor pago é inferior ao valor justo dos ativos e passivos. O *goodwill* referente a entidades sob o regime de concessão e/ou autorização de exploração econômica por prazo determinado, são amortizados no prazo de exploração.

j. **Imobilizado** - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização (nota explicativa nº 18).

k. **Arrendamento mercantil** - os bens adquiridos por meio de contrato de arrendamento mercantil financeiro, estão reconhecidos como ativo imobilizado e intangível, sendo depreciados e amortizados pelas taxas praticadas pela Companhia e controladas, de acordo com a natureza de cada bem. Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, são reconhecidos como financiamentos no passivo circulante ou no passivo não circulante com base no valor presente das prestações a pagar. A diferença entre o valor presente e o valor das prestações é apropriada na demonstração do resultado como despesa financeira. Os arrendamentos de imóveis rurais contratados para a construção, instalação, das Usinas Eólicas, foram reconhecidos diretamente como custo do projeto a entrada em operação e a partir desta data está sendo registrados em outras despesas operacionais na demonstração do resultado.

l. **Intangível** - (i) contrato de concessão: representa a infraestrutura operada pelas controladas na prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. A amortização está baseada no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão; (ii) direito de uso de concessão: pagos nas aquisições do controle acionário das controladas distribuidoras de energia elétrica. A amortização está sendo realizada pelo prazo de concessão das controladas, ou seja, Energisa SE em 30 anos, a partir de dezembro de 1997; Energisa PB, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000, Energisa BO em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; Empresas adquiridas em 11 de abril de 2014: EMT em 30 anos vencendo em 10 de dezembro de 2027, EMS em 30 anos vencendo em 04 de dezembro de 2027 e ETO em 20 anos vencendo em 30 de janeiro de 2020; (iii) mais valia dos bens tangíveis (empresas adquiridas em 11 de abril de 2014) a amortização é realizada com base no prazo de vida útil do bem, limitado ao prazo de concessão.

m. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

n. **Redução a valor recuperável**

Ativo financeiro:

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o atraso ou não pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido a Companhia e suas controladas sobre condições que não as mesmas consideradas em outras transações da mesma natureza; (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas e os juros dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado e refletidos em conta de provisão contra recebíveis, quando perdas, e reversão de desconto, quando juros. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As alterações nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável, atribuíveis ao método dos juros efetivo, são reconhecidos no resultado financeiro.

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia e de suas controladas, revisam o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ágio:** teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

. **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia e suas controladas neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia e de suas controladas, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia e das controladas, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia e das controladas.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia e das controladas não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2017 e 2016, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- o. Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva;

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

- p. Derivativos** - A Companhia e as controladas detêm instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras (controladas) e de taxa de juros (Companhia e controladas). Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 37.

- q. Imposto de renda e contribuição social** - A despesa e receita com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda corrente e diferidos. O imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Nas controladas do segmento de geração o imposto de renda e a contribuição social foram calculados pelo regime de tributação do lucro presumido.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A entidade tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável;

- r. **Incentivos fiscais SUDENE/SUDAM** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos pelas controladas localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a reserva de lucros específica, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 15).
- s. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- t. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- u. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação;
- v. **Resultado** - as receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As controladas, concessionárias de energia elétrica, contabilizam receitas e custos durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos e, portanto, atribui para essa atividade margem zero;
- w. **Benefícios a empregados** - Plano de suplementação de aposentadoria e pensão e outros benefícios pós emprego- A Companhia e suas controladas patrocinam fundos de pensão pós emprego, plano de complementação de aposentadoria e assistência médica. A obrigação líquida da Companhia e suas controladas quanto aos planos de benefícios previdenciários nas modalidades Benefício Definido (BD) e Contribuição Definida (CD) é calculada para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores, descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e de suas controladas e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano na redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano. Um benefício econômico está disponível se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

A Companhia e suas controladas patrocinam, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuem contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes diretamente no patrimônio líquido;

- x. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/ encargos incorridos até a data do balanço;
- y. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada

pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

- z. Ativos disponíveis para venda** - A entidade deve classificar um ativo não circulante como mantido para venda se o seu valor contábil vai ser recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso, a sua venda deve ser altamente provável, seu valor contábil vai ser recuperado. Os ativos ou grupos de ativos devem classificar todos os ativos e passivos como mantidos para venda quando os critérios estabelecidos estiverem presentes. A Companhia deve apresentar e divulgar informação que permita que seja avaliado os efeitos financeiros das operações descontinuadas e das baixas de ativos não circulantes mantidos para venda. A Companhia reclassificou os ativos e passivos para ativos e passivos disponíveis para venda circulantes e as operações descontinuadas estão demonstradas na demonstração do resultado do exercício.

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Energisa e das controladas:

	Ramo de atividade	% de participação	
		2017	2016
Controladas diretas			
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG) (2)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A (ENF)	Distribuição de energia	100	100
Energisa Soluções S/A (ESO) (3)	Serviços de geração e distribuição de energia	100	100
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S/A (ESER)	Inspeção termográfica aérea	100	99,99
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA)	Corretagem de seguros	100	100
Energisa Comercializadora Ltda. (ECOM)	Comercialização de energia	100	100
Parque Eólico Sobradinho Ltda (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Usina Maurício S/A (GUM)	Geração de energia elétrica	100	99,99
Energisa Geração Central Solar Coremas S/A (1)	Geração solar de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Boa Esperança S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Eólica Mandacaru S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Central Eólica Alecrim S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro -Muquim S/A (1)	Geração eólica de energia	100	100
Energisa Geração de Energia S/A	Holding de instituição não financeira	100	100
FIM Zona da Mata	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Caixa FI Energisa	Fundo de Investimento exclusivo	100	100
Dinâmica Direitos Creditórios	Securitização de créditos	100	100
Alvorada Direitos Creditórios (7)	Securitização de créditos	-	100
Denerge Desenvolvimento Energético S/A (4)	Holding	99,97	99,97
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A (1)	Transmissão de energia	100	-
Energisa Góias Transmissora de Energia I S/A (1)	Transmissão de energia	100	-
Energisa Empreendimentos de Energia I (1)	Geração e transmissão de energia	100	-
Energisa Empreendimentos de Energia II (1)	Geração e transmissão de energia	100	-
Controladas indiretas			
Empresa Energética Vale Paranapanema S/A - EEVP	Holding	99,99	99,99
Rede Energia Participações S.A (2)	Holding	96,28	96,21
Rede Power do Brasil S/A	Holding	96,18	96,18
QMRA Participações S/A	Holding	96,18	96,18
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A (2)	Distribuição de energia	66,6	66,6
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A (2) (6)	Distribuição de energia	99,93	99,93
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	Distribuição de energia	76,67	76,67
Companhia Força e Luz do Oeste (5)	Distribuição de energia	-	98,3
Empresa Elétrica Bragantina S/A (5)	Distribuição de energia	-	95,85
Companhia Nacional de Energia Elétrica (5)	Distribuição de energia	-	98,7
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A (5)	Distribuição de energia	-	100
Multi Energisa Serviços S/A	Serviços	99,9	99,9
Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A	Serviços	100	100
Energisa Sul - Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (5)	Distribuição de energia	98,99	100

(1) Em fase pré-operacional.

(2) Companhias Abertas.

- (3) Empresa que possui 99,99% de participação no capital da Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, constituída em novembro de 2013.
- (4) Empresa holding - detém o controle acionário das Companhias EEVP e Rede Energia Participações S/A que por sua vez controla, EMT, EMS, ETO, ESS, Multi Energisa Serviços S/A, Vale do Vacaria Açúcar e Alcool S/A, Rede Power do Brasil S/A e QMRA Participações S/A.
- (5) Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2017, foi aprovada as incorporações societárias pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A (nova denominação de Caiuá - Distribuição de Energia S/A) da EBB, EDEVP, CNEE e CFLO, (vide nota explicativa nº1).
- (6) A Rede Power do Brasil S/A é controlada pela Rede Energia Participações S.A. e possui 35,92% de participação na EMS.
- (7) Empresa incorporada pela Dinâmica Direitos Creditórios em dezembro de 2017.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. Informações por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam nos segmentos econômicos de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização e na prestação de serviços de manutenção e operação de empreendimentos de geração e distribuição de energia elétrica. Resumem-se a seguir as operações por segmento:

a) Informações sobre segmentos

	2017					
	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	12.840.237	341	15.008	747.531	34.037	13.637.154
Receitas Intersegmentos	-	-	-	-	279.605	279.605
Total	12.840.237	341	15.008	747.531	313.642	13.916.759
Receitas Financeiras	672.149	5	-	2.819	273.835	948.808
Despesas Financeiras	(1.049.630)	(12)	(322)	(4.359)	(532.488)	(1.586.811)
Total	(377.481)	(7)	(322)	(1.540)	(258.653)	(638.003)
Depreciação e amortização	773.623	37	(1)	28	33.988	807.675
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	836.526	(78)	(1.343)	26.781	(254.996)	606.890

	2016				
	Distribuição	Geração	Comercialização	Serviços	Total
Receitas Externas	11.322.921	332	440.365	47.077	11.810.695
Receitas Intersegmentos	-	-	-	189.597	189.597
Total	11.322.921	332	440.365	236.674	12.000.292
Receitas Financeiras	629.329	49	4.196	242.793	876.367
Despesas Financeiras	(1.089.601)	(6)	(7.405)	(551.854)	(1.648.866)
Total	(460.272)	43	(3.209)	(309.061)	(772.499)
Depreciação e amortização	672.761	32	50	30.802	703.645
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	609.659	(112)	(861)	(264.606)	344.080

	Distribuição	Geração	Transmissão	Comercialização	Serviços	2017	2016
Ativos dos segmentos divulgáveis	19.762.698	5.155	16.960	151.865	3.457.123	23.393.801	20.071.908
Ativo circulante	5.995.354	378	53	146.250	1.071.331	7.213.366	6.396.156
Ativo não circulante	13.767.344	4.777	16.907	5.615	2.385.792	16.180.435	13.675.752
Passivos dos segmentos divulgáveis	13.113.069	190	1.912	134.033	5.360.075	18.609.279	15.298.867
Passivo circulante	5.155.103	183	568	129.269	574.954	5.860.077	5.060.390
Passivo não circulante	7.957.966	7	1.344	4.764	4.785.121	12.749.202	10.238.477

b) Conciliação de receitas, lucros, ativos e passivos por segmento

	2017	2016
Receita		
Receita líquida total de segmentos divulgáveis	13.916.759	12.000.292
Eliminação de receitas intersegmentos	(279.605)	(189.597)
Receita líquida consolidada	13.637.154	11.810.695
Depreciação e amortização		
Depreciação e amortização total de segmentos divulgáveis	807.675	703.645
Depreciação e amortização consolidada	807.675	703.645
Receita financeira		
Receita financeira total de segmentos divulgáveis	948.808	876.367
Eliminação de receitas intersegmentos	(165.095)	(142.524)
Receita financeira consolidada	783.713	733.843
Despesa financeira		
Despesa financeira total de segmentos divulgáveis	(1.586.811)	(1.648.866)
Eliminação de despesa intersegmentos	165.095	142.524
Despesa financeira consolidada	(1.421.716)	(1.506.342)
Lucros		
Total de lucros dos segmentos divulgáveis	606.890	344.080
Lucro antes dos impostos	606.890	344.080

	2017	2016
Ativo		
Ativo total dos segmentos divulgáveis	23.393.801	20.071.908
Outros valores não alocados	(1.345.338)	(49.088)
Total Ativo consolidado	22.048.463	20.022.820
Passivo		
Passivo total dos segmentos divulgáveis	18.609.279	15.298.867
Outros valores não alocados	(1.345.445)	(49.088)
Total passivo consolidado	17.263.834	15.249.779

6. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

6.1. Caixa e equivalentes de caixa (avaliados ao valor justo por meio de resultado)

A carteira de aplicações financeiras é constituída por CDBs, Operações Compromissadas e Debêntures. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 equivale a 95,38% do CDI (100,70% do CDI em 2016).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e depósitos bancários à vista	522	731	87.119	81.817
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	133.884	41.147	834.362	715.383
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	914	3.494	63.800	474.400
Compromissada	132.970	37.653	770.562	240.983
Total de caixa e equivalentes de caixa - Circulante	134.406	41.878	921.481	797.200

6.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 equivale a 107,89% do CDI (108,83% do CDI em 2016).

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
1) Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	1.910.911	797.525	1.887.061	1.894.108
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	16.263	41.272	24.498	129.573
Certificado de Depósito Bancário Garantias Comerciais (CDB) ⁽¹⁾	-	-	10.041	6.264
Compromissada ⁽²⁾	28	46	14.599	644
Debêntures ⁽³⁾	1.479.608	298.142	229.708	298.142
Fundos de Investimentos ⁽⁴⁾	104.123	149.642	571.385	273.849
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽⁵⁾	291.581	208.015	915.693	994.610
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	6.201	20.045	15.238	68.420
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	2.301	1.077	5.656	8.397
Debêntures	66.358	21.202	163.054	165.270
Compromissadas	6.309	1.347	15.503	10.496
Títulos públicos	1.186	15.127	18.616	32.685
Fundo de Crédito	-	4.063	-	31.670
Fundo de Renda Fixa	95.233	27.931	234.003	217.727
Letra financeira do Tesouro (LFT)	31.411	8.513	101.452	66.363
Letra financeira (LF)	81.406	108.373	359.281	390.956
Letra financeira subordinada (LFS)	1.176	337	2.890	2.626
Títulos CCBs ⁽⁶⁾	75.114	78.781	75.114	78.781
(-) Provisão para perdas com os títulos CCBs ⁽⁶⁾	(55.806)	(78.781)	(55.806)	(78.781)
Nota Promissória ⁽⁷⁾	-	100.408	-	100.408
Outros instrumentos	-	-	302	314
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁸⁾	-	-	101.527	90.304
2) Mantidas até o vencimento	-	-	9.729	9.648
Fundos de Investimentos em direitos creditórios ⁽⁸⁾	-	-	9.729	9.648
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽⁹⁾	1.910.911	797.525	1.896.790	1.903.756
Circulante	660.798	797.525	1.758.953	1.765.232
Não Circulante	1.250.113	-	137.837	138.524

⁽¹⁾ Certificado de Depósito Bancário (CDB) - Garantias Comerciais - São aplicações referentes aos recursos vinculados às garantias comerciais de clientes, conforme contrato de venda de energia. Os recursos do mesmo montante foram reconhecidos em contrapartida na rubrica do passivo circulante e são remunerados de 99,0% a 100,0% e media ponderada 99,09% do CDI;

⁽²⁾ Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas de 50,0% a 100,50% e média ponderada 93,66% do CDI e estão lastreadas em debêntures;

⁽³⁾ Debêntures (partes relacionadas) - (i) inclui debêntures que são títulos de créditos privados de emissão da controlada indireta EMT no montante de R\$229.708 (R\$298.142 em 2016), que podem ser negociados no mercado secundário, possuem liquidez imediata e são remuneradas pelo CDI + 2,28% a.a., com vencimento em 15/05/2021;

(ii) em 19 de julho de 2017 as controladas emitiram debêntures correspondentes a 2ª emissão, todas de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas em 19 de julho de 2017, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Série.

(iii) em 31 de outubro de 2017 as controladas emitiram debêntures em moeda corrente com vencimento em 15/08/2022 e remuneração de IPCA mais 4,4485% ao ano para a 1ª Série, com vencimento 15/08/2024 e remuneração de IPCA mais 4.7110% ao ano para a 2ª Série, com vencimento 15/08/2027 e remuneração de IPCA mais 5,1074% ao ano para a 3ª Série e com vencimento 15/08/2022 e remuneração de 107,75% do CDI para a 4ª Série.

Os recursos capitados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

A totalidade da emissão das debêntures adquiridas pela controladora Energisa, resultando em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$1.249.900, conforme segue:

Controladas	Emissão em 19/07/2017	Emissão em 31/10/2017	Total (*)
ESE	18.400	99.189	117.589
EMG	16.546	50.607	67.153
EMT	161.448	146.758	308.206
EPB	29.916	161.940	191.856
ESS	84.866	119.432	204.298
EMS	-	149.796	149.796
ETO	78.414	132.588	211.002
Total	389.590	860.310	1.249.900

(*) O montante de R\$1.249.900 foi eliminado no consolidado.

⁽⁴⁾ Fundos de Investimentos - Inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 56,8% a 152,67% e média ponderada de 109,9% do CDI;

⁽⁵⁾ Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDBs, Debêntures, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, Fundos de Crédito, Títulos, LFT, LFS, LF, são remuneradas de 102,47% do CDI Fundo FI Energisa e 104,94% do CDI Fundo Zona da Mata;

⁽⁶⁾ Títulos CCB's - a Companhia detém títulos mobiliários emitidos ou por cujo pagamento é responsável empresa não ligada que requereu recuperação judicial. Como o Plano de Recuperação Judicial somente foi aprovado em abril de 2017, e de forma conservadora, foi constituída provisão de desvalorização dos Créditos da ordem de R\$55.806 (R\$78.781 em 2016). No exercício findo de 31 de dezembro de 2017 foram revertidas R\$851 da provisão correspondente ao recebimento de parte do valor, e R\$21.947 que em face da aprovação do processo de Recuperação judicial da emissora dos títulos CCBs referente aos créditos titulados em concursal e extraconcursal, foram valorados a Valor Presente, possibilitou a Companhia a revisar a provisão de desvalorização dos Créditos anteriormente constituída, tendo contabilizado em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício;

⁽⁷⁾ Notas Promissória de 1ª série e 2ª série (partes relacionadas) - emitidas pela controlada ETO com vencimentos em 21/12/2018 e 21/12/2019, possuem liquidez imediata e são remuneradas pelo CDI + 1,85% a.a. e 1,95% a.a., respectivamente, resgatadas em novembro de 2017.

⁽⁸⁾ Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados IV Energisa Centro Oeste - FIDC com vencimento em 01/10/2034 e Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 29/12/2020, respectivamente; e

⁽⁹⁾ Inclui R\$16.340 (R\$14.888 em 2016) na controladora e R\$194.770 (R\$216.924 em 2016) no consolidado referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

7. Clientes, consumidores e concessionárias

Englobam, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

	Controladora		Consolidado							Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa (7)	Total	
			Saldos a vencer		Saldos vencidos							
	2017	2016	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias	2017		2016	
Valores correntes: (1)												
Residencial	-	-	278.697	6	286.233	34.715	6.780	3.443	(44.938)	564.936	501.534	
Industrial	-	-	137.601	-	24.564	3.516	3.227	29.221	(29.221)	168.908	151.447	
Comercial	-	-	217.829	-	71.879	10.054	7.799	18.690	(26.489)	299.762	264.524	
Rural	-	-	75.787	-	41.132	7.223	969	1.440	(1.440)	125.111	97.750	
Poder público	-	-	71.524	-	18.796	2.043	1.805	8.642	(8.642)	94.168	87.362	
Iluminação pública	-	-	29.333	-	4.505	668	265	3.837	(3.837)	34.771	34.591	
Serviço público	-	-	39.860	-	6.050	2.838	4.343	91.013	(91.013)	53.091	55.793	
Serviço taxado			468	-	389	162	28	21	(21)	1.047	-	
Fornecimento não faturado	-	-	478.111	-	-	-	-	-	-	478.111	449.980	
Arrecadação Processo Classificação	-	-	71.711	-	-	-	-	-	-	71.711	45.124	
Valores renegociados:												
Residencial	-	-	17.026	34.426	9.741	4.350	4.811	34.888	(56.679)	48.563	52.577	
Industrial	-	-	7.174	12.516	3.292	1.482	1.274	15.852	(23.486)	18.104	18.368	
Comercial	-	-	13.323	50.847	3.646	1.716	3.099	13.029	(23.827)	61.833	53.279	
Rural	-	-	3.795	8.465	1.583	592	475	2.836	(7.055)	10.691	7.000	
Poder público (2)	-	-	17.698	238.638	3.933	727	673	56.997	(29.075)	289.591	153.062	
Iluminação pública	-	-	2.251	20.143	212	-	17	285	(285)	22.623	12.989	
Serviço público	-	-	1.549	4.848	107	35	71	549	(1.061)	6.098	8.916	
Serviço taxado	-	-	28	58	18	10	1	-	-	115	-	
(-) Ajuste valor Presente (3)	-	-	(1.535)	(59.648)	-	-	-	-	-	(61.183)	(84.169)	
Subtotal-clientes	-	-	1.462.230	310.299	476.080	70.131	35.637	280.743	(347.069)	2.288.051	1.910.127	
Suprimento Energia - Moeda Nacional (4)	-	-	89.825	-	812	-	-	34.589	(2.770)	122.456	189.726	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	3.786	-	-	-	-	-	-	3.786	3.933	
Serviços Especializados (8)	34.280	5.989	6.891	-	298	1.979	2.160	2.406	(2.406)	11.328	15.787	
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	12.201	-	-	-	-	-	-	12.201	12.201	
Outros (6)	-	-	111.008	838	37.709	23.157	24.413	105.802	(21.728)	281.199	92.540	
Total	34.280	5.989	1.685.941	311.137	514.899	95.267	62.210	423.540	(373.973)	2.719.021	2.224.314	
Circulante	34.280	5.989								2.246.232	1.990.788	
Não Circulante	-	-								472.789	233.526	

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 entre a controlada EMT, a Prefeitura Municipal de Cuiabá e com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica no montante de R\$86.592, líquido de juros, correção monetária e multas, que esta sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 30 de setembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão (abril/2042). A controlada indireta EMT, reverteu no terceiro trimestre de 2016 toda provisão anteriormente constituída do mesmo montante, e constituiu provisão para ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de R\$13.228 contabilizado na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI 6,99% a.a.

A controlada Energisa SE celebrou em 19 de dezembro de 2017 acordo judicial com a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), referente as contas de energia elétrica referente ao período de janeiro/1994 a novembro/1997 no montante de R\$13.369 vencidas a partir de dezembro/1997 (valores históricos). O acordo prevê que a dívida ora renegociada é de R\$100.000, que serão recebidas em duas parcelas de igual valor com vencimentos em dezembro de 2019 e 2020. Sobre os valores incidirão juros com aplicação das variações da taxa Selic.

No resultado do exercício consolidado foi reconhecido o montante de R\$87.769 na rubrica variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida em receita financeira, referente a atualização monetária do saldo, tendo sido revertido toda provisão anteriormente constituída no montante de R\$13.369. Por último, constituiu provisão para ajuste a valor presente sobre a dívida no montante de

R\$19.527, contabilizado na demonstração de resultado do exercício na rubrica de outras despesas financeiras no consolidado, calculado pela aplicação da taxa anual de CDI + 2% ao ano.

Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.

- (3) Ajuste a valor presente: calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 6,99% a.a. (13,63% a.a. em 2016). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações.
- (4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo de suprimento energia - moeda nacional no consolidado, em 31 de dezembro de 2017, refere-se ao registro dos valores da comercialização de energia elétrica no âmbito da CCEE no montante de R\$125.226 (R\$132.469 em 2016). Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante (nota explicativa 20), no montante de R\$298.133 (R\$108.102 em 2016), decorre da aquisição de energia elétrica e dos encargos de serviços de sistema conforme demonstrado a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	Consolidado	
	2017	2016
Saldos a vencer	89.825	74.986
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002 ^(a)	34.589	21.906
Créditos vencidos ^(b)	812	35.577
Sub-total créditos CCEE	125.226	132.469
(-) Aquisição de energia na CCEE	(286.417)	(83.650)
(-) Encargos de serviços do sistema	(11.716)	(24.452)
Total (débitos) créditos CCEE	172.907	24.367

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

(a) Os valores da energia de curto prazo, que se encontram vinculados a liminares, podem estar sujeitos à alteração dependendo de decisões dos processos judiciais em andamento movidos por determinadas empresas do setor, tendo em vista diferentes interpretações das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados. As controladas ESE, EMG, ENF e ESS não constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entenderem que os valores serão integralmente recebidos, quer seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente, quer seja de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

(b) Créditos vencidos:

Inclui RGE SUL (anteriormente denominada AES SUL) - R\$13.921

As controladas EMG, ESE, EPB, EBO e ENF, ajuizaram ações de cobrança contra os credores que não liquidaram a aquisição de energia na CCEE e no MAE, desde 2002 para os quais constituíram provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Em 12 de outubro de 2016 transitou em julgado a decisão em ação monitória movida pela controlada EMG (que representava as demais controladas) contra a RGE SUL, que depositou em juízo o valor da condenação, e motivou o reconhecimento do ativo a receber devidamente atualizado, bem como da reversão de parte da provisão. Em 29/03/2017 foi recebido o montante de R\$14.951.

CCEE - R\$812 (R\$35.577 em 2016)

Em 31 de dezembro de 2017, as controlada EBO, possui valores a receber junto a CCEE referente ao período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016, devidamente atualizados monetariamente, cujo repasse ainda não foi realizado pela CCEE. A expectativa de recebimento é no primeiro trimestre de 2018.

- (5) Redução de uso do sistema de distribuição: Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.270 de 03 de abril de 2012, foi concedido a controlada indireta EMT valores provenientes de perda financeira dos descontos concedidos na TUSD. Os valores objetivam recompor a receita da controlada referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R\$12.201 (R\$12.201 em 2016), suspenso por liminares, tem-se o mesmo valor registrado em contrapartida na rubrica outras contas a pagar no passivo não circulante no consolidado.
- (6) ICMS - as controladas EMT, ETO, EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$162.134 (R\$59.130 em 2016), registrado no ativo não circulante, referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres incidentes sobre a demanda de energia, suspenso por liminares em contrapartida possui o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante no consolidado além de incluir, serviços taxados e outros valores a receber de consumidores.
- (7) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos do contas a receber de clientes, consumidores e

concessionárias e se baseiam nas instruções da ANEEL e práticas adotadas pela Companhia, a seguir resumidas:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber do consumidor, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

Instruções da Aneel

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.

Práticas da Companhia

- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas há mais de 90 dias - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Para as classes Serviço Público, Poder Público e Iluminação Pública: as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, e e ESS avaliam individualmente os casos de créditos em cobrança judicial com sentença com transitado em julgado favoravelmente ou que possua título de precatório, considerando que, nesses casos a realização do crédito é líquida e certa. Para todos os demais créditos de clientes públicos vencidos há mais de 360 dias é reconhecida a perda estimada no valor recuperável.

Segue movimentação das provisões:

Movimentação das provisões	2017	2016
Saldo inicial - circulante - 2016 e 2015	353.151	464.581
Provisões constituídas no exercício (*)	110.248	25.353
Reversão de provisão constituída no exercício-Outras despesas financeiras	-	(35.524)
Baixa de contas de energia elétrica - incobráveis	(75.374)	(101.259)
Saldo final - circulante - 2017 e 2016	388.025	353.151
Alocação:		
Clientes, consumidores e concessionárias	373.973	344.068
Títulos de créditos a receber	2.387	3.900
Outros créditos	11.665	5.183

- (*) As reversões de provisões ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, basicamente refere-se a liquidação de processos de recebimentos de faturas de energia elétrica junto a Prefeitura Municipal de Cuiabá, da renegociação da dívida da Companhia de Saneamento da Capital (Sanecap) e, dos títulos precatórios, que segue:

- (i) A controlada EMT reverteu no 3º trimestre de 2016 toda provisão anteriormente constituída de R\$89.592 referente a renegociação efetuada com a Companhia de Saneamento da Capital de Cuiabá (SANECAP).
- (ii) Em 17 de junho de 2016, a controlada EMT assinou a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada EMT e o Município de Cuiabá/MT. A controlada possuía provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$35.524, revertida para a rubrica de outras despesas financeiras por corresponder aos valores de multas, juros e correção monetária.
- (iii) A controlada EMT renegociou outros débitos de fornecimento de energia elétrica de Iluminação Pública e de outros órgãos Municipais no montante de R\$10.021 já contemplando a redução de juros, multas e 95% de correção monetária, tendo sido recebido totalmente em 31 de dezembro de 2016.

- (8) O saldo da conta de Serviços especializados na controladora, inclui valores referentes à Serviços prestados a Centrais Elétricas de Rondônia no montante de R\$304 (R\$46 em 2016). Em 31 de dezembro de 2017 o motante de R\$33.976 (R\$5.943 em 2016) refere-se a transações com partes relacionadas divulgado na nota explicativa no 14.

8. Títulos de créditos a receber

	Controladora	Consolidado	
	2017	2017	2016
Processo execução de precatórios PM de Cuiabá (a)	-	21.042	25.320
Títulos de créditos a receber (b)	3.048	49.286	31.155
Ajuste a valor presente (a e b)	-	(24.095)	(24.610)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.387)	(3.900)
	3.048	43.846	27.965
Circulante	1.167	19.940	9.661
Não circulante	1.881	23.906	18.304

(a) Títulos precatórios:

Ação de Execução (processo nº 383/2001 - 3ª Vara de Fazenda Pública - Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT.

Em 17 de junho de 2016, foi assinada a petição na Central de Conciliação de Precatórios, do precatório requisitório nº 13.699/2004, resultou em acordo entre a controlada indireta EMT e o Município de Cuiabá/MT, pelo qual foi fixado crédito a ser pago, de forma parcelada, no valor original do precatório requisitório de R\$28.320, que está sendo recebido em 66 parcelas fixas de R\$500, corrigidos pela taxa de 0,5% ao mês, e a última parcela, de nº 67, no valor de R\$183. Foram recebidas 06 parcelas em 2016 e 13 em 2017, totalizando em parcelas quitadas o valor de R\$9.500.

A controlada EMT, constituiu provisão para ajuste a valor presente no valor de R\$711 (R\$1.977 em 2016) utilizando-se a taxa média anual do CDI de 6,99% ao ano (13,63% em 2016), registrados em outras despesas financeiras no consolidado.

(b) Títulos de créditos a receber:

. Em 2017 a Energisa S/A, possui R\$3.048 de títulos a receber junto a Raizen do Brasil que serão liquidados em 36 parcelas com valor mensal de R\$85, com incidência de juros mensais equivalentes ao CDI.

. A controlada indireta ESS, adquiriu em 2003, créditos de origem não tributária decorrentes da condenação da União Federal em ação indenizatória, com finalidade de compensação de impostos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado. Os referidos créditos estão sob discussão judicial, em ação judicial movida pela detentora do crédito contra a União Federal. A controlada indireta ingressou nesta ação com pedido de assistência o que foi indeferido pelo Juiz de Primeira Instância por fundamentos de ordem meramente processual. Contra a referida decisão, foi apresentado recurso, que aguarda apreciação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a adesão ao Parcelamento Excepcional - PAEX, nos termos da Medida Provisória nº 303/2006, em 15/12/2006, a controlada ESS desistiu da compensação tributária dos referidos créditos e mantém a discussão judicial, com a finalidade de ver reconhecido seu direito ao crédito. A recuperação do crédito depende do sucesso da referida ação judicial, sendo considerado possível o êxito da ação pelos assessores jurídicos da Companhia. A Administração reconheceu provisão para perdas no valor recuperável desse ativo, registrada como redutora na rubrica títulos de créditos a receber no consolidado no montante de R\$21.400 (R\$21.400 em 2016) e na rubrica de ajuste a valor presente o montante de R\$22.633 (R\$22.633 em 2016).

. A controlada indireta ETO no exercício de 2017 registrou o montante de R\$15.208, cujo detalhamento dos títulos abaixo é como segue:

- (1) R\$11.859 refere-se a títulos precatórios de Prefeituras, que após condenação judicial definitiva dos devedores houve a expedição dos precatórios, conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Todos os processos tiveram instrução processual finalizada, transitada em julgado, por consequência os precatórios foram formados são como segue:

Prefeituras	2017
ARAGUAINA	1.427
ARAGUATINS	541
PALMEIRÓPOLIS	97
PARAÍSO	3.478
SILVANÓPOLIS	186
TAGUATINGA	6.130
Total	11.859

- (2) R\$3.349 - refere-se a créditos de contas de energia elétrica vencidas e não pagas, decorrentes de ação de cobrança ajuizada contra o devedor Itafós Mineração S/A, julgada procedente e transitada em julgado, sendo que os créditos foram integralmente habilitados nos autos do Processo de Recuperação Extrajudicial da devedora nº 0000459-40.2016.827.2709, homologado em 29 de agosto de 2016, e tramita perante a 1ª Vara Cível de Arraias - TO.

A Administração constituiu provisão de ajuste a valor presente sobre os títulos de crédito a receber no valor de R\$751 registrados em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

Em 2017, os vencimentos dos títulos de créditos são:

Títulos vencidos	Controladora	Consolidado(*)
	2017	2017
Vencidos	-	8.093
2018	610	12.659
2019	1.219	8.530
2020	1.219	9.300
2020 em diante	-	7.651
Total	3.048	46.233

(*) Apresentado líquido do ajuste a valor presente.

9. Dividendos a receber

Segue demonstrativo de dividendos a receber das controladas:

Dividendos a receber	Controladora	
	2017	2016
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	1.525	1.852
Rede Energia Participações S/A	7.809	11.295
Denerge Desenvolvimento Energético S/A	5.954	13.947
Energisa Minas Gerais Distribuidora de Energia S/A	-	1.043
Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S/A	1.289	2.208
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	4.237	862
Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda.	298	1.086
Dinâmica Direitos Creditórios	10	-
Total - Ativo Circulante	21.122	32.293

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	206.363	200.017
Imposto de renda retido fonte - IRRF	14.180	11.541	17.105	29.801
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	53.217	38.665	350.673	291.072
Contribuição social sobre o lucro - CSSL	4.043	3.549	85.406	57.788
Contribuições ao PIS e a COFINS	880	320	104.033	107.007
Outros	52	1	35.670	33.574
	72.372	54.076	799.250	719.259
Circulante	29.502	32.477	575.826	485.838
Não circulante	42.870	21.599	223.424	233.421

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

11. Reajustes, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios - consolidado

11.1 Reajustes tarifários:

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas das controladas foram reajustadas conforme segue:

Distribuidoras	Resolução Homologatória	Efeito médio a ser percebido pelos consumidores (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	2,13%	12/07/2017
CFLO (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-0,60%	12/07/2017
CNEE (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	5,52%	12/07/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-1,46%	12/07/2017
EEB (*)	Resolução 2.271, de 11/07/2017	-10,32%	12/07/2017
EMG	Resolução 2.254, de 13/06/2017	0,76%	22/06/2017
EBO	Resolução 2.019, de 02/02/2016	6,91%	04/02/2016
EMS	Resolução 2.215, de 04/04/2017	-1,92%	08/04/2017
EMT	Resolução 2.216, de 04/04/2017	-2,10%	08/04/2017
ENF	Resolução 2.253, de 13/06/2017	-4,32%	22/06/2017
EPB	Resolução 2.126, de 23/08/2016	5,13%	28/08/2016
ETO	Resolução 2.262, de 27/06/2017	6,02%	04/07/2017
ESE	Resolução 2.224, de 18/04/2017	9,29%	22/04/2017

(*) Em 30 de junho de 2017 a ESS (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A (“CAIUÁ”), incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB. A ANEEL através Resolução Autorizativa nº 6.318 e Resolução Homologatória 2.271, de 11 de Junho de 2017, aprovou o primeiro índice de reajuste tarifário da Energisa Sul Sudeste, que passou a ter uma tarifa única, sendo que, dado que as distribuidoras anteriormente possuíam tarifas distintas, o efeito médio percebido pelos consumidores da nova concessão agrupada neste primeiro ano foi diferenciado.

11.2 Revisões tarifárias:

As revisões tarifárias periódicas das controladas ocorrem: (i) a cada quatro anos na EBO, EPB e ETO, e (ii) a cada cinco anos na ESE, EMT, EMS, EMG, ENF e ESS (*).

Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado das concessionárias, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. As Concessionárias também podem solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Resumem-se, a seguir, as revisões tarifárias em vigor:

Distribuidoras	Ato ANEEL	Efeito médio para o consumidor (%)	Vigência (início)
ESS (*)	Resolução 2.071, de 03/05/2016	-0,94%	10/05/2016
CFLO (*)	Resolução 2.095, de 21/06/2016	-16,48%	29/06/2016
CNEE (*)	Resolução 2.073, de 03/05/2016	-0,37%	10/05/2016
EBO	Resolução 2.200, de 31/01/2017	0,43%	04/02/2017
EDEVP (*)	Resolução 2.072, de 03/05/2016	1,69%	10/05/2016
EEB (*)	Resolução 2.074, de 03/05/2016	1,84%	10/05/2016
EMG	Resolução 2.092, de 21/06/2016	2,16%	22/06/2016
EMS	Resolução 1.505, de 05/04/2013	-3,17%	08/04/2013
EMT	Resolução 1.506, de 05/04/2013	-0,04%	08/04/2013
ENF	Resolução 2.091, de 21/06/2016	8,86%	22/06/2016
EPB	Resolução 2.291, de 22/08/2017	14,55%	28/08/2017
ESE	Resolução 1.513, de 16/04/2013	4,08%	22/04/2013
ETO	Resolução 2.105, de 28/06/2016	12,81%	04/07/2016

(*) Em 30 de junho de 2017 a CAIUÁ, atualmente denominada ESS incorporou a CFLO, CNEE, EDEVP e EEB.

11.3 Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

Bandeira Tarifária Verde;

Bandeira Tarifária Amarela;

Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;

A Bandeira Tarifária Verde indica condições favoráveis de geração de energia, não implicando acréscimo tarifário.

A Bandeira Tarifária Amarela indica condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$1,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Bandeira Tarifária Vermelha indica condições ainda mais custosas de geração. Essa bandeira é dividida em dois patamares, quais sejam:

Patamar 1: com a aplicação de uma tarifa de R\$3,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês;

Patamar 2: com aplicação de uma tarifa de R\$3,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês. A partir de novembro de 2017 o acréscimo da tarifa passou a ser de R\$5,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh).

A Resolução Homologatória nº 2.203/2017, com vigência a partir de fevereiro/2017, homologou os valores de Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha, mencionadas anteriormente. Após a finalização da Audiência

Pública AP nº 61/2017 a ANEEL aprovou a elevação dos valores da Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha - Patamar 2.

Em 2017 e 2016 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2017	2016
Janeiro	Verde	Vermelha Patamar 2
Fevereiro	Verde	Vermelha Patamar 1
Março	Amarela	Amarela
Abril	Vermelha Patamar 1	Verde
Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 1	Verde
Setembro	Amarela	Verde
Outubro	Vermelha Patamar 2	Verde
Novembro	Vermelha Patamar 2	Amarela
Dezembro	Vermelha Patamar 1	Verde

11.4 Outros assuntos regulatórios - sobrecontratação:

A sobrecontratação das distribuidoras do grupo Energisa é decorrente, principalmente, da obrigatoriedade que foi imposta às concessionárias de energia elétrica de adquirir energia no Leilão A-1 de 2015 e da migração de clientes especiais para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Independentemente da sua necessidade, as distribuidoras de energia elétrica do país estavam sujeitas à aquisição obrigatória de um mínimo de 96% dos seus Montantes de Reposição no último leilão de 2015, sendo que o descumprimento dessa regra configuraria riscos alheios à gestão dos agentes, inclusive com a imposição de prejuízos às controladas, distribuidora de energia elétrica, oriundos de atividade não remunerada (a aquisição de energia).

O Poder Concedente, diante do cenário de maior retração da economia e da renda, e, por conseguinte, da carga atendida pelos agentes de distribuição, editou o Decreto nº 8.828/16, alterando a obrigação de aquisição do montante mínimo obrigatório para futuros leilões, quando desnecessária. Quanto ao passado, foram mantidas as discussões e análise do tema junto aos agentes.

Da mesma forma, com relação à migração de clientes especiais do mercado cativo para o mercado livre, a ANEEL alterou a regulamentação permitindo a devolução da energia a eles correspondente, a partir de leilão A-1 de 2016. Não sendo possível a redução dos contratos existentes uma vez que esta possibilidade não estava clara para o vendedor no edital dos leilões anteriores, resta o reconhecimento destas sobras como involuntárias.

Por isso, o Grupo Energisa, recorreu a ANEEL para que essa sobrecontratação seja reconhecida como involuntária, afastando-se os prejuízos das controladas, distribuidoras de energia elétrica. Em reunião da Diretoria da ANEEL, realizada em 25 de abril de 2017, o regulador definiu que a aprovação da involuntariedade de cada distribuidora será avaliada individualmente, considerando o máximo esforço para atingimento do nível de cobertura contratual, conforme previsto na Resolução Normativa 453/2011. Cabe destacar que os processos administrativos abertos pelas empresas do setor de energia elétrica não foram deliberados pela ANEEL.

Ao longo de 2016 e 2017, o grupo Energisa envidou seus melhores esforços e utilizou-se dos mecanismos disponíveis, tais como a participação nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSDs) Mensais e de Energia Nova e a realização de acordos bilaterais com geradores. Neste sentido, as distribuidoras do grupo Energisa em conjunto, estimam ter encerrado o ano de 2017 dentro do limite regulatório (entre 100% e 105%), enquanto que em 2016 o nível de contratação foi de 110,3%, sendo que apenas a parcela considerada como não involuntária e acima de 105% é considerada como exposição das distribuidoras.

Os valores incorridos até 31 de dezembro de 2016, não repassáveis para as tarifas dos consumidores, foram de R\$45.036 reconhecidos como perdas na demonstração do resultado consolidado daquele exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as controladas revisaram os níveis de contratação em função de atualização de parâmetros regulatórios e acordos bilaterais retroativos. Por esta razão foi aplicada redução de R\$41.156 na provisão não repassável para as tarifas, reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Restou portanto, um montante final de R\$3.880, provisionado com objetivo de expurgar os efeitos de sobrecontratação involuntária, que não será repassado aos consumidores.

Adicionalmente a Companhia mensurou os efeitos da sobrecontratação para o exercício de 2017 tendo reconhecido um ativo financeiro setorial no montante de R\$8.375, decorrente da liquidação da sobra de energia elétrica praticada com um Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) superior ao contratado, na demonstração do resultado do exercício no consolidado, que serão reconhecidos nas tarifas a partir do próximo reajuste tarifário.

12. Ativo e Passivo Financeiro Setorial - consolidado

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

As controladas distribuidoras de energia elétrica, contabilizaram as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativo financeiro setorial	Saldo em 2016	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	337.194	643.653	(262.342)	9.579	23.493	751.577	54.524	697.053	479.227	272.350
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	12.702	(115)	(10.691)	(66)	(1.535)	295	-	295	215	80
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	31.908	36.504	(27.353)	989	(6.934)	35.114	10.380	24.734	21.751	13.363
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	4.094	1.962	(3.606)	123	(187)	2.386	1.031	1.355	1.676	710
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	8.842	-	(8.204)	-	(638)	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	92.701	(2.343)	(82.550)	241	(7.817)	232	232	-	232	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	72.075	37.062	(52.303)	2.073	(30.858)	28.049	19.802	8.247	25.381	2.668
Sobrecontratação de energia (ii)	86.142	146.621	(73.642)	2.801	(21.041)	140.881	35.762	105.119	99.092	41.789
CUSD	624	13.088	(2.788)	265	(704)	10.485	2.467	8.018	7.273	3.212
Exposição de submercados	496	63.586	(4.794)	2.400	(2.182)	59.506	11.911	47.595	43.796	15.710
Garantias (v)	4.875	3.327	(4.223)	257	(7)	4.229	1.851	2.378	3.311	918
Saldo a Compensar (vi)	2.285	43.227	(14.725)	926	(5.622)	26.091	8.434	17.657	20.973	5.118
Outros itens financeiros (vii)	36.963	27.334	(9.887)	887	(118)	55.179	409	54.770	26.441	28.738
Total Ativo	690.901	1.013.906	(557.108)	20.475	(54.150)	1.114.024	146.803	967.221	729.368	384.656

Passivo financeiro setorial	Saldo em 2016	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 2017	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
Itens da Parcela A (i)										
Energia elétrica comprada para revenda	93.493	(27.587)	(55.034)	(895)	23.494	33.471	33.471	-	33.471	-
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	67	7.510	(2.625)	150	(1.537)	3.565	3.476	89	3.542	23
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	2.003	21.092	(902)	1.099	(6.901)	16.391	418	15.973	12.088	4.303
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	-	1.451	9	208	(187)	1.481	-	1.481	1.082	399
Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	251.673	465.726	(195.741)	17.046	(638)	538.066	84.792	453.274	371.840	166.226
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	102.012	156.865	(94.636)	8.207	(7.848)	164.600	60.390	104.210	130.218	34.382
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (iv)	6.835	76.528	(5.509)	1.902	(30.862)	48.894	426	48.468	34.834	14.060
Sobrecontratação de energia (ii)	110.927	122.971	(94.338)	6.477	(5.497)	140.540	7.979	132.561	88.721	51.819
Devoluções Tarifárias (viii)	19.982	33.250	(14.018)	1.535	-	40.749	-	40.749	-	40.749
CUSD	611	403	(289)	48	(702)	71	61	10	68	3
Exposição de submercados	100.209	17.524	(73.472)	(409)	(17.724)	26.128	22.904	3.224	24.013	2.115
Saldo a Compensar (vi)	35.623	27.624	(45.777)	(1.646)	(8.097)	7.727	7.058	669	7.666	61
Outros itens financeiros (vii)	79.904	11.347	(87.107)	887	2.349	7.380	7.380	-	7.380	-
Total Passivo	803.339	914.704	(669.439)	34.609	(54.150)	1.029.063	228.355	800.708	714.923	314.140
Saldo líquido	(112.438)	99.202	112.331	(14.134)	-	84.961	(81.552)	166.513	14.445	70.516

(i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

(ii) Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia

As distribuidoras devem garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.

(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS

Representa um encargo destinado a cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN.

(iv) Neutralidade

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

(v) Garantias Financeiras

Repasse dos custos decorrentes da liquidação e custódia das garantias financeiras previstas nos contratos de que tratam os art. 15 (geração distribuída por chamada pública), art. 27 (CCEAR de leilões de energia nova e existente) e art. 32 (leilões de ajuste) do Decreto nº 5.163/2004.

(vi) Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior

Conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada.

(vii) Outros itens financeiros

Considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como: Reversão do financeiro RTE2015, Diferencial Eletronuclear, Repasse de Compensação DIC/FIC, etc.

(viii) Devoluções Tarifárias

Referem-se as receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), atualizadas mensalmente com aplicação da variação do IPCA/SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º ciclo de Revisão Tarifária (5CRTP).

13. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Subvenção Baixa Renda ⁽¹⁾	-	-	58.657	41.255
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	-	-	141.889	131.516
Ordens de serviço em curso - outros	-	-	10.048	27.970
Ordens de desativação em curso	-	-	10.284	7.870
Ordens de dispêndio a reembolsar - ODR	-	-	1.368	651
Adiantamentos a fornecedores e empregados	465	709	32.064	24.157
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	-	-	179.251	113.769
Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	176.791	176.791
Provisão para perdas Banco Daycoval ⁽³⁾	-	-	(176.791)	(176.791)
Outros créditos a receber - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	76.357	66.144
(-) Ajuste a valor presente - CELPA ⁽⁴⁾	-	-	(28.629)	(22.626)
Sub-rogação da CCC ⁽⁵⁾	-	-	30.439	24.617
Padrão de baixa renda	-	-	3.357	3.105
Plano de Universalização	-	-	836	2.089
Adiantamento fundo de pensão	-	-	8.704	8.704
Créditos a receber Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Despesas pagas antecipadamente	7.766	7.541	50.485	28.549
Contas a receber de venda das empresas de geração ⁽⁶⁾	62.020	62.020	62.020	62.020
Créditos a receber de terceiros ⁽⁷⁾	-	-	47.138	26.420
Ressarcimento de geradores	-	-	-	1.175
Créditos a receber Estado de Tocantins ⁽⁹⁾	-	-	75.696	109.682
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber ⁽⁹⁾	-	-	(40.000)	(20.328)
Adiantamentos - Inergus ⁽¹¹⁾	-	-	14.363	12.589
Créditos a receber da Eletrobrás - LPT ⁽⁸⁾	-	-	26.546	26.546
Aquisição de combustível p/ conta CCC ⁽¹⁰⁾	-	-	54.652	42.537
Outros ^(*)	22.240	1.530	60.466	41.243
Total	92.491	71.800	877.654	761.317
Circulante	30.468	71.800	702.103	601.885
Não circulante	62.023	-	175.551	159.432

(*) Inclui, na controladora R\$1.062 (R\$2.067 em 2016) referente a transações entre as partes relacionadas dos serviços prestados de comissão de aval e no consolidado, R\$11.665 (R\$5.183 em 2016) refere-se a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(1) Subvenção Baixa renda - consolidado

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior 220 kWh, desde que cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Eletrobrás. O saldo refere-se as provisões de novembro e dezembro/2017. Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS (*)	Total
Saldos consolidados em 2016	4.099	292	6.302	7.401	1.548	6.939	5.375	5.344	3.955	41.255
Subvenção baixa renda	17.083	1.720	40.672	77.300	8.292	41.780	32.313	31.524	10.229	260.913
Ressarcimento Eletrobrás	(16.872)	(1.713)	(35.628)	(73.737)	(7.514)	(36.195)	(30.857)	(30.895)	(10.100)	(243.511)
Saldos consolidados em 2017	4.310	299	11.346	10.964	2.326	12.524	6.831	5.973	4.084	58.657

(*) Inclui as controladas, CFLO, CNEE, EEB e EDEVP, incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS.

(2) Subvenção CDE - Desconto Tarifário - consolidado

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Os saldos correspondem às subvenções incorridas nos meses de novembro e dezembro de 2017, que serão compensados /ressarcidos no primeiro trimestre de 2018.

	EMG	ENF	ESE	EPB	EBO	EMT	ETO	EMS	ESS	Total
SalDOS consolidados em 2016	9.417	86	4.236	15.082	193	48.629	8.835	14.830	12.461	113.769
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	56.948	2.634	39.470	63.012	7.787	239.301	55.095	136.988	79.955	681.190
Ressarcimento pela Eletrobrás	(50.162)	(1.973)	(40.240)	(58.939)	(3.982)	(213.220)	(52.133)	(123.982)	(71.077)	(615.708)
SalDOS consolidados em 2017	16.203	747	3.466	19.155	3.998	74.710	11.797	27.836	21.339	179.251

As controladas EMG, ENF, (CNEE, EDEVP, EEB, CFLO, incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS) e EMS desde 02 de setembro de 2015, possuem ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e Baixa Renda, com os valores a pagar de CDE com a CCEE (anteriormente o fundo era administrado pela Eletrobrás). Desta forma, durante o exercício findo em dezembro de 2017, foram compensados e ressarcidos R\$247.194 referente à Subvenção CDE e R\$59.580 referente subvenção Baixa Renda.

(3) Banco Daycoval

Refere-se à transferência de valor efetuado pelo Banco Daycoval S.A. para a conta corrente da Rede Energia Participações S.A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas por antecipação desta holding, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração das controladas EMT, ESS e EMS consideram essas transferências indevidas e ajuizaram uma medida judicial para a recuperação desse valor.

Ocorre que o Plano para a recuperação e correção das falhas e transgressões que motivaram a intervenção na EMT, ESS e EMS foi aditado após a aprovação, pela Assembleia Geral de Credores da Recuperação Judicial da Rede Energia Participações S.A.. Em 17 de dezembro de 2013 a ANEEL aprovou, através da Resolução Autorizativa nº 4.463, o Plano ANEEL e acolheu a proposta da ENERGISA para a realização de um adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no valor equivalente ao saque efetuado pelo Banco Daycoval S/A.

Dessa forma, a restituição da aplicação financeira das controladas EMT, ESS e EMS passaram a depender tão somente da demanda judicial movida pelas controladas, caracterizando um ativo contingente, visto que sua realização será confirmada apenas pela ocorrência ou não de eventos futuros, incertos, não totalmente sob o controle da entidade. Por este fato a Administração das controladas decidiu provisionar a perda dos valores enquanto aguarda o andamento do questionamento jurídico.

(4) Créditos a receber CELPA

Créditos que a Rede Energia e as controladas indiretas EMT, ETO, EMS, ESS (incorporadora da EEB, CNEE, CFLO e EDEVP), e Multi Energisa tem a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, oriundo de transações entre partes relacionadas, até a data de alienação para a Equatorial Energia S/A realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intra-grupo serão parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S/A, até onde se compensarem, que passará a responder perante às Partes Relacionadas pela parcela do crédito assumido e serão compensados. Do saldo total, cerca de 69% foram assumidas pela Rede Power do Brasil S/A e o restante serão pagos em parcelas semestrais a partir do último dia do mês de setembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034. As controladas mantêm ajuste a valor presente dos créditos a receber no valor de R\$28.629 (R\$22.626 em 2016).

(5) Sub-rogação CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 81, de 09 de março de 2004, a controlada EMT foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

- Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro, energizado em 31 de outubro de 2013, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$32.254, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.877 de 07 de abril de 2009. Foram recebidos R\$1.215 em 2014, R\$3.111 em 2015, R\$3.311 em 2016 e R\$2.201 em 2017, totalizando R\$9.838. O saldo remanescente é de R\$22.416.
- Sistema de Transmissão Rondolândia, energizado em 11 de dezembro de 2016, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$4.613, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.894 de 21 de junho de 2016. Em 2017, foi recebido R\$1.403 e o saldo remanescente é de R\$3.210.
- Sistema de Transmissão Paranorte, energizado em 22 de agosto de 2017, com projeto e subsídio aprovado no montante de R\$4.915, por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 6.174 de 31 de janeiro de 2017. Do contrato realizado em setembro de 2017 foi recebido R\$102 no exercício. O saldo remanescente de R\$4.813 a administração estima receber nos próximos 140 meses.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

A controlada EMT tem registrado os valores referentes a esse subsídio da seguinte forma:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	A receber	
					2017	2016
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	52.006	32.254	9.838	22.416	24.617
Sistema de Transmissão Rondolândia	em serviço	10.203	4.613	1.403	3.210	-
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	102	4.813	-
Total		68.906	41.782	11.343	30.439	24.617
Circulante (Principal)					5.321	2.204
Não Circulante (Principal)					25.118	22.413

(6) Conta a receber de venda das empresas de geração

A Energisa possui o montante a receber de R\$113.500 pela venda de seus ativos de geração de energia elétrica, referente a valor adicional de ajustes de preços sujeitos ao cumprimento de determinadas condições precedentes, conforme consta nos contratos de compra e venda firmados com a compradora.

A Companhia estimou a controvérsia em R\$51.480, valor que foi registrado pela Energisa como redutor aos resultados descontinuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O recebimento desse valor faz parte de um processo arbitral iniciado pela Companhia contra a compradora.

(7) Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos

Refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas.

(8) Crédito a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A

A controlada Energisa TO reconheceu no exercício créditos a receber no montante R\$26.546, referente às liberações finais da 4ª e 5ª Tranche da subvenção econômica do Programa Luz Para Todos prevista no Contrato Nº ECF5-343/2013 firmado em 19/12/2013 com Eletrobrás, em face da finalização do processo de prestação de contas, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa, tendo como contra partida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica.

(9) Créditos a receber do Estado de Tocantins

Refere-se a valores que a controlada ETO tem a receber do Governo do Estado do Tocantins, a saber:

	2017	2016
Saldo inicial - não circulante - 2016 e 2015	89.354	98.781
Amortização realizada no exercício	(35.107)	(2.326)
Atualização monetária - IGPM	1.121	13.227
Saldo anterior a provisão	55.368	109.682
(-) Provisão para ajuste a valor de realização de créditos a receber	(19.672)	(20.328)
Saldo final - não circulante - 2017 e 2016	35.696	89.354

• Programa Reluz Tocantins

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, foi instituído em 2000 pela Eletrobrás, com o apoio do Ministério de Minas e Energia, e implementado pelas concessionárias de energia elétrica com a participação das prefeituras e governos estaduais. O Programa tem por objetivo o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública e sinalização semaforica, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população. Estão habilitados ao programa os entes federativos (Municípios, Governos Estaduais e Distritos) por intermédio das concessionárias de energia elétrica. Os entes federativos interessados em incluir seus projetos no Programa RELUZ deverão dirigir-se diretamente às concessionárias de energia elétrica locais que negociarão e apresentarão a solicitação do financiamento à Eletrobrás, conforme orientações do Manual de Instruções do Programa. O financiamento da Eletrobrás é de até 75% do valor total do projeto. Os 25% restantes deverão constituir a contrapartida dos entes federativos e/ou das concessionárias de energia elétrica.

Buscando a melhoria e ampliação da iluminação pública dos municípios tocantinenses, o Governo do Estado do Tocantins implementou o Programa Reluz Tocantins, que teve como objetivo a execução de obras para efficientização energética do sistema de iluminação pública dos 139 municípios que compõem o Estado.

Em 24/6/2010, o Governo do Estado firmou contrato de financiamento com a Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 2.305, de 24/3/2010. O referido contrato tem como objeto a contratação de financiamento de R\$82.423 do Governo do Estado junto à Companhia e a execução, por parte da Companhia, das obras e serviços necessários para à implantação do Programa Reluz Tocantins. A forma de pagamento está estabelecida no contrato da seguinte forma:

- Transferência de estruturas e redes de energia elétrica de titularidade do Governo do Estado;
- Transferência de ações ordinárias, correspondentes a 9% das ações de emissão da Companhia e de titularidade do Governo do Estado;
- Utilização da totalidade do montante de dividendos creditados;
- O saldo remanescente após realizados os itens anteriores, deverá ser pago em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas.

A Companhia executou todas as obras e serviços necessários do Programa Reluz e recebeu a aprovação da finalização do programa pela Eletrobrás, por meio da carta CTA-DF-5975/2013, de 11/9/2013.

A Companhia encaminhou ao Governo do Estado todas as notificações de evento de pagamento, conforme a conclusão dos eventos físicos previstos no cronograma do contrato e aprovação da Eletrobrás.

Em 09/07/2014, por meio de dação de pagamento, foi realizada a transferência de 9% das ações de emissão da Companhia, de titularidade do Estado do Tocantins, um total de 34.085.056 ações preferenciais, correspondendo ao valor de R\$33.063.

O saldo a receber relacionado ao Programa Reluz Tocantins foi atualizado conforme cláusulas contratuais que, de forma geral, resumem-se em 7,5% a.a de atualização financeira sobre o saldo principal e para os pagamentos em atraso, atualização monetária com base na variação mensal do IGPM/FGV, além de juros de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) sobre a totalidade do débito em atraso, isso perfaz um montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$50.602 (R\$84.848 em 2016), considerando-se o abatimento do saldo devedor dos dividendos creditados relativos aos exercícios de 2009, 2010, 2011, 2014, 2015, 2016 e 2017, bem como a dação em pagamento através da transferência de 9% das ações da emissão da ETO.

A partir de julho de 2017 a controlada paralisou a aplicação do índice de atualização monetária sobre o contrato em face de estar em processo de negociação com o Estado.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2017 foi homologado a distribuição de dividendos da ordem de R\$7.498 para o Estado de Tocantins utilizados para abater parte do saldo devedor do Contrato Reluz.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de julho de 2017 e 09 de agosto de 2017 foi aprovado a distribuição de dividendos das reservas de lucros de exercícios anteriores no montante de R\$15.831 e dos resultados apurados até 30 de junho de 2017 de R\$6.604 destinados ao acionista Estado de Tocantins utilizados para abatimento de parte da dívida contabilizada referente ao Contrato Reluz.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de dezembro de 2017 foi aprovado a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$5.174 destinados ao acionista Estado de Tocantins utilizados para abatimento de parte da dívida contabilizada referente ao Contrato Reluz.

Conforme previsto no contrato do Programa Reluz Tocantins, a Companhia reteve os dividendos creditados ao acionista Estado do Tocantins, cumprindo o dispositivo contratual de que a Companhia, a qualquer tempo, poderia utilizar os dividendos creditados para pagamento das parcelas vencidas do valor da dívida do Programa. Em 29/09/2013, o acionista Estado do Tocantins entrou com uma ação judicial para recebimento dos valores creditados a título de dividendos e, em decisão liminar, os valores foram depositados em juízo, até o julgamento de mérito da demanda. Após a concessão de Suspensão de Segurança pelo presidente do STJ, os valores bloqueados foram devolvidos à Companhia nos dias 7 e 9 de abril de 2014. Caso a decisão final seja julgada em desfavor da Companhia, o saldo devedor será recalculado sem considerar o pagamento efetuado por meio da compensação dos dividendos.

- Convênio 028/2008 - convênio firmado para a implementação de 125 km de linhas de transmissão interligando Tocantinópolis a Xambioá. A prestação de contas da conclusão da obra foi apresentada ao Governo do Estado por meio da correspondência CE - 003/2012-DFC, de 29/2/2012. O valor a receber atualizado é de R\$25.094 (R\$24.834 em 2016). Até o encerramento destas demonstrações financeiras, o Estado do Tocantins não havia liberado os recursos financeiros em conformidade com o plano de trabalho definido no Convênio.

Em 01 de julho de 2016, o Governo do Estado do Tocantins, através do Ofício nº 909/2016/SEFAZ/GASEC, confirmou o saldo devedor com a controlada indireta ETO no montante de R\$103.306, na data base de 31 de março de 2016, referente ao convênio 028/2008 - linha de transmissão ligando Xambioá a Tocantinópolis e o Programa Reluz. Esse Ofício ainda confirma que as partes estão em tratativas para encontrar uma forma de parcelar e liquidar o referido saldo devedor, sendo que o valor final será objeto de confirmação quando da finalização dos trabalhos do Comitê de Análise dos Contratos Ativos firmados entre o acionista Estado do Tocantins e o Grupo Energisa, criado através do Decreto do Governador do Estado nº 5.436, de 25 de maio de 2016. Em 21 de novembro de 2016 o Governo do Estado publicou o Decreto nº 5.541 elegendo novamente o comitê sendo que em 6 de novembro de 2017 fez publicar o Decreto nº 5.734 reinstituindo o comitê com o objetivo de examinar os contratos ativos, apresentando relatórios conclusivos no prazo de 90 dias, confirmado através do Ofício nº 115/2018/SEFAZ/GASEC, de 29 de janeiro de 2018.

Diante dos novos fatos e da perspectiva de conclusão das negociações devido a permanência do Comitê, a administração reavaliou a expectativa de realização dos créditos da controlada indireta ETO com o acionista Estado do Tocantins ao longo do exercício de 2018 e recalculou o efeito a valor presente resultando em um incremento de provisão de mais R\$19.672, passando a montar em R\$40.000 (R\$R\$20.328 em 31 de dezembro de 2016) para melhor refletir a expectativa de realização de créditos, registrado em outras despesas financeiras na demonstração de resultado do exercício.

(10) Aquisição de combustível da conta CCC

A Controlada Energisa Mato Grosso Distribuição de Energia S.A possui saldos a receber referente a Conta de Consumo de Combustíveis - CCC de R\$54.652 (R\$42.537 em 2016). Deste total, R\$53.621 foram reconhecidos pela ANEEL através da Nota Técnica nº 01/2018-SFF de 03 de janeiro de 2018, referente ao período de 30 de julho de 2009 a 30 de junho de 2016 que detalhou a metodologia estabelecida para a fiscalização e o processamento mensal dos benefícios, demonstrou as análises técnicas das informações colhidas sobre contratos de compra de energia e potência, de combustíveis, as medições de grandezas elétricas e de combustíveis e os tratamentos regulatórios dados acerca das manifestações da empresa, no intuito de apurar eventual ativo ou passivo da beneficiária, no âmbito das regras da Resolução Normativa nº 427/2011.

(11) Adiantamentos - INERGUS

Refere-se a recursos antecipados pela controlada Energisa Sergipe ao Instituto Energisa de Seguridade Social ("INERGUS") para assegurar a liquidez e o fluxo financeiro do Plano de Benefício Definido (BD). Os valores transferidos ao Plano BD têm caráter de adiantamento por conta de cobertura de parte do déficit técnico, e que será objeto de Contrato de Confissão de Dívida, a ser celebrado entre a controlada ESE e o INERGUS.

14. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Gipar S/A (66,13% do capital votante) que por sua vez é controlada pela Nova Gipar (100% do capital votante). Esta última, é controlada pela Itacatu S/A (67,27% do capital votante) e pela Multisetor S/A (32,73% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,15% do capital votante).

A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (78,83% do capital votante).

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladora	2017		2016	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Cientes, consumidores e concessionárias - serviços especializados	49.627	-	5.943	-
Outros Créditos - outros -Comissão de aval	1.979	-	2.067	-
Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados-Debêntures	1.249.900	-	-	-
Mútuos (1):				
. Energisa Soluções S/A (1)	18.281	-	18.459	-
. Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S/A) (1)	-	-	-	140.266
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (1)	2.523	-	2.291	-
. Empresa de Eletricidade Vale Paranaapanema S/A (2)	-	27.583	-	36.428
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (3)	108.704	-	100.372	-
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C" - RJ) (3)	24.673	-	22.243	-
. QMRA Participações S/A (1)	-	78.459	-	72.702
. Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S/A) (3) e (4)	263.334	-	563.225	-
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A (2)	-	-	-	20.212
. Multi Energisa Serviços S/A (1)	-	-	700	-
. Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S/A) - efeito EDP	-	-	3.656	-
Total - não circulante	417.515	106.042	710.946	269.608
Investimentos - Recursos destinados a futuro aumento de capital (5):				
. Energisa Geração Central Solar Coremas S/A	15	-	25	-
. Parque Eólico Sobradinho S/A	782	-	875	-
. Energisa Geração Usina Maurício S/A	127	-	44	-
. Energisa Geração Central Eólica Boa Esperança S/A	12	-	13	-
. Energisa Geração Central Eólica Mandacaru S/A	12	-	13	-
. Energisa Geração Central Eólica Alecrim S/A	12	-	13	-
. Energisa Geração Central Eólica Umbuzeiro Muquim S/A	12	-	13	-
. Energisa Geração Energia S/A	8	-	16	-
. Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção S.A	-	-	180	-
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	9.304	-	-	-
. Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	6.627	-	-	-
. Energisa Soluções S/A	-	-	3.000	-
	16.911	-	4.192	-
Total	1.735.932	106.042	723.148	269.608

(1) Os mútuos possuem prazo de 24 meses, nos termos de contratos, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas é remunerado pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,9663 a.a (CDI + 1,1236 a.a em 2016), e inclui o Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças firmado pela Energisa em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power, como segue:

.Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças em 31 de dezembro de 2016 com as controladas Rede Energia e Rede Power nos montantes de R\$15.782 e R\$8.857, respectivamente, foi devido a transação das controladas Rede Energia e Rede Power em 18 de junho de 2008 com a EDP - Energias do Brasil S.A., celebrou instrumento particular de compromisso e permuta de ações e outras avenças tendo por objeto a permuta, sem torna, de ações de emissão da Energisa Mato Grosso do Sul, detidas pela EDP, por (i) ações ordinárias de emissão da Lajeado e ações preferenciais de emissão da Investco, detidas pela Rede Energia; e (ii) ações ordinárias Lajeado e ações ordinárias de emissão da Tocantins, detidas pela Rede Power. Nos termos e condições do Instrumento de permuta a EDP responsabilizou-se perante a Rede Energia e Rede Power, por determinada contingências passivas da Energia Mato Grosso do Sul. Em decorrência da obrigação de indenizar a EDP por força do instrumento particular de Cessão firmado entre a Energisa, Rede Energia e Rede Power, liquidou em 31 de dezembro de 2016 o débito total de R\$24.639 diretamente com a Energisa que por sua vez passa a ser devedora junto a Rede Energia e esta por sua vez com a controlada Rede Power. Os respectivos valores foram reconhecidos pelas controladas na demonstração do resultado do exercício no consolidado em outras receitas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2016 a Energisa S.A. adquiriu créditos da Companhia Lajeado Energia, referentes a recuperação Judicial da Rede Energia S.A. -valor justo no montante de R\$2.418, esses créditos foram registrados como mútuo entre as Companhias. Os créditos serão atualizados de acordo com as regras já definidas na recuperação judicial.

- (2) Contratos de abertura de crédito com prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, sendo cobrado da creditada somente os custos com o IOF (imposto sobre operações financeiras) ou outros encargos, que durante a vigência do contrato venha a incidir sobre operações financeiras.
- (3) Aquisição de créditos cedidos no processo de recuperação judicial da controlada indireta.
- (4) Os créditos a receber da Rede Energia Participações S/A, adquiridos dos credores, seriam pagos inicialmente pela Recuperanda nas seguintes condições: (i) o valor correspondente a 25% do montante total dos créditos cedidos seriam pagos em parcela única em até 1 ano da data de pagamento da cessão, com juros de 12,5% ao ano incidentes a partir da data da cessão; e (ii) o valor remanescente correspondente a 75% do montante total dos créditos cedidos serão pagos ao fim do prazo de 22 anos em parcela única, com juros capitalizados de 0,5% ao ano incidentes a partir da data de pagamento da cessão. Em 2014, foi acordada entre as partes a postergação pelo prazo de 10 anos o vencimento da parcela única que teria vencimento em julho de 2015, correspondente a 25% do montante total da dívida, entretanto ficou mantido o prazo de 22 anos para pagamento do valor remanescente correspondente a 75% do montante total da dívida com juros capitalizados de 0,5% ao ano, incidentes a partir da data de pagamento. No final do exercício as partes repactuaram a dívida com aplicação de taxa de juros equivalentes ao CDI + 2% ao ano com amortizações semestrais vencidas nas datas de 26 de junho e dezembro de cada ano.
- (5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na rubrica investimentos.

Condições de contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Energisa Soluções S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	01/01/2019
. Rede Energia Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	12/09/2018
. Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A ⁽²⁾	Sem incidência de juros	30/06/2018
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia S/A (créditos opção "C") - ⁽³⁾	1% a.a*	11/04/2036
. QMRA Participações S/A (créditos opção "C")	1% a.a*	13/02/2036
. QMRA Participações S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	30/06/2018
. Rede Energia Participações S/A (créditos opção "C" - ^(3 e 4)	1% a.a*	11/10/2036
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A ⁽²⁾	Sem incidência de juros	05/05/2019
. Multi Energisa Serviços S/A ⁽¹⁾	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do grupo + variação do CDI	03/08/2019

* Taxa efetiva 15,19%

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia e suas controladas:

Controladas diretas, indiretas e sua controladora	Serviços administrativos-prestados (1)	Atualização mútuos/Comissão aval e rendimento de títulos (Receita (Despesa) financeira) (2 e 3)	Saldo a receber (Clientes, consumidores e concessionárias)	Saldo a receber Comissão de Aval e debentures (6)
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	9.869	5.448	1.445	67.198
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	23.461	12.173	18.019	192.068
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	14.117	10.821	6.147	117.746
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	4.808	755	5.550	84
. Energisa Soluções S/A	1.664	2.475	423	-
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	2.490	1.043	191	59
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (4)	29.216	45.308	6.964	309.159
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	15.820	3.739	1.507	149.965
Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (4)	12.749	18.912	5.949	211.209
. Companhia Força e Luz do Oeste (5)	486	30	-	-
. Empresa Elétrica Bragantina S.A (5)	1.125	132	-	-
. Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A (5)	1.162	(680)	-	-
. Companhia Nacional de Energia Elétrica (5)	827	100	-	-
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A (5)	22.359	5.382	3.018	204.390
. Energisa Soluções Construções e Serv em Linhas e Rede S.A	253	0	59	-
. QMRA Participações S/A	-	(5.517)	-	-
. Companhia Técnica de Comercialização de Energia	-	8.583	-	-
. Multi Energisa Serviços S/A	1.383	72	284	-
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	5	-	5	-
. Energisa Serviços Aéreos e Aeroinspeção S/A	3	-	4	-
. Alvorada Direitos Creditórios	-	(55)	-	-
. Energisa Comercializadora de Energia S/A	555	-	61	-
. Energisa Geração Usina Mauricio S/A	1	-	1	-
. Gipar S/A (i)	-	(11.362)	-	-
. Rede Energia Participações S/A	-	37.925	-	-
2017	142.353	135.284	49.627	1.251.878
2016	74.234	54.789	5.943	2.067

(1) Refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos, prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos foram aprovados pela ANEEL. Os contratos de compartilhamento foram firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que devesse conter anuência da ANEEL.

(2) Refere-se a comissão de aval sobre empréstimos com cobrança de 1,5% a.a para empresas controladas - Distribuidoras de energia elétrica e para a controladora Gipar com taxa de juros 1% a.a.

Os valores de comissão de Aval referente ao contrato firmado com a Gipar S/A, possuem juros de 1% a.a. e prevê pagamentos antecipados. No exercício de 2017, foram pagos e considerados como antecipação o montante de R\$11.587, registrados na rubrica de “despesas pagas antecipadamente” e reconhecidos no resultado a razão de 1/12 avos mês. No exercício registrados em rubrica de R\$11.362 (R\$12.916 em 2016) registrados em outras despesas financeiras - comissão de aval no resultado do exercício. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$7.725 que será reconhecido até agosto de 2018.

(3) Refere-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmados com as controladas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os quais compõe os respectivos saldos de cada contrato.

(4) Inclui o valor de R\$32.544 (R\$48.580 em 2016) refere-se aos rendimentos das aplicações financeiras das 33.540 debentures de emissão da controlada EMT e R\$11.942 (R\$408 em 2016) de notas promissórias de 1ª e 2ª série emitidas pela controlada ETO - vide nota explicativa nº 6.2;

(5) Em 30 de junho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada as incorporações societárias pela ESS da EBB, EDEVEP, CNEE e CFLO, (vide nota explicativa nº1).

(6) Em 19 de Julho de 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, ESS e ETO, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Série. Em 2017, o valor atualizado é de R\$389.590 de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMT e ETO, conforme segue: (i) EMG R\$16.546; EPB - R\$29.916; ESE - R\$18.400; EMT - R\$161.448; ETO - R\$78.414 e ESS - R\$84.866.

Em 31 de outubro de 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, ESS, ETO e EMS, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Série. Em 2017, o valor atualizado

é de R\$860.309 de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMT, ETO e EMS, conforme segue: (i) EMG R\$50.607; EPB - R\$161.940; ESE - R\$99.189; EMT - R\$146.758; ETO - R\$132.588; ESS - R\$119.432 e EMS R\$149.796.

Custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2017 de garantias da controladora Energisa sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017 monta em R\$2.183 (R\$502 em 2016).

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração Anual ^(a)	4.732	3.225	69.718	64.969
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	978	877	6.393	9.150
Remuneração da Diretoria	2.751	280	24.003	29.775
Outros Benefícios ^(b)	675	130	17.111	7.886

(a) Refere-se ao limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2017 foi aprovado na AGO de 27 de abril de 2017.

(b) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigente e conselheiros, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$118 e R\$1 na controladora e R\$187 e R\$2 no consolidado (R\$18 e R\$1 na controladora e R\$156 e R\$2 no consolidado em 2016), respectivamente. A remuneração média mensal no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$15 na controladora e R\$41 no consolidado (R\$7 na controladora e R\$39 no consolidado em 2016).

15. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Prejuízos fiscais	143.533	1.746	438.182	370.937
Base negativa da contribuição social	51.672	629	173.317	146.704
Diferenças temporárias	-	-	788.537	756.349
Total - ativo não circulante	195.205	2.375	1.400.036	1.273.990

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Passivo				
Diferenças Temporárias:				
Imposto de Renda	475	955	1.379.931	1.395.539
Contribuição Social	172	344	496.775	502.393
Total - passivo não circulante	647	1.299	1.876.706	1.897.932

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	Controladora			
	2017		2016	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	574.133	143.533	6.984	1.746
Base negativa da contribuição social	574.133	51.672	6.984	629
Outros exclusões (custo a apropriar da dívida e marcação a mercado)	(1.906)	(647)	(3.820)	(1.299)
Total	1.146.360	194.558	10.148	1.076
Total - Ativo Não Circulante	1.148.266	195.205	13.968	2.375
Total - Passivo Não Circulante	(1.906)	(647)	(3.820)	(1.299)

	Consolidado			
	2017		2016	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	1.752.729	438.182	1.483.748	370.937
Base negativa da contribuição social	1.925.744	173.317	1.630.045	146.704
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - (PCLD e Daycoval)	610.525	207.579	550.270	187.092
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	469.730	159.708	503.015	171.025
Créditos fiscais - ágio (1)	290.586	98.799	315.936	107.418
Provisão ajuste atuarial	458.373	155.847	322.942	109.800
Outras provisões (PEE, P&D, Honorários e Outras)	407.372	138.507	275.079	93.527
Marcação a mercado da dívida	11.456	3.896	25.574	8.695
Ativos (Passivos) financeiros setoriais (CVA´s)	-	-	123.826	42.101
Outras adições temporárias	71.180	24.201	107.915	36.691
Ajustes a valor presente (3)	(2.680.627)	(911.413)	(2.684.339)	(912.675)
Intangível - mais valia (2)	(1.710.338)	(581.515)	(1.897.268)	(645.071)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR - contas a receber da concessão e atualizações	(644.026)	(218.969)	(457.060)	(155.400)
Encargos sobre reservas de reavaliação	(170.303)	(57.903)	(209.479)	(71.223)
Deságio sobre investimento EMS	(188.983)	(64.254)	(188.407)	(64.058)
Marcação a mercados - derivativos	(121.502)	(41.311)	(134.040)	(45.574)
Outras exclusões temporárias	(3.943)	(1.341)	(11.562)	(3.931)
Total	(477.973)	(476.670)	(243.805)	(623.942)
Total - Ativo Não Circulante	5.997.695	1.400.036	5.338.350	1.273.990
Total - Passivo Não Circulante	(5.519.722)	(1.876.706)	(5.582.155)	(1.897.932)

- (1) Os créditos fiscais - ágio no montante de R\$98.799 (R\$107.418 em 2016) estão sendo realizados pelo prazo remanescente de exploração das concessões das controladas: EBO (13 anos) e EPB (14 anos) pelo método linear.
- (2) Refere-se ao Imposto de renda e Contribuição social incidentes sobre a parcela do contas a receber da concessão - VNR das controladas EMG, ENF e ESS (nova denominação social da Caiuá Distribuição de Energia S/A) que por terem assinados os novos aditivos dos contratos de concessão que prorrogaram o prazo da concessão até 2045, transferiram o saldo do ativo financeiro apurado até assinatura daqueles aditivos para o ativo intangível a serem amortizados ao longo da vida útil remanescente dos bens de acordo com novo prazo de concessão e que resultará nas realizações dos créditos diferidos que serão realizados com base na amortização.
- (3) Refere-se basicamente ao de ajuste a valor presente, registrado pelas controladas Rede Energia Participações e CTCE, para os créditos dos credores que fizeram no Plano de Recuperação Judicial opções para os recebimentos de seus créditos - opções A e B.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais:

Exercícios	Controladora	Consolidado
2018	-	35.236
2019	915	107.320
2020	11.129	117.710
2021	18.681	105.194
2022	20.950	102.009
2023 a 2027	143.530	932.567
Total	195.205	1.400.036

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	2017	2016
Lucro antes dos impostos	346.835	193.926
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(117.924)	(65.935)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Equivalência patrimonial	176.914	117.308
Efeitos de Prejuízos Fiscais Constituídos no Exercício (2)	213.944	2.375
Imposto de renda e contribuição social ⁽³⁾	(2.191)	-
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no exercício	(58.966)	(41.477)
Imposto de renda e contribuição social	211.777	12.271

	Consolidado	
	2017	2016
Lucro antes dos impostos	606.890	344.080
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(206.343)	(116.987)
Ajustes:		
Itens permanentes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (1)	99.310	59.941
Redução do imposto de renda e adicionais - Efeitos PERT (1)	(29.105)	-
Efeitos dos Prejuízos Fiscais não constituídos	(63.060)	(80.955)
Imposto de renda e contribuição social ⁽³⁾	(18.892)	-
Efeitos de Prejuízos Fiscais Constituídos no Exercício (2)	186.483	39.995
Outros	(2.701)	1.192
Imposto de renda e contribuição social	(34.308)	(96.814)

- (1) Em 2012 a ESE, EPB e EBO obtiveram aprovação do Ministério da Integração Social os novos pedidos de benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais calculados sobre o lucro da exploração, para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021. Já as controladas ETO e EMT obtiveram aprovação de seus pleitos de redução do imposto de renda e adicionais (em 75%) pelo Ministério da Integração Social em dezembro/2014.

Os valores de redução do imposto de renda e adicionais reconhecidos pelas controladas correspondem a R\$70.205 (R\$59.941 em 2016). Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” e serão destinados à reserva de incentivo fiscais nas controladas.

- (2) A Companhia detém créditos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados no montante de R\$264.650. No exercício de 2017, foram reconhecidos o montante R\$213.944 de parte dos créditos fiscais de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro, dos quais, R\$195.205, estão suportados de acordo com as projeções futuras de seus resultados que demonstram a capacidade de realização e R\$18.739 foram utilizados no Programa Especial de Regularização Tributária - PERT dos quais R\$2.669 utilizados pela própria Companhia e R\$16.070 foram transferidos para as controladas ESE, EPB e EBO. No consolidado inclui créditos fiscais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro constituídos no exercício pelas controladas, Denerge (R\$3.944), EEVP (R\$475) e Rede Energia Participações, que reverteu o valor de R\$31.880, constituídos no exercício de 2016, por não possuir expectativa de realização.
- (3) A Companhia e suas controladas efetuaram recálculos das bases tributáveis dos exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016, em decorrência da alteração do critério de tributação do regime de caixa para competência sobre os valores de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA) e a desistência de processos que se encontravam em discussões judiciais referente a assuntos tributários de Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, cujos os débitos originados dessas novas apurações foram incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária denominado PERT, resultando em contabilização dos efeitos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro registrados no exercício de R\$2.191 na controladora e R\$18.892 no consolidado.

16. Contas a receber da concessão - consolidado

A Lei nº 12.783/13 determinou a metodologia que deve ser adotada na indenização dos ativos de geração, transmissão e distribuição ao final da concessão, o VNR - Valor novo de reposição.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar controladas, distribuidoras de energia elétrica, pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

Desde 31 de dezembro de 2012 as controladas EMG, ENF, ESE, EPB, EBO, , EMT, ESS (atual denominação da CAIUÁ, que em 30 de junho de 2017 incorporou EDEVP, EEB, CNEE e CFLO), ETO, e EMS passaram a reconhecer o VNR - Valor Novo de Reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõem a concessão, com aplicação da variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015, aprovou a revisão do Submódulo 2.3 dos Procedimentos de Revisão Tarifária (PRORET) da Base de Remuneração Regulatória (BRR), onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, objetivando melhor adequar as práticas contábeis, as controladas passaram a reconhecer a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base incremental, na demonstração de resultado anteriormente aplicava a variação do IPCA somente sobre a base blindada de acordo com a revisão tarifária homologada pela ANEEL.

Assim a remuneração do contas a receber da concessão foi registrada em receitas operacionais como ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R\$211.384 (R\$125.095 em 2016).

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

	Saldo 2016	Adições	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Ativo Financeiro Indenizável	Incorporação	Saldo 2017
Energisa Minas Gerais (EMG)	12.075	3.356	(3)	354	-	-	15.782
Energisa Paraíba (EPB)	425.000	24.935	(5.299)	2.783	17.168	-	464.587
Energisa Sergipe (ESE)	345.783	21.494	(13)	29.437	-	-	396.701
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.046	33	(19)	89	-	-	3.149
Energisa Borborema (EBO)	47.949	5.573	(441)	846	1.688	-	55.615
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.327.640	433.949	(27.269)	93.020	-	-	1.827.340
Energisa Tocantins (ETO)	704.017	197.786	(26.217)	21.957	-	-	897.543
Energisa Mato Grosso do Sul(EMS)	585.801	73.781	2.171	42.860	-	-	704.613
Energisa Sul Sudeste (ESS) (*)	12.572	4.580	-	739	-	21.093	38.984
Empresa Elétrica Bragantina S.A. (*)	8.331	-	-	63	-	(8.394)	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica (*)	5.854	3	-	37	-	(5.894)	-
Companhia Força e Luz do Oeste (*)	1.527	3	-	19	-	(1.549)	-
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A. (*)	5.203	-	-	53	-	(5.256)	-
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A (2)	-	9.413	-	152	-	-	9.565
Energisa Goiás I Transmissora de Energia S/A (2)	-	6.668	-	119	-	-	6.787
	3.484.798	781.574	(57.090)	192.528	18.856	-	4.420.666

	Saldo 2015	Adições	Baixas	Receitas operacionais - ativo financeiro indenizável da concessão (1)	Saldo 2016
Energisa Minas Gerais (EMG)	9.091	76	(487)	3.395	12.075
Energisa Paraíba (EPB)	349.759	57.844	97	17.300	425.000
Energisa Sergipe (ESE)	274.526	57.562	417	13.278	345.783
Energisa Nova Friburgo (ENF)	3.555	23	(37)	(495)	3.046
Energisa Borborema (EBO)	40.871	5.695	(13)	1.396	47.949
Energisa Mato Grosso (EMT)	1.074.263	209.729	(4.028)	47.676	1.327.640
Energisa Tocantins (ETO)	635.021	61.476	(21.933)	29.453	704.017
Energisa Mato Grosso do Sul (EMS)	438.954	134.512	(192)	12.528	585.801
Energisa Sul Sudeste (ESS)	12.225	37	(4)	314	12.572
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	7.693	60	-	578	8.331
Companhia Nacional de Energia Elétrica	6.309	99	-	(554)	5.854
Companhia Força e Luz do Oeste	1.452	3	-	71	1.527
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	4.991	57	-	155	5.203
TOTAL Geral	2.858.710	527.173	(26.180)	125.095	3.484.798

(1) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de reajustes tarifários.

(2) As adições, incluídas de PIS e COFINS, estão relacionadas ao investimento na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica, onde será recuperada pelo fluxo de caixa a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo Poder Concedente, sendo o montante investido no exercício em R\$16.081.

(*) Vide nota explicativa nº1.

17. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participação em controladas	4.194.291	4.016.090	-	-
Outros	9.979	9.979	49.177	23.648
Total	4.204.270	4.026.069	49.177	23.648

Participação em controladas:

2017									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								435.802	1.900.672
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	898.301	624.812	273.489	29.227	29.227	273.489
Energisa Sergipe (SE)	100	196	400.475	1.782.228	1.400.345	381.883	138.997	138.997	381.883
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	526.991	2.232.644	1.400.617	832.027	232.570	232.570	832.027
Energisa Borborema (EBO)	100	293	78.159	352.561	226.057	126.504	30.739	30.739	126.504
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	234.985	148.117	86.868	5.427	5.427	86.868
Energisa Mato Grosso (EMT)	8,94	19.026	1.514.569	6.591.217	4.354.212	2.237.005	(10.783)	(1.158)	199.901
Geração								(87)	4.966
Parque Eólico Sobradinho	100	7.577	7.577	3.644	178	3.466	(117)	(117)	3.466
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.621	1.621	1.186	12	1.174	100	100	1.174
Energisa Geração Solar Coremas	100	989	989	320	-	320	(16)	(16)	320
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	45	36	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	46	37	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	38	38	2	-	2	(6)	(6)	2
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	46	37	1	-	1	(12)	(12)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	45	36	1	-	1	(12)	(12)	1
Transmissão								(887)	15.047
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A	100	1	1	9.934	1.123	8.811	(495)	(495)	8.811
Energisa Goiás I Transmissora de Energia S/A	100	1	1	7.025	789	6.236	(392)	(392)	6.236
Comercialização								17.544	17.831
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	151.758	133.927	17.831	17.544	17.544	17.831
Prestação de Serviços								2.706	101.507
Energisa Soluções	100	95.000	95.000	159.795	66.028	93.767	2.025	2.025	93.766
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	4.842	372	4.470	(1.244)	(1.244)	4.470
Energisa Planejamento	58,3	1.686	4.109	7.202	1.587	5.615	2.045	1.925	3.271
Holdings e demais companhias								80.374	1.978.273
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	400	-	-	-	-	(33)	(33)	-
Dinâmica Direitos Creditórios	100	1.955	1.877	1.919	12	1.907	41	41	1.907
Denerge S/A	99,97	531	1.316.157	1.635.495	552.308	1.083.187	44.520	40.657	1.082.924
Rede Energia Participações S/A (nova denominação social da Rede Energia S.A.)	29,56	608.344	2.777.404	4.182.729	1.160.441	3.022.288	140.251	39.709	893.442
Ágio pago na aquisição de controladas								(15.118)	175.995
Total								520.334	4.194.291

2016									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Distribuição								292.240	1.727.766
Energisa Minas Gerais (EMG)	100	819	228.428	833.151	565.366	267.785	4.389	4.389	267.785
Energisa Sergipe (SE)	100	196	382.900	1.503.667	1.190.320	313.347	109.361	109.361	313.347
Energisa Paraíba (EPB)	100	918	526.991	2.059.943	1.314.341	745.602	163.864	163.864	745.602
Energisa Borborema (EBO)	100	293	73.540	261.188	145.617	115.571	16.935	16.935	115.571
Energisa Nova Friburgo (ENF)	100	30	63.343	215.234	132.677	82.557	(3.304)	(3.304)	82.557
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	8,94	19.025	1.469.786	6.203.188	3.932.576	2.270.612	106.719	995	202.904
Geração								(793)	4.075
Parque Eólico Sobradinho	100	6.702	6.702	2.828	27	2.801	(116)	(116)	2.801
Energisa Geração Usina Maurício	100	1.577	1.577	1.020	73	947	79	(586)	948
Energisa Geração Solar Coremas	100	964	964	320	-	320	(24)	(24)	321
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	100	32	23	1	-	1	(13)	(13)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	100	33	24	1	-	1	(13)	(13)	1
Energisa Geração de Energia S.A	100	22	22	1	-	1	(15)	(15)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	100	32	23	1	-	1	(13)	(13)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	100	32	23	1	-	1	(13)	(13)	1
Comercialização								(598)	4.481
Energisa Comercializadora	100	5.119	5.119	108.254	103.773	4.481	(597)	(598)	4.481
Prestação de Serviços								316	84.461
Energisa Soluções	100	77.000	77.000	139.370	64.069	75.301	(1.311)	(1.311)	75.301
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	100	6.313	6.313	6.051	158	5.893	(599)	(599)	5.893
Energisa Planejamento	100	1.685	1.685	4.752	1.485	3.267	2.226	2.226	3.267
Holdings e demais companhias								68.403	2.004.194
Alvorada Direitos Creditórios S.A	100	400	251	139	1	138	(38)	(38)	137
Dinâmica Direitos Creditórios	100	7.570	7.570	2.068	308	1.760	564	564	1.760
BBPM Participações (3)	-	-	-	-	-	-	12.488	8.347	-
Denerge S/A	99,97	531.035.291	1.316.157	1.692.165	550.519	1.141.646	43.157	27.787	1.141.347
JQMJ Participações (3)	-	-	-	-	-	-	3.801	2.606	-
Rede Energia S/A (2)	29,56	606.867	2.777.404	4.337.644	1.418.469	2.919.175	139.776	29.137	860.950
Ágio pago na aquisição de controladas								(14.545)	191.113
Total								345.023	4.016.090

(1) Ações EMT - Foram adquiridas pela Companhia, no exercício de 2017, o total de 16.982.241 ações, sendo 3.380.906 ordinárias e 13.601.335 preferenciais do capital social da controlada indireta Energisa Mato Grosso, tendo apurado ganho na transação de R\$42.361.

(2) Ações Rede Energia - em 31 de dezembro de 2016, a Companhia adquiriu junto a EDP - Energias do Brasil S.A., 6.602.113 ações preferenciais do capital social da Rede Energia S/A, pagando o valor de R\$10.267, tendo apurado ágio da transação de R\$1.621, contabilizado diretamente na rubrica de transações entre sócios no Patrimônio Líquido.

(3) Empresas incorporadas pela Denerge S/A em novembro de 2016.

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldo em 2016	Aquisição	Ganho/Perda aquisição de ações (1)	Transações de capital (2)	Incorporação	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2017
Distribuição de Energia Elétrica	1.727.766	-	458	-	-	(233.901)	(29.453)	435.802	1.900.672
Energisa Minas Gerais (EMG)	267.785	-	-	-	-	(22.241)	(1.282)	29.227	273.489
Energisa Sergipe (SE)	313.347	-	-	-	-	(50.241)	(20.220)	138.997	381.883
Energisa Paraíba (EPB)	745.602	-	-	-	-	(138.632)	(7.513)	232.570	832.027
Energisa Borborema (EBO)	115.571	-	-	-	-	(19.806)	-	30.739	126.504
Energisa Nova Friburgo (ENF)	82.557	-	-	-	-	(1.289)	173	5.427	86.868
Energisa Mato Grosso (EMT) (1)	202.904	-	458	-	-	(1.692)	(611)	(1.158)	199.901
Geração de Energia Elétrica	4.075	978	-	-	-	-	-	(87)	4.966
Parque Eólico Sobradinho	2.801	782	-	-	-	-	-	(117)	3.466
Energisa Geração Usina Maurício	948	126	-	-	-	-	-	100	1.174
Energisa Geração Solar Coremas	321	15	-	-	-	-	-	(16)	320
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração de Energia S.A	1	7	-	-	-	-	-	(6)	2
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	12	-	-	-	-	-	(12)	1
Transmissora de Energia Elétrica	-	15.934	-	-	-	-	-	(887)	15.047
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	-	9.306	-	-	-	-	-	(495)	8.811
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	-	6.628	-	-	-	-	-	(392)	6.236
Comercialização de Energia Elétrica	4.481	-	-	-	-	(4.236)	42	17.544	17.831
Energisa Comercializadora	4.481	-	-	-	-	(4.236)	42	17.544	17.831
Prestação de Serviços	84.461	14.831	2	-	-	(1.967)	1.474	2.706	101.507
Energisa Soluções	75.301	15.000	-	-	-	-	1.440	2.025	93.766
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	5.893	(179)	-	-	-	-	-	(1.244)	4.470
Energisa Planejamento	3.267	10	2	-	-	(1.967)	34	1.925	3.271
Holdings e demais Companhias	2.004.194	3.314	4.037	(89.453)	-	(13.940)	(10.253)	80.374	1.978.273
Alvorada Direitos Creditórios S.A	137	-	-	-	(104)	-	-	(33)	-
Dinâmica Direitos Creditórios (3)	1.760	12	-	-	104	(10)	-	41	1.907
Denerge S/A	1.141.347	-	3.425	(89.453)	-	(5.956)	(7.096)	40.657	1.082.924
Rede Energia Participações S.A.	860.950	3.302	612	-	-	(7.974)	(3.157)	39.709	893.442
Ágio pago na aquisição de controladas	191.113	-	-	-	-	-	-	(15.118)	175.995
Total	4.016.090	35.057	4.497	(89.453)	-	(254.044)	(38.190)	520.334	4.194.291

(1) Ganho/perda em transações com controladas em 31 de dezembro de 2017, contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

(2) Refere-se à parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 37, que no exercício montou em R\$29.759, contabilizado em contrapartida do Patrimônio Líquido.

Controladas	Saldo em 2015	Aquisição/Adiant. futuro aumento de capital	Ganho/Perda aquisição de ações ⁽¹⁾	Transações de capital ⁽²⁾	Incorporação	Dividendos	Outros resultados abrangentes	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2016
Distribuição	1.444.011	239.886	42.361	-	-	(241.321)	(49.411)	292.240	1.727.766
Energisa Minas Gerais (EMG)	198.184	84.999	-	-	-	(18.820)	(967)	4.389	267.785
Energisa Sergipe (SE)	325.434	-	-	-	-	(75.509)	(45.939)	109.361	313.347
Energisa Paraíba (EPB)	694.805	-	-	-	-	(111.392)	(1.675)	163.864	745.602
Energisa Borborema (EBO)	132.111	-	-	-	-	(33.475)	-	16.935	115.571
Energisa Nova Friburgo (ENF)	71.396	15.000	-	-	-	(276)	(259)	(3.304)	82.557
Energisa Mato Grosso (EMT)	22.081	139.887	42.361	-	-	(1.849)	(571)	995	202.904
Geração	3.771	1.102	-	-	-	-	(5)	(793)	4.075
Parque Eólico Sobradinho	1.953	969	-	-	-	-	(5)	(116)	2.801
Energisa Geração Usina Maurício	1.489	45	-	-	-	-	-	(586)	948
Energisa Geração Solar Coremas	324	21	-	-	-	-	-	(24)	321
Energisa Geração Eólica Boa Esperança	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
Energisa Geração Eólica Mandacaru	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
Energisa Geração Eólica Alecrim	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
Energisa Geração de Energia S/A	1	15	-	-	-	-	-	(15)	1
Energisa Geração Eólica Umbuzeiro - Muquim	1	13	-	-	-	-	-	(13)	1
Comercialização	5.765	-	-	-	-	(646)	(40)	(598)	4.481
Energisa Comercializadora	5.765	-	-	-	-	(646)	(40)	(598)	4.481
Prestação de Serviços	84.725	3.179	-	-	-	(1.863)	(1.896)	316	84.461
Energisa Soluções	75.421	3.000	-	-	-	-	(1.809)	(1.311)	75.301
Energisa Serviços Aéreos de Aeroinspeção	6.313	179	-	-	-	-	-	(599)	5.893
Energisa Planejamento	2.991	-	-	-	-	(1.863)	(87)	2.226	3.267
Holdings e demais companhias	1.438.278	541.478	(1.041)	(10.074)	-	(26.703)	(6.147)	68.403	2.004.194
Alvorada Direitos Creditórios S.A	175	-	-	-	-	-	-	(38)	137
Dinâmica Direitos Creditórios	1.196	-	-	-	-	-	-	564	1.760
BBPM Participações (3)	405.430	-	1.582	(7.525)	(411.315)	3.531	(50)	8.347	-
Denerge S/A	514.292	-	36.412	598	574.592	(8.118)	(4.216)	27.787	1.141.347
JQMJ Participações (3)	161.636	-	661	(3.147)	(163.277)	1.542	(21)	2.606	-
Rede Energia S/A	355.549	541.478	(39.696)	-	-	(23.658)	(1.860)	29.137	860.950
Ágio pago na aquisição de controladas	205.658							(14.545)	191.113
Total	3.182.208	785.645	41.320	(10.074)	-	(270.533)	(57.499)	345.023	4.016.090

(1) Ganho/perda em transações com aquisições de ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Energisa S/A, adquiriu ações de acionistas não controladores das empresas: EMT e Rede Energia, resultando em ganho de capital no valor de R\$41.320 (R\$2.393 em 2015) contabilizado em contrapartida ao patrimônio líquido.

(2) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 37.

(3) Empresas incorporadas pela Denerge S/A em novembro de 2016.

Amortização acumulada dos bens intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que tem sua contabilização efetuada na demonstração de resultado nas rubricas de amortização e depreciação e imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, são originados, conforme segue.

				Total	
	EMT	ETO	EMS	2017	2016
Amortização no exercício	(63.867)	(63.634)	(71.409)	(198.910)	(198.910)
IR e CSSL	21.715	21.636	24.279	67.630	67.630
Amortização Líquida de tributos	(42.152)	(41.998)	(47.130)	(131.280)	(131.280)

A Companhia detém participações indiretas nas empresas distribuidoras de energia elétrica e serviços, controlada diretamente pela Rede Energia S/A, conforme segue:

2017					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Energisa Tocantins	73,80	2.241.115	1.412.235	828.880	39.811
Energisa Mato Grosso	55,51	6.591.217	4.354.212	2.237.005	(10.783)
Energisa Mato Grosso do Sul	96,18	3.558.377	2.275.413	1.282.964	58.141
Energisa Sul-Sudeste - Distribuidora de Energia S/A(1)	95,28	1.758.422	1.158.409	600.013	69.190
Multi Energisa Serviços S/A	96,26	40.621	28.894	11.727	4.348
QMRA Participações S.A.	96,25	79.923	49.870	30.053	3.902
Rede Power do Brasil S.A.	96,25	577.742	70.946	506.796	45.007
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	96,26	131.333	303.339	(172.006)	(5.372)
Vale Do Vacaria Açúcar e Álcool S/A	96,25	1.288	-	1.288	(127)

(1) Vide nota explicativa nº1.

2016					
Controladas indiretas	% indireto	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Distribuição de Energia Elétrica					
Empresa Elétrica Bragantina S.A.	92,19	345.497	243.824	101.673	3.841
Companhia Nacional de Energia Elétrica	94,93	215.149	134.351	80.799	10.596
Companhia Força e Luz do Oeste	94,55	90.578	71.547	19.031	2.517
Energisa Tocantins	73,75	2.102.605	1.166.579	936.026	2.728
Energisa Mato Grosso	55,47	6.203.188	3.934.750	2.268.438	104.545
Energisa Mato Grosso do Sul	96,12	3.435.120	2.082.696	1.352.424	59.990
Caiuá Distribuição de Energia S.A.	96,18	558.420	364.771	193.649	995
Empresa de Distrib. De Energia Vale Paranapanema S.A.	96,18	320.886	179.418	141.468	14.333
Multi Energisa Serviços S/A	96,19	41.644	33.232	8.412	2.729
QMRA Participações S.A.	96,18	74.156	48.005	26.151	5.074
Rede Power do Brasil S.A.	96,18	523.051	50.568	472.483	28.115
Companhia Técnica de Comercialização de Energia	96,19	121.721	288.354	(166.633)	1.112

18. Imobilizado

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2016	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo 2017
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos	-	16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	3,33%	5.291	-	19.402	(927)	-	23.766
Máquinas e equipamentos	13,39%	8.977	-	8.160	-	-	17.137
Veículos	13,57%	8.450	-	7.946	-	-	16.396
Móveis e utensílios	6,95%	13.764	-	1.378	-	-	15.142
Total do imobilizado em serviço		36.498	-	36.886	(927)	-	72.457
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(2.333)	-	-	855	(183)	(1.661)
Máquinas e equipamentos		(4.023)	-	-	-	(1.327)	(5.350)
Veículos		(7.930)	-	-	-	(646)	(8.576)
Móveis e utensílios		(12.385)	-	-	-	(371)	(12.756)
Total Depreciação acumulada		(26.671)	-	-	855	(2.527)	(28.343)
Subtotal Imobilizado		9.827	-	36.886	(72)	(2.527)	44.114
Imobilizado em curso		8.505	33.052	(36.886)	-	-	4.671
Total do Imobilizado		18.332	33.052	-	(72)	(2.527)	48.785

	Controladora						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2015	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo 2016
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Terrenos		16	-	-	-	-	16
Edificações e benfeitorias	3,33%	4.300	-	991	-	-	5.291
Máquinas e equipamentos	14,12%	7.793	-	1.187	(3)	-	8.977
Veículos	14,29%	8.451	-	104	(105)	-	8.450
Móveis e utensílios	6,25%	13.741	-	25	(2)	-	13.764
Total do imobilizado em serviço		34.301	-	2.307	(110)	-	36.498
Depreciação acumulada:							
Edificações e benfeitorias		(2.184)	-	-	-	(149)	(2.333)
Máquinas e equipamentos		(3.149)	-	-	1	(875)	(4.023)
Veículos		(7.891)	-	-	73	(112)	(7.930)
Móveis e utensílios		(11.944)	-	-	3	(444)	(12.385)
Total Depreciação acumulada		(25.168)	-	-	77	(1.580)	(26.671)
Subtotal Imobilizado		9.133	-	2.307	(33)	(1.580)	9.827
Imobilizado em curso		235	10.577	(2.307)	-	-	8.505
Total do Imobilizado		9.368	10.577	-	(33)	(1.580)	18.332

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2016	Adição (*)	Transferências	Baixas (**)	Amortização/ Depreciação	Saldo 2017
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Software	20,00%	23	-	-	(23)	-	-
Terrenos	-	1.448	-	-	-	-	1.448
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,60%	2.191	-	609	(8)	-	2.792
Edificações e benfeitorias	2,94%	16.976	-	19.566	(637)	-	35.905
Máquinas e equipamentos	12,40%	150.106	12.883	21.628	(7.842)	-	176.775
Veículos	13,30%	86.480	-	17.278	(39.417)	-	64.341
Móveis e utensílios	6,23%	55.719	6.678	2.956	(160)	-	65.193
Total do Imobilizado em Serviço		312.943	19.561	62.037	(48.087)	-	346.454
Depreciação acumulada:							
Software		(20)	-	-	20	-	-
Reservatório, Barragens e Adutoras		(812)	-	-	4	(10)	(818)
Edificações e benfeitorias		(5.995)	(51)	(164)	855	(451)	(5.806)
Máquinas e equipamentos		(80.097)	(13.605)	-	3.174	(9.050)	(99.578)
Veículos		(60.891)	(385)	-	37.154	(6.821)	(30.943)
Móveis e utensílios		(38.011)	(5.809)	-	41	(2.198)	(45.977)
Total Depreciação acumulada		(185.826)	(19.850)	(164)	41.248	(18.530)	(183.122)
Subtotal Imobilizado		127.117	(289)	61.873	(6.839)	(18.530)	163.332
Imobilizado em curso		15.296	61.381	(61.873)	-	-	14.804
Total do Imobilizado		142.413	61.092	-	(6.839)	(18.530)	178.136

(*) Das adições no montante de R\$61.092, R\$289 refere-se à transferência do Intangível para o Imobilizado.

(**) No montante de R\$6.839 refere-se a baixas realizadas no exercício, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação (%)	Saldo 2015	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldo 2016
Imobilizado em Serviço							
Custo:							
Software	20%	23	-	-	-	-	23
Terrenos	-	1.092	44	312	-	-	1.448
Reservatório, Barragens e Adutoras	2,60%	2.191	-	-	-	-	2.191
Edificações e benfeitorias	3,33%	15.689	296	991	-	-	16.976
Máquinas e equipamentos	14,12%	104.632	35.713	10.455	(694)	-	150.106
Veículos	14,29%	46.986	38.530	2.174	(1.210)	-	86.480
Móveis e utensílios	6,25%	45.602	7.812	2.327	(22)	-	55.719
Total do Imobilizado em Serviço		216.215	82.395	16.259	(1.926)	-	312.943
Depreciação acumulada:							
Software		(18)	-	-	-	(2)	(20)
Reservatório, Barragens e Adutoras		(805)	(1)	-	-	(6)	(812)
Edificações e benfeitorias		(5.320)	(221)	-	-	(454)	(5.995)
Máquinas e equipamentos		(45.569)	(22.402)	-	112	(12.238)	(80.097)
Veículos		(20.991)	(29.835)	-	799	(10.864)	(60.891)
Móveis e utensílios		(31.256)	(4.581)	-	4	(2.178)	(38.011)
Total Depreciação acumulada		(103.959)	(57.040)	-	915	(25.742)	(185.826)
Subtotal Imobilizado		112.256	25.355	16.259	(1.011)	(25.742)	127.117
Imobilizado em curso		2.522	29.033	(16.259)	-	-	15.296
Total do Imobilizado		114.778	54.388	-	(1.011)	(25.742)	142.413

19. Intangível

19.1 Intangível - controladora

	Controladora					
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2016	Adições	Transferências	Amortização	Saldo 2017
Em Serviço						
Custo dos softwares	20,00%	17.016	-	131	-	17.147
Amortização Acumulada		(7.417)	-	-	(2.701)	(10.118)
Subtotal		9.599	-	131	(2.701)	7.029
Em Curso		-	4.651	(131)	-	4.520
Total Geral		9.599	4.651	-	(2.701)	11.549

	Taxa média de amortização (%)	Controladora				
		Saldo em 2015	Adições	Transferências	Amortização	Saldo em 2016
Em Serviço						
Custo dos softwares	20,00%	13.174	-	3.842	-	17.016
Amortização Acumulada		(5.373)	-	-	(2.044)	(7.417)
Subtotal		7.801	-	3.842	(2.044)	9.599
Em Curso		-	3.842	(3.842)	-	-
Total Geral		7.801	3.842	-	(2.044)	9.599

19.2 Intangível - Consolidado

	CONSOLIDADO						
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2016	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ Depreciação (**)	Saldo 2017
Intangível em Serviço							
Custo	11,47%	14.651.198	-	1.648.921	(220.454)	-	16.079.665
Amortização Acumulada		(6.867.309)	14.703	(687.133)	162.992	(920.711)	(8.297.458)
Subtotal		7.783.889	14.703	961.788	(57.462)	(920.711)	7.782.207
Em Curso		1.166.531	1.926.805	(1.196.033)	(1.048.991)	-	848.312
Total		8.950.420	1.941.508	(234.245)	(1.106.453)	(920.711)	8.630.519
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	3,91%	2.819.616	213	902.209	-	-	3.722.038
Amortização Acumulada		(1.219.826)	-	(673.522)	-	(135.191)	(2.028.539)
Subtotal		1.599.790	213	228.687	-	(135.191)	1.693.499
Em Curso		327.810	615.740	(462.932)	(283.498)	-	197.120
Total Obrigações Vinculadas à concessão		1.927.600	615.953	(234.245)	(283.498)	(135.191)	1.890.619
Total Geral		7.022.820	1.325.555	-	(822.955)	(785.520)	6.739.900

(*) Das baixas no montante de R\$822.955, R\$765.493, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$57.462 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$765.493 (R\$527.173 em 2016), corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

(**) A Companhia registrou no exercício, crédito de PIS e COFINS sobre amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$36.118 (R\$33.935 em 2016).

(**) Inclui, R\$15.780 da controlada indireta EMT de despesa de amortização referente ao reconhecimento dos ativos do Projeto Comodoro.

	Consolidado						
	Taxa média de amortização (%)	Saldo 2015	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização	Saldo 2016
Intangível em Serviço							
Custo	8,47%	14.094.153	-	771.786	(214.741)	-	14.651.198
Amortização Acumulada		(6.093.406)	-	(101.939)	166.006	(837.970)	(6.867.309)
Subtotal		8.000.747	-	669.847	(48.735)	(837.970)	7.783.889
Em Curso		987.039	1.613.994	(669.847)	(764.655)	-	1.166.531
Total		8.987.786	1.613.994	-	(813.390)	(837.970)	8.950.420
(-) Obrigações Vinculadas à concessão							
Em Serviço							
Custo	4,06%	2.677.250	11.139	131.227	-	-	2.819.616
Amortização Acumulada		(963.275)	-	(92.929)	-	(163.622)	(1.219.826)
Subtotal		1.713.975	11.139	38.298	-	(163.622)	1.599.790
Em Curso		333.842	269.748	(38.298)	(237.482)	-	327.810
Total Obrigações Vinculadas à concessão		2.047.817	280.887	-	(237.482)	(163.622)	1.927.600
Total Geral		6.939.969	1.333.107	-	(575.908))	(674.348)	7.022.820

(*) Das baixas no montante de R\$575.908, R\$527.173, refere-se as transferências do ativo intangível líquido das obrigações especiais para o contas a receber da concessão e R\$48.735 referem-se às baixas realizadas no exercício, inicialmente contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

“O montante transferido do ativo intangível, líquido das obrigações especiais, para o contas a receber da concessão de R\$527.173 (R\$564.915 em 2015) corresponde a parcela bifurcada do ativo intangível a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).”

19.3 Intangível - Contrato de Concessão - consolidados

Referem-se à parcela da infraestrutura utilizada pelas controladas na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

A infraestrutura utilizada pelas controladas nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691/2015, de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para a sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível está sendo realizada de acordo com as taxas da Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, limitada ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	2017	2016
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	3.584.197	2.476.338
Participação da União - recursos CDE ⁽²⁾	1.192.783	1.442.287
Participação do Governo do Estado ⁽²⁾	306.022	333.388
Reserva para reversão ⁽³⁾	9.972	1.721
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	296.465	233.791
(-) Amortização acumulada	(2.028.539)	(1.219.826)
Total	3.360.900	3.267.699
Alocação:		
Contas a receber da concessão	1.470.281	1.340.098
Infraestrutura - Intangível em serviço	1.693.499	1.599.790
Infraestrutura - Intangível em curso	197.120	151.160
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	-	176.651
Total	3.360.900	3.267.699

(1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

(2) A participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, estão destinados ao programa Luz para Todos.

(3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir do 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações Especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. As controladas passaram pelo 3º ciclo de revisão tarifária, conforme abaixo demonstrado:

Distribuidoras	Ano da revisão
ESS	10/05/2012
CFLO (*)	29/06/2012
CNEE (*)	10/05/2012
EDEVP (*)	10/05/2012
EEB (*)	10/05/2012
EBO	04/02/2012
EMG	22/06/2012
ENF	22/06/2012
EPB	28/08/2012
ETO	04/07/2012
EMS	08/04/2013
EMT	08/04/2013
ESE	22/04/2013

(*) incorporadas em 30 de junho de 2017 pela ESS.

Conforme Resolução Normativa nº 660 de 28 de abril de 2015 e Despacho ANEEL nº 245, de 28 de janeiro de 2016, a partir do 4º ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente passou a ser contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais.

Até 31 de dezembro de 2017, o montante contabilizado é de R\$239.325 (R\$176.651 em 2016), e foi transferido para obrigações especiais em serviço passando a ser amortizado.

As controladas ESS (atual denominação da CAIUÁ, que em 30 de junho de 2017 incorporou EDEVP, EEB, CNEE e CFLO), EBO, EMG, EPB, ENF e ETO, já passaram pelo 4º ciclo de revisão tarifária e a EMS, EMT, ESE, e estão em processo de revisão.

19.4 Direito de concessão - consolidado

	Consolidado	
	2017	2016
Reconhecido por controladas ⁽¹⁾	538.012	538.012
Reconhecido pela controladora ⁽²⁾	298.589	298.589
Aquisição participação ⁽³⁾	67.358	67.358
Amortização acumulada	(500.178)	(460.435)
Subtotal	403.781	443.524

A movimentação é como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	443.524	481.013
Amortização no exercício	(39.743)	(37.489)
Saldo final	403.781	443.524

(1) Intangível reconhecido por controlada:

Corresponde ao direito de concessão incorporado pela controlada ESE que está sendo amortizado a partir de abril de 1998 até o término de concessão de distribuição de energia elétrica (dezembro de 2027). Desde 01 de janeiro de 2016, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ágio pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A amortização gera uma redução de imposto de renda e contribuição social da ordem de 34%. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a amortizar pela controlada é de R\$233.940 (R\$252.412 em 2016).

(2) Intangíveis reconhecidos pela controladora:

Correspondem aos direitos de concessão das participações societárias nas controladas EBO, ESE e EPB, no montante de R\$125.788 (R\$124.105 em 2016). Desde 01 de janeiro de 2017, a Companhia de acordo com o IAS 16 passou a registrar a amortização do ativo da concessão pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração da concessão, pelo método linear.

A Companhia detém o controle acionário da empresa de propósitos específicos Parque Eólico Sobradinho, localizada no município Sobradinho - BA, que é detentora de projetos eólicos, pelo montante de R\$7.022 (R\$7.022 em 2016). Os valores pagos na aquisição do parque eólico estão alocados como concessão, a serem amortizados em 35 anos a partir da entrada em operação comercial.

(3) Aquisição de participação

Em 11 de abril de 2014, foi formalizada a transferência das participações societárias que asseguram o controle acionário das sociedades integrantes do Grupo Rede para a Energisa, nos termos do Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

O valor do ágio apurado na aquisição das Companhias montou em R\$165.552 foi reconhecido na rubrica “investimentos” na controladora e no “intangível” no consolidado. O preço da aquisição no valor simbólico de R\$1,00 (um real), baseado nas avaliações do patrimônio líquido das empresas adquiridas a valor de mercado. O

ágio apurado na aquisição decorre principalmente pela não consideração nas premissas de cálculos do PPA da renovação das concessões de distribuição de energia elétrica prevista pela Lei nº 12.783/2013, que mesmo com a edição do Decreto nº 8.461/2015, que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica, suspenso pelo Tribunal de Contas da União o que impossibilitou a assinatura do novo contrato de concessão e da variação entre a média considerada no processo de definição de preço e a melhor estimativa do patrimônio líquido a valor justo na data efetiva da aquisição.

Do montante do ágio de R\$165.552, foram deduzidos os ganhos de capital por aumento de participação nos aportes de capital realizados nas controladas JQMJ, BBPM, Denerge e Rede Energia no montante de R\$96.345, o montante de R\$69.207. Em maio de 2015, em face da alienação dos ativos da controlada indireta Tangará S/A, foram transferidos para bens destinados em alienação o montante de R\$6.361. Além da amortização de R\$24.167 realizada até 31 de dezembro de 2015.

Em 14 de maio de 2015, a Companhia adquiriu o controle acionário da controlada Dinâmica Direitos Creditórios apurando um ágio de R\$4.512.

A previsão de amortização dos direitos de concessão e a redução do imposto de renda e da contribuição social é como segue:

Período de amortização	Consolidado	Redução do imposto de renda e contribuição social
2018 e 2019	34.547	8.373
2020 e 2021	74.288	16.745
2022 e 2023	74.288	16.745
2024 e 2025	74.288	16.745
2026 e 2027	74.288	16.745
2028 e 2029	30.412	2.093
2030 em diante	41.670	-
Total	403.781	77.447

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Furnas	-	-	136	136
Ampla - CUSD	-	-	2.604	2.196
CCEE ⁽¹⁾	-	-	286.417	83.650
Contratos Bilaterais ⁽²⁾	-	-	935.623	1.055.799
Uso de rede básica ⁽²⁾	-	-	49.795	17.317
Conexão à rede ⁽²⁾	-	-	8.004	2.774
Encargo de serviços do sistema ⁽²⁾	-	-	11.716	24.452
Uso do sistema de distribuição (CUSD) ⁽²⁾	-	-	15.670	12.085
Materiais, serviços e outros ⁽³⁾	7.069	2.370	204.209	178.941
Total	7.069	2.370	1.514.174	1.377.350
Circulante	7.069	2.370	1.418.407	1.170.254
Não Circulante	-	-	95.767	207.096

(1) Incremento do custo de energia no Mercado de Curto Prazo-MCP, principalmente no segundo semestre de 2017, influenciado pelos baixos níveis dos reservatórios no Sistema Interligado Nacional (SIN), devido à diminuição do volume de chuvas. Em consequência, o PLD atingiu valores expressivos, com média de R\$308,14/MWh entre submercados em 2017, contra média de 115,71/MWh em 2016, o que corresponde a um aumento de 166% no exercício. Além disso, em 2017 as distribuidoras passaram a arcar com o Risco Hidrológico dos agentes de geração que firmaram o Termo de Repactuação, elevando os montantes a serem pagos à CCEE.

(2) Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias. Inclui R\$195.078 (R\$326.228 em 2016), dos quais R\$78.031 (R\$195.078 em 2016) encontra-se contabilizado no passivo não circulante, de débitos com Eletrobrás devidos pela controlada EMT, referente ao repasse Itaipu, cujo parcelamento dos débitos em atraso foi consolidado em 60 parcelas. Os juros remuneratórios incidentes sobre o principal serão amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais. Os juros estão sendo calculados pela taxa de 115% do CDI. Em 2017 foram pagos parcelamentos de débitos com fornecedores de energia no montante de R\$159.928 (R\$77.836 em 2016) e reconhecido R\$28.778 (R\$52.924 em 2016) de atualização financeira no consolidado.

(3) Referem-se a aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica, cujo prazo médio de liquidação é de 40 dias.

21. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos, Financiamentos e encargos de dívidas	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	-	-	3.805.459	3.299.096
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	82.700	162.955	1.728.549	2.021.416
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	-	53.473	37.637
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	563	568	10.535	20.194
(-) custos a amortizar - moeda nacional	-	-	(7.865)	(9.806)
(-) custos a amortizar - moeda estrangeira	-	-	(3.663)	-
(-) Marcação a mercado de dívidas - moeda estrangeira	214	(630)	11.456	25.573
Total	83.477	162.893	5.597.944	5.394.110
Circulante	83.477	81.730	1.673.496	1.317.902
Não Circulante	-	81.163	3.924.448	4.076.208

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Venci mento	Periodicida de Amortiza ção	Taxa efetiva de juros (5)	Garanti as (*)
	2017	2016					
Energisa S/A							
Resolução 4131 - Citibank (1)	83.263	163.523	Libor + 1,64% a.a.	abr/18	Anual	4,44%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	214	(630)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	83.477	162.893					
Total Energisa S/A	83.477	162.893					
Energisa Sergipe							
FIDC Grupo Energisa III	15.089	15.178	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	10,64%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	-	8.285	5,00% a.a. (Pré)	dez/17	Mensal	5,00%	A
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB (4) e (7)	-	1.708	8,30% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	8,30%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB (4) e (7)	-	1.228	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	11,12%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB (4) e (7)	-	9.019	8,40% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	8,40%	F + E
Repasse BNDES I - ABC	8.299	13.788	TJLP + 2,20% a 4,10% a.a.	mai/19	Mensal	9,32% a 11,22%	A
Repasse BNDES II - ABC	916	1.520	TJLP + 8,10% a 9,10% a.a.(Pré)	mai/19	Mensal	15,22% a 16,22%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	17.217	17.924	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	4.604	4.792	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	3.508	3.652	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repasse BNDES - Citibank (3)	14.240	13.862	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repasse BNDES - Itaú (3)	3.808	3.707	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	2.901	2.824	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repasse BNDES FINEM - Itaú(1 e 3)	7.505	10.702	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	mar/20	Mensal	10,02% a 11,02%	A
FINAME - Itaú BBA	13.650	16.403	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50% a 8,70%	A
Empréstimo CEF (7)	-	1.028	6,0% a.a	ago/26	Mensal	6,00%	D
Parcelamento INERGUS	13.184	13.485	IPC +5,5% a.a	dez/39	Mensal	7,76%	D
Nota Promissória Safra - 1º Série (1)	9.676	-	CDI + 1,65%	abr/18	Final	11,59%	A
Nota Promissória Safra - 2º Série (1)	87.084	-	CDI + 1,65%	abr/19	Final	11,59%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(715)	(724)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	200.966	138.381					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	105.389	186.385	3,49% a 4,53 a.a. (Pré)	abr/18	Anual	4,99% a 6,03%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	254.053	273.940	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Final	4,57% a 4,96%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	41.396	40.772	Libor + 1,75% a.a.	dez/18	Final	4,55%	A
(-) Custo de captação incorrido na	(250)	(500)	-	-	-	-	-

contratação							
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.671	4.002	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	402.259	504.599					
Total Energisa Sergipe	603.225	642.980					
Energisa Paraíba							
FIDC Grupo Energisa III	61.362	61.722	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	10,64%	F
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB (4) e (7)	-	5.100	7,80% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	7,80%	F + E
Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT) - BNB (4) e (7)	-	29.271	TJLP + 4,00% a.a.	jun/17	Mensal	11,12%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB (4) e (7)	-	1.215	8,10% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	8,10%	F + E
Repassse BNDES FINEM - Itaú (1)	14.923	21.118	TJLP + 2,90% a 4,00% a.a.	dez/23	Mensal	10,02% a 11,12%	A
Repassse BNDES - BNB (7)	-	17.716	TJLP + 3,40% a 4,40% a.a.	jan/19	Mensal	10,52% a 11,52%	A
Repassse BNDES - Citibank (3)	34.884	33.075	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	9.441	8.952	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	7.205	6.831	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES - Citibank (3)	25.941	26.574	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	7.021	7.192	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	5.358	5.488	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
FINAME - Itaú	25.283	30.429	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	jan/25	Mensal	2,50% a 10,00%	A
Parcelamento FUNASA	4.192	4.540	IPCA	dez/29	Mensal	8,89%	-
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 1º SÉRIE (1)	6.988	-	CDI + 1,65%	abr/18	Final	11,59%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	62.894	-	CDI + 1,65%	abr/19	Final	11,59%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.119)	(1.507)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	264.373	257.716					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	184.890	198.130	3,49% a 3,80% a.a. (Pré)	jun/20	Anual	4,99% a 5,30%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	73.779	160.347	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Anual	4,57% a 4,96%	A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	104.043	102.467	Libor + 2,25% a.a.	set/19	Final	5,05%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	3.519	6.558	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	366.231	467.502					
Total Energisa Paraíba	630.604	725.218					
Energisa Minas Gerais							
FIDC Grupo Energisa III	15.089	15.178	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	10,64%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	2.892	5.102	6,00% a.a. (Pré)	dez/19	Mensal	6,00%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	70	356	7,00% a.a. (Pré)	fev/18	Mensal	7,00%	F
Repassse BNDES I - Itaú BBA	1.439	1.881	TJLP + 4,75% a.a.	jan/21	Mensal	11,87%	A
Repassse BNDES II - Itaú BBA	715	926	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan/21	Mensal	3,81%	A
Repassse BNDES III - Itaú BBA	600	784	TJLP + 5,95% a.a.	jan/21	Mensal	13,07%	A
Repassse BNDES IV - Itaú BBA	922	1.221	5,50% a.a. (Pré)	jan/21	Mensal	5,50%	A
Repassse BNDES V - Itaú (3)	20.997	17.049	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES VI - Itaú (3)	12.219	12.559	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
FINAME - Itaú BBA	10.864	13.112	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	dez/24	Mensal	2,50% a 10,00%	A
FINAME - CEF	2.116	2.657	8,70% a.a. (Pré)	nov/21	Mensal	8,70%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1)	14.581	18.870	TJLP + 2,90% a 3,90% a.a.	dez/23	Mensal	10,02% a 11,02%	A
CCB - Safra	-	6.577	CDI + 3,00% a.a.	jan/17	Final	12,94%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander	110.082	-	CDI + 1,3248%	dez/20	Semestral	11,26%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(313)	(398)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	192.273	95.874					
Resolução 4131 - Itaú BBA	60.703	30.493	3,7995% a 4,8535% a.a. (Pré)	jun/20	Final	5,30% a 6,35%	A
Resolução 4131 I - Citibank (1)	-	53.615	Libor + 1,36% a.a.	set/17	Final	4,16%	A
Resolução 4131 II - Citibank (1)	89.051	103.238	Libor + 1,77% a 2,16% a.a.	mai/19	Final	4,57% a 4,96%	A
Resolução 4131 II - ABC (1)	-	46.330	5,43% a.a. (Pré)	set/17	Final	6,93%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.372	3.997	3,7995% a 4,8535% a.a. (Pré)	jun/20	Final	5,30%	a
Total em Moeda Estrangeira	151.126	237.673					
Total Energisa Minas Gerais	343.399	333.547					

Energisa Nova Friburgo							
FIDC Grupo Energisa III	4.024	4.050	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	10,64%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	155	309	7,00% a.a. (Pré)	mai/19	Mensal	7,00%	-
Repassse BNDES I - Itaú	566	745	TJLP + 4,75% a.a.	dez/20	Mensal	11,87%	A
Repassse BNDES II - Itaú	286	373	UMBND + 3,75% a.a.	dez/20	Mensal	3,81%	A
Repassse BNDES III - Itaú	236	311	TJLP + 5,95% a.a.	dez/20	Mensal	13,07%	A
Repassse BNDES IV - Itaú	377	502	5,50% a.a. (Pré)	dez/20	Mensal	5,50%	A
Repassse BNDES V - Itaú	2.040	2.649	TJLP + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	10,22%	A
Repassse BNDES VI - Itaú	1.036	1.137	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	12,95%	A
Repassse BNDES VII - Itaú (3)	4.466	3.976	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES VIII - Itaú (3)	2.685	2.910	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
FINAME - Itaú	1.115	1.348	2,50% a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 6,00%	A
BNDES Automático I - Itaú	725	2.145	TJLP + 4,65% a.a.	jun/18	Mensal	11,77%	A
BNDES Automático II - Itaú	315	876	UMBND + 3,65% a.a.	jun/18	Mensal	3,71%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander	35.026	-	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	11,26%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(73)	(93)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	52.979	21.238					
Resolução 4131 - Itaú BBA III (1)	25.804	25.422	4,29% a.a. (Pré)	fev/18	Final	5,79%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	27.300	26.889	LIBOR + 1,62% a.a. (Pré)	set/22	Final	4,42%	A
Santander 353	-	10.318	3,69% a.a. (Pré)	jan/17	Final	5,19%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	822	653	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	53.926	63.282					
Total Energisa Nova Friburgo	106.905	84.520					

Energisa Borborema							
FIDC Grupo Energisa III	5.030	5.059	CDI + 0,70% a.a.	dez/20	Mensal	10,64%	F
Repassse BNDES I - BNB	2.565	2.887	UMBND + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	3,96%	A
Repassse BNDES II - BNB	7.233	8.179	TJLP + 3,90% a.a.	mar/23	Mensal	11,02%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	3.013	2.566	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	2.630	2.240	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	2.187	2.166	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	1.909	1.891	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE) - BNB ⁽⁴⁾	-	1.145	7,50% a.a. (Pré)	jun/17	Mensal	7,50%	F + E
Financ. Investimentos 2009-2010 (FNE) - BNB ⁽⁴⁾	-	3.393	10,00% a.a. (Pré)	ago/19	Mensal	10,00%	F + E
FINAME - Itaú BBA	2.351	2.809	2,50% a 8,70% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	2,50% a 8,70%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 1º SÉRIE (1)	1.077	-	CDI + 1,65%	abr/18	Mensal	11,59%	A
NOTA PROMISSÓRIA SAFRA - 2º SÉRIE (1)	9.696	-	CDI + 1,65%	mar/19	Mensal	11,59%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1)	4.085	5.307	TJLP + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	10,22%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA (1)	2.194	2.727	SELIC + 3,10% a.a.	abr/21	Mensal	12,95%	A
Nota Flutuante de Juros - Santander	40.030	-	CDI + 1,3248%	Dez/20	Semestral	11,26%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(133)	(140)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	83.867	40.229					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	20.624	20.329	4,8535% a.a. (Pré)	jul/18	Final	6,35%	A
Resolução 4131 - Citibank (1)	20.370	-	Libor + 0,97% a.a.	nov/20	Final	3,77%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	327	951					
Total em Moeda Estrangeira	41.321	21.280					
Total Energisa Borborema	125.188	61.509					

Energisa Mato Grosso							
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.307	354.119	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	7,60%	F
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	483.452	486.289	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	10,64%	F
CCB - Santander (1)	16.093	26.953	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	12,22%	F + A
Luz para Todos I - Eletrobrás (7)	-	119.033	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	ago/22	Trimestral	6,00% a 8,00%	-
Luz para Todos II - Eletrobrás (7)	-	136.176	SELIC	nov/19	Mensal	9,85%	-
Repassse BNDES - Bradesco (3)	93.102	63.982	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	85.858	59.004	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES - Bradesco (3)	63.277	56.797	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Repassse BNDES - Itaú (3)	58.354	52.379	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Nota Promissória 1ª missão (1)	252.778	-	105,5% CDI	out/18	Final	10,49%	-
Nota Flutuante de Juros - Santander (1)	200.149	-	CDI + 1,3248% a.a.	dez/20	Semestral	11,26%	A
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(2.755)	(3.024)					

Total em Moeda Nacional	1.603.615	1.351.708						
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	-	4.944	Libor + 1,50% a.a.	mai/17	Mensal	4,30%		D
Leasing - Cessna Finance (6)	-	33.622	6,75% a.a. (Pré)	set/20	Trimestral	8,25%		C
Resolução 4131-Bank of America ML (1)	93.576	-	Libor + 1,60% a.a.	jun/20	Trimestral	4,40%		A
Citibank Loan - 4131 (1)	47.525	-	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Trimestral	4,50%		A
Citibank EDC Loan - 4131 (1)	47.518	-	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Trimestral	4,60%		A
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(1.006)	-	-	-	-	-		-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.886	(1)	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	189.499	38.565						
Total Energisa Mato Grosso	1.793.114	1.390.273						

Energisa Mato Grosso do Sul								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	291.414	292.084	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal	7,60%		F
FIDC I I Grupo Energisa - 2ª Série	220.602	221.896	CDI + 0,70% a.a.	mai/31	Mensal	10,64%		F
Repasse BNDES - Bradesco (3)	41.942	32.771	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%		A
Repasse BNDES - Itaú (3)	37.013	29.178	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%		A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	29.287	26.736	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Repasse BNDES - Itaú (3)	25.838	23.586	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Luz para Todos - Eletrobrás (7)	-	29.055	6,00 a 8,00% a.a. (Pré)	mai/22	Trimestral	6,00% a 8,00%		-
(-)Custo de captação incorrido na contratação	(1.091)	(1.373)	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	645.005	653.933						
Resolução 4131-Bank of America ML I	-	102.673	2,00% a.a. (Pré)	jun/17	Final	3,50%		D
Loan Citi - 4131 (1)	47.898	-	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Trimestral	4,50%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	47.877	-	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Trimestral	4,60%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(988)	-	-	-	-	-		-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(57)	6	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	94.730	102.679						
Total Energisa Mato Grosso do Sul	739.735	756.612						

Energisa Tocantins								
Luz para Todos I - Eletrobrás	18.324	23.622	6,0% a.a.	abr/22	Mensal	6,00%		F
Luz para Todos II - Eletrobrás	41.153	63.600	SELIC	out/19	Mensal	9,85%		-
CCB - Santander (1)	41.742	69.911	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	12,22%		F
Repasse BNDES - Bradesco (3)	65.697	54.851	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%		A
Repasse BNDES - Itaú (3)	28.856	24.093	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%		A
Repasse BNDES - Bradesco (3)	47.462	42.544	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Repasse BNDES - Itaú (3)	20.848	18.688	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Nota Promissória Itaú 1ª Emissão (1)	-	100.408	1,85 a 1,95% CDI	Dez/19	Final	11,79% a 11,89%		A
Nota Promissória Itaú 2ª Emissão (1)	151.667	-	105,50% CDI	out/18	Final	10,49%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(1.661)	(2.037)	-	-	-	-		-
Total em Moeda Nacional	414.088	395.680						
Resolução 4131 - Itaú (1)	163.159	213.866	3,03% a.a. (Pré)	abr/20	Mensal	5,54%		F
Loan Citi - 4131 (1)	37.207	-	Libor + 1,70% a.a.	mai/22	Trimestral	4,50%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	37.187	-	Libor + 1,80% a.a.	mai/22	Trimestral	4,60%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(939)	-	-	-	-	-		-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.469	4.880	-	-	-	-		-
Total em Moeda Estrangeira	238.083	218.746						
Total Energisa Tocantins	652.171	614.426						

Energisa Sul Sudeste (8)								
CCB - Santander (1)	4.275	7.160	CDI + 2,28% a.a.	jun/19	Mensal	12,22%		F + A
Repasse BNDES I - Itaú (3)	43.812	15.800	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%		A
Repasse BNDES II - Itaú (3)	29.111	9.731	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%		A
Nota Promissória - SAFRA (1)	10.903	-	CDI + 1,65%	fev/19	Final	11,59%		A
Total em Moeda Nacional	88.101	32.691						
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	25.804	84.698	4,29%a.a. (Pré)	fev/18	Trimestral	4,90% a 5,79%		A
Resolução 4131 - Bank of America ML (1)	-	42.033	1,85% a.a. (Pré)	jun/17	Trimestral	3,35%		A
Loan Citi - 4131 (1)	22.706	-	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Trimestral	4,50%		A
Loan Citi EDC - 4131 (1)	22.703	-	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Trimestral	4,60%		A
Banco BBM 55722 Operação 4131	21.398	-	2,76% a.a. (Pré)	abr/18	Final	4,26%		A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(480)	-	-	-	-	-		-
(-) Marcação à Mercado de Dívida (2)	(8)	1.329	-	-	-	-		-

Total em Moeda Estrangeira	92.123	128.060
Total Energisa Sul Sudeste	180.224	160.751

Cia Nacional de Energia Elétrica (8)

Repassse BNDES I - Itaú (3)	-	8.558	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES II - Itaú (3)	-	4.702	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Total em Moeda Nacional	-	13.260					
Total Cia Nacional de Energia	-	13.260					

Cia Força e Luz Oeste (8)

Luz para Todos - Eletrobrás	-	64	6,0% a.a. (Pré)	jul/18	Mensal	6,00%	F
Repassse BNDES I - Itaú (3)	-	2.141	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES II - Itaú (3)	-	1.754	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Total em Moeda Nacional	-	3.959					
Resolução 4131 - Itaú BBA (1)	-	25.422	4,29% a.a. (Pré)	fev/18	Final	5,79%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	753	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	-	26.175					
Total Cia Força e Luz Oeste	-	30.134					

Empresa Vale Paranapanema (8)

Repassse BNDES I - Itaú (3)	-	8.453	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES II - Itaú (3)	-	5.068	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Total em Moeda Nacional	-	13.521					
Total Vale Paranapanema	-	13.521					

Empresa Elétrica Bragantina (8)

Luz para Todos - diversos - Eletrobrás	-	1.661	6,0% a.a. (Pré)	jul/22	Mensal	6,00%	F
Repassse BNDES I - Itaú (3)	-	9.195	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov/21	Mensal	11,08% a 11,38%	A
Repassse BNDES II - Itaú (3)	-	6.520	SELIC + 4,34%	nov/21	Mensal	14,19%	A
Total em Moeda Nacional	-	17.376					
Resolução 4131 - Itaú (1)	-	13.031	3,40% a.a. (Pré)	nov/17	Mensal	4,90%	A
Resolução 4131 - ABC (1)	-	46.263	4,96% a.a. (Pré)	ago/17	Final	6,46%	A
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	-	1.505	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	-	60.799					
Total Empresa Elétrica Bragantina	-	78.175					

Energisa Soluções

FINEP -	1.026	2.257	8,00% a.a. (Pré)	out/18	Mensal	8,00%	A
FINAME - Itaú BBA	2.608	3.035	2,50 a 6,00% a.a. (Pré)	set/24	Mensal	2,50% a 6,00%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(5)	(10)	-	-	-	-	-
Total em Moeda Nacional	3.629	5.282					
Total Energisa Soluções	3.629	5.282					

Energisa Soluções Construções

FINAME - Itaú BBA	3.919	3.903	4,80 a 6,00% a.a. (Pré)	nov/24	Mensal	6,00%	A
FINAME - Itaú BBA	1.494	-	SELIC + 5,14% a 5,20%	abr/22	Mensal	14,99%	a
FINAME - Itaú BBA	3.794	-	TJLP + 4,80% a 4,87% a.a.	abr/22	Mensal	11,92%	a
Total em Moeda Nacional	9.207	3.903					
Total Energisa Soluções Construções	9.207	3.903					

Energisa Comercializadora

ITAU BBA - 4131 ECOM Nº AGE923670	33.861	33.360	4,85% a.a. (Pré)	jul/18	Final	6,35%	-
(+) Marcação à Mercado de Dívida (2)	241	1.570	-	-	-	-	-
Total em Moeda Estrangeira	34.102	34.930					
Total Energisa Comercializadora	34.102	34.930					

Rede Energia S.A.

Credores "RJ" - Bicbanco	4.925	4.577	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	F
Credores "RJ" - BNB	10.859	10.091	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	F
Total em Moeda Nacional	15.784	14.668					
Total Rede Energia S.A.	15.784	14.668					

Denerge

FI-FGTS (Reestruturado)	273.391	263.987	TR + 4,00% a.a.	nov/35	Final	4,60%	-
Total em Moeda Nacional	273.391	263.987					
Total Denerge	273.391	263.987					
Cia Téc.de Comercialização de Energia							
Credores "RJ" - BMG	3.789	3.521	1,0% a.a. (Pré)	nov/35	Final	1,00%	-
Total em Moeda Nacional	3.789	3.521					
Total Cia Téc.de Comerc.de Energia	3.789	3.521					
Em Moeda Nacional	3.851.067	3.326.927					
Em Moeda Estrangeira	1.746.877	2.067.183					
Energisa Consolidada	5.597.944	5.394.110					

(*) A=Aval Energisa S/A, B=Alienação Fiduciária, C=Depósito Caução, D=Fiança, E=Fundo Reserva, F=Recebíveis

Condições restritivas financeiras (Covenants):

- (1) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.
- (2) Estas operações estão sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 37).
- (3) A Companhia firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A , Banco BTG Pactual S.A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM já enquadrado para as subsidiárias de distribuição de energia elétrica controladas pela Companhia, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e as controladas e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures de 7ª emissão (vide nota explicativa Nº 22).

Até 31 de dezembro de 2017 foram liberados R\$922.221, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos conforme demonstrado abaixo:

Empresas	Valores (R\$)
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	323.408
Energisa Mato Grosso Sul Distribuidora Energia S/A	143.798
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	175.096
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	96.970
Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	49.754
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	36.264
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A (a)	78.666
Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	10.541
Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	7.724
Total	922.221

(a) Vide nota explicativa nº1.

Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão das controladas, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Além disto, estes contratos possuem obrigações contratuais não financeiras, como envio periódico de informações, cumprimento regular de normas trabalhistas, manutenção de licenças necessárias à operação, bem como de seguros, entre outras, que são avaliadas pelo banco quanto ao fiel atendimento. O descumprimento desses níveis e obrigações pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2017, os índices foram cumpridos.

- (4) Considera bônus de adimplimento de 25% e 15% sobre juros para investimentos no semiárido e fora do semiárido, respectivamente.
- (5) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.
- (6) As controladas EMT e EMS liquidaram antecipadamente seus empréstimos junto a Eletrobrás em junho/ 2017. A controlada EMT alienou em março/ 2017 aeronave adquirida através de contratado de arrendamento mercantil.

(7) Foram liquidados antecipadamente os empréstimos junto a ELETROBRÁS em junho/17, junto a CEF em julho/17 e junto ao BNB em agosto/17.

(8) Vide nota explicativa nº1.

Para garantia do pagamento das parcelas, as controladas mantêm aplicações financeiras no montante de R\$147.271 (R\$216.924 em 2016), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo consolidado.

Os contratos de financiamentos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 37 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia e suas controladas têm como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2017	2016
US\$ x R\$	1,50%	-16,54%
TJLP	7,12%	7,50%
SELIC	9,85%	14,02%
CDI	9,94%	14,00%
IPCA	2,95%	6,29%
IGP-M	-0,53%	7,19%
LIBOR	1,30%	0,67%
UMBNB	0,06%	0,07%
TR	0,60%	2,01%
IPC-FIPE	2,26%	6,55%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2019	931.492
2020	792.546
2021	428.671
2022	252.462
Após 2022	1.519.277
Total	3.924.448

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldos em 2016 e 2015	162.893	423.411	5.394.110	5.460.440
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	270.000	1.790.920	1.773.025
Custos Apropriados	-	-	(5.336)	(5.780)
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	3.591	(41.695)	443.507	45.119
Marcação Mercado da Dívida	844	(1.127)	(14.117)	39.816
Pagamento de principal	(79.618)	(470.883)	(1.638.458)	(1.517.169)
Pagamento de juros	(4.233)	(16.813)	(372.682)	(401.341)
Saldos em 2017 e 2016	83.477	162.893	5.597.944	5.394.110
Circulante	83.477	81.730	1.673.496	1.317.902
Não circulante	-	81.163	3.924.448	4.076.208

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos exercícios subsequentes são:

Empresas	Contratos	2018	2019	2020 em diante	Total
ESE	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	25	25	24	74
	Banco ABC Repasse BNDES	18	8	-	26
	Banco Itaú BBA - BNDES	82	82	158	322
	Banco BAML	250	-	-	250
	Banco SAFRA	217	76	-	293
		592	191	182	965
EPB	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	97	97	97	291
	Banco do Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	161	161	308	630
	Nota Promissória SAFRA 1º Série	8	0	0	8
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	152	38	0	190
		418	296	405	1.119
EMG	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	24	24	24	72
	Banco Itaú BBA - BNDES	62	62	117	241
		86	86	141	313
ENF	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	6	6	6	18
	Banco Itaú BBA - BNDES	14	14	27	55
		20	20	33	73
EBO	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	8	8	7	23
	Banco Itaú BBA - BNDES	20	20	40	80
	Nota Promissória SAFRA 1º Série	1	-	-	1
	Nota Promissória SAFRA 2º Série	23	6	-	29
		52	34	47	133
ESOL	Finep	5	-	-	5
		5	-	-	5
ETO	Banco Santander	115	18	-	133
	Banco Itaú BBA - BNDES	341	336	644	1.321
	Banco Citibank	191	191	463	845
	Banco Citibank - EDC	21	21	51	93
	Nota promissória 2ª Emissão	208	-	-	208
		876	566	1.158	2.600
ESS	Banco Citibank	96	96	239	431
	Banco Citibank - EDC	11	11	27	49
		107	107	266	480
EMT	Banco Itaú BBA - BNDES	615	615	1.179	2.409
	Loan Citibank	201	201	503	905
	Loan EDC	22	23	56	101
	Nota promissória 1ª Emissão	346	-	-	346
		1.184	839	1.738	3.761
EMS	Banco Itaú BBA - BNDES	269	282	540	1.091
	Loan Citibank	201	201	487	889
	Banco Citibank - EDC	22	22	55	99
		492	505	1.082	2.079
	TOTAL	3.832	2.644	5.052	11.528

22. Debêntures (não conversíveis em ações)

O saldo das debêntures e demais componentes a elas relacionados, são como:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Debentures - moeda nacional	2.771.141	1.538.294	3.382.727	2.275.826
(-) custos de captação incorridos na captação	(3.604)	(4.827)	(26.110)	(8.213)
Total	2.767.537	1.533.467	3.356.617	2.267.613
Circulante	241.939	110.780	326.147	274.588
Não Circulante	2.525.598	1.422.687	3.030.470	1.993.025

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimen to	Amortiza ção/ parcelas	Taxa efetiva de juros
	2017	2016						
ENERGISA S/A								
5ª Emissão/1ª Série	-	58.078	15/07/2012	12.857 / 12.857	CDI+2,3348% a.a	jul / 17	Anual, após jul.2016	12,27%
5ª Emissão/2ª Série	352.643	343.159	15/07/2012	27.143 / 27.143	IPCA+10,7011 % a.a	jul / 19	Anual, após jul.2018	13,65%
7ª Emissão/1ª Série (*)	194.273	189.020	25/11/2015	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 20	Final	11,70%
7ª Emissão/2ª Série (*)	194.274	189.020	25/11/2015	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 21	Final	11,70%
7ª Emissão/3ª Série (*)	194.274	189.020	25/11/2015	166.667 / 117.001	IPCA+8,75% a.a	ago / 22	Final	11,70%
7ª Emissão/4ª Série	195.259	189.999	25/11/2015	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 20	Final	13,20%
7ª Emissão/5ª Série	195.259	189.999	25/11/2015	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 21	Final	13,20%
7ª Emissão/6ª Série	195.259	189.999	19/07/2017	166.667 / 117.001	IPCA+10,25% a.a	ago / 22	Final	13,20%
8ª Emissão/1ª Série	205.291	-	19/07/2017	197.598 / 197.598	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Anual	8,55%
8ª Emissão/2ª Série	184.299	-	19/07/2017	177.348 / 177.348	IPCA+5,6601 % a.a	jun / 24	Anual	8,61%
Debentures 9ª Emissão 1ª Série	62.623	-	31/10/2017	7.126 / 7.126	IPCA+4,4885 % a.a	out / 22	Final	7,44%
Debentures 9ª Emissão 2ª Série	11.676	-	31/10/2017	1.328 / 1.328	IPCA+4,7110 % a.a	out / 24	Final	7,66%
Debentures 9ª Emissão 3ª Série	21.742	-	31/10/2017	2.472 /2.472	IPCA+5,1074 % a.a	out / 27	Final	8,06%
Debentures 9ª Emissão 4ª Série	764.268	-	31/10/2017	87.074 / 87.074	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	10,71%
(-) custos de captação	(3.604)	(4.827)	-	-	-	-	-	-
Total ENERGISA S A	2.767.536	1.533.467						
ENERGISA SERGIPE								
3ª Emissão	24.316	36.904	30/10/2013	60 / 60	115,5% do CDI	out / 19	Anual	11,48%
Total ENERGISA SERGIPE	24.316	36.904						
REDE ENERGIA								
4ª Emissão	47.253	43.914	22/12/2009	370.000 / 0	1% a.a	jul /36	Final	1,00%
Total REDE ENERGIA	47.253	43.914						
EMS								
Debentures 7ª Emissão	-	353.240	31/05/2014	40.000 / 40.000	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Semestral	12,22%
Debentures 8ª Emissão	306.200	-	22/09/2017	30.000 / 30.000	107,50% CDI	set / 22	Semestral	10,69%
(-) custos de captação	(923)	(1.601)	-	-	-	-	-	-
Total EMS	305.277	351.639						
EMT								
Debentures 5ª Emissão	233.818	303.474	15/05/2014	34.140 / 34.140	CDI+2,28% a.a	mai / 21	Mensal, após jun.2016	12,22%
(-) custos de captação	(1.071)	(1.785)	-	-	-	-	-	-
Total EMT	232.747	301.689						
TOTAL	3.382.727	2.275.826						
(-) custos de captação (**)	(20.512)	-	-	-	-	-	-	-
(-) custos de captação	(5.598)	(8.213)	-	-	-	-	-	-
Total dos custos de captação	(26.110)	(8.213)						
Total em moeda nacional	3.356.617	2.267.613						
CONSOLIDADO	3.356.617	2.267.613						

(*) Debêntures simples conjugadas com bônus de subscrição

No último trimestre de 2015 a Companhia emitiu três séries de debêntures simples, conjugadas com bônus de subscrição (parte da 7ª Emissão de Debêntures da Energisa), o que corresponde a conversibilidade dessas debêntures em ações da Energisa. Na data de emissão, o somatório dessas três séries correspondiam a R\$500.001. O valor das debêntures foi contabilizado como dívida e a legislação, como dívida, ao mesmo tempo, o IAS39/CPC38 determina que a opção de conversibilidade seja precificada e contabilizada, o que

representou o reconhecimento na despesa financeira do exercício o montante de R\$150.000 na rubrica de instrumentos financeiros derivativos.

O direito do exercício do bônus de subscrição (a conversibilidade), pelos debenturistas, se daria ao preço da unit (ENGI11) a R\$ 18,25 (31/12/2017), enquanto estava negociada a R\$ 27,30/unit na mesma data. Trata-se de uma opção “dentro do dinheiro”, o que reflete elevada probabilidade de conversão. A despeito dessa elevada probabilidade de exercício de direito de conversão, o que restaria a redução da dívida e aumento do Capital Social, mantido o registro da dívida, acrescida do efeito do instrumento financeiro derivativo.

- (**) Em 19 de Julho de 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª e 2ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, ESS e ETO, com vencimento em 15/06/2022 e remuneração de IPCA mais 5,60% ao ano para a 1ª Série e com vencimento 15/06/2024 e remuneração de IPCA mais 5,6601% ao ano para a 2ª Série. Em 31 de dezembro de 2017 o valor dos custos de captação é de R\$13.096 de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMT e ETO, conforme segue: (i) EMG R\$581; EPB - R\$1.020; ESE - R\$653; EMT - R\$5.356; ETO - R\$2.619 e ESS - R\$2.867, estes custos serão amortizado mensalmente até os vencimentos das respectivas debêntures.
- (**) Em 31 de outubro de 2017 a Companhia adquiriu a totalidade de Debêntures de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries incentivadas emitidas pelas controladas EMG, ESE, EPB, EMT, EMS, ESS e ETO, com vencimento em 15/10/2022 e remuneração de IPCA mais 4,4885% ao ano para a 1ª Série, com vencimento 15/10/2024, remuneração de IPCA mais 4,7110% ao ano para a 2ª Série, com vencimento em 15/10/2027 e remuneração de IPCA mais 5,110% ao ano para a 3ª Série, com vencimento 15/10/2022, remuneração de 107,75% CDI ao ano para a 4ª Série. Em 31 de dezembro de 2017 o valor dos custos de captação é de R\$7.416 de suas controladas diretas EMG, ESE, EPB e das controladas indiretas ESS, EMS, EMT e ETO, conforme segue: (i) EMG R\$438; EPB - R\$1.378; ESE - R\$857; EMT - R\$1.269; ETO - R\$1.146; EMS - R\$1.295 e ESS - R\$1.033, estes custos serão amortizado mensalmente até o vencimento das respectivas debêntures.
- Os recursos captados com a emissão foram destinados para os projetos de Investimentos em Infraestrutura de Distribuição de Energia Elétrica que compreende a expansão, renovação ou melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica.
- Os recursos decorrentes da 7ª emissão da Energisa fazem parte de um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR destinados ao reforço da estrutura de capital da empresa para viabilizar a modernização e expansão de suas controladas operacionais de distribuição de energia elétrica, sobretudo as controladas adquiridas da Rede Energia S/A.

Em acréscimo também foi contratado sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S/A, Banco Bradesco S/A, Banco BTG Pactual S/A e Banco Citibank S/A, visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM (nota explicativa nº 21).

O acordo de investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da Companhia de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contados da data de emissão das debêntures, dentre outros.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 37). Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.

As debêntures estão garantidas por aval da controladora Gipar S/A.

- Os debenturistas da 5ª emissão da Energisa, em correspondência de 23 de maio de 2016 estabeleceram novos indicadores com aplicação a partir de 30 de junho de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.
- Os debenturistas da 5ª emissão de debêntures da controlada EMT e os debenturistas da 7ª emissão de debêntures da controlada EMS em correspondências de 29 de junho 2016 suspenderam a aplicação dos indicadores financeiros durante o período de 30 de junho de 2016 a 30 de junho de 2017 e, estabeleceram novos indicadores para os trimestres subsequentes. Em 31 de dezembro de 2017, as exigências contratuais foram cumpridas.

- As debêntures de 4ª emissão da controlada Rede Energia com o Banco do Nordeste do Brasil S/A foram repactuadas na Recuperação Judicial - (opção A) com juros de 1% e estão sendo apresentadas deduzidas de R\$288.910 (R\$291.407 em 2016) de ajuste a valor presente.

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	166.191	242.127
2020	627.602	802.367
2021	627.965	752.251
2022	890.835	976.980
Após 2022	213.005	256.745
Total	2.525.598	3.030.470

Os custos de captações das debêntures a serem amortizados nos exercícios subsequentes são como segue:

Empresas	Contratos	2017	2018	2019 em diante	Total
ESA	Debêntures 5ª Emissão/2ª Série	91	53	-	144
	Debêntures 7ª Emissão/1ª Série	193	193	129	515
	Debêntures 7ª Emissão/2ª Série	159	159	265	583
	Debêntures 7ª Emissão/3ª Série	135	135	359	629
	Debêntures 7ª Emissão/4ª Série	194	193	129	516
	Debêntures 7ª Emissão/5ª Série	159	159	265	583
	Debêntures 7ª Emissão/6ª Série	135	136	363	634
		1.066	1.028	1.510	3.604
ESE	Debêntures 4ª Emissão 1ª Série	76	76	188	340
	Debêntures 4ª Emissão 2ª Série	48	48	217	313
	Debêntures 5ª Emissão 1ª Série	13	13	36	62
	Debêntures 5ª Emissão 2ª Série	2	2	8	12
	Debêntures 5ª Emissão 3ª Série	2	2	18	22
	Debêntures 5ª Emissão 4ª Série	158	158	445	761
		299	299	912	1.510
EPB	Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	118	118	295	531
	Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	75	75	339	489
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	20	20	56	96
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	10	14
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	4	4	33	41
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	259	253	715	1.227
		478	472	1.448	2.398
EMG	Debêntures 8ª Emissão 1ª Série	67	67	168	302
	Debêntures 8ª Emissão 2ª Série	43	43	193	279
	Debêntures 9ª Emissão 1ª Série	7	7	19	33
	Debêntures 9ª Emissão 2ª Série	1	1	4	6
	Debêntures 9ª Emissão 3ª Série	1	1	9	11
	Debêntures 9ª Emissão 4ª Série	80	80	228	388
		199	199	621	1.019
ESS	Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	332	332	828	1.492
	Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	212	212	951	1.375
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	16	16	43	75
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	10	14
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3	3	21	27
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	190	190	537	917
		755	755	2.390	3.900
ETO	Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	303	303	757	1.363
	Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	193	193	870	1.256
	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	17	17	49	83
	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	2	2	12	16
	Debêntures 3ª Emissão 3ª Série	3	3	23	29
	Debêntures 3ª Emissão 4ª Série	211	211	596	1.018
		729	729	2.307	3.765
EMS	Debêntures 8ª Emissão	194	194	535	923
	Debêntures 9ª Emissão	263	117	915	1.295
		457	311	1.450	2.218
EMT	Debêntures 5ª Emissão	533	223	315	1.071
	Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	619	619	1.549	2.787
	Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	395	395	1.779	2.569
	Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	19	19	54	92
	Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	3	3	11	17
	Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	3	3	27	33
	Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	233	233	661	1.127
		1.805	1.495	4.396	7.696
	TOTAL	5.788	5.288	15.034	26.110

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldos em 2016 e 2015	1.533.467	1.516.588	2.267.613	2.516.577
Ajuste a valor presente	-	-	-	-
Novas debêntures obtidas	1.224.946	-	1.524.946	-
Venda Debêntures Tesouraria 5ª Emissão 2ª Série	-	4.814	-	4.814
Custos Apropriados	-	(217)	(22.794)	(217)
Encargos de dívidas - juros, variação monetária	209.323	244.672	293.566	376.318
Pagamento de principal	(51.594)	(51.898)	(192.074)	(150.964)
Recompra de debêntures	-	(30.851)	(293.707)	(189.106)
Pagamento de juros	(148.605)	(149.641)	(220.933)	(289.809)
Saldos em 2017 e 2016	2.767.537	1.533.467	3.356.617	2.267.613
Circulante	241.939	110.780	326.147	274.588
Não circulante	2.525.598	1.422.687	3.030.470	1.993.025

Recompra de debêntures - Controladora:

. Em 19 de abril de 2016 controladora efetuou uma compra de 362 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R\$ 5.076.

. Em 31 de maio de 2016 controladora efetuou uma compra de 1.413 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R\$ 20.447.

. Em 30 de junho de 2016 controladora efetuou uma compra de 362 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R\$ 5.328.

Recompra de debêntures - Controladas:

. Em 09 de outubro de 2017, a controlada indireta Energisa Mato Grosso do Sul efetuou o resgate de 40.000 debêntures de sua emissão referente ao saldo em circulação da 7ª Emissão 1ª Serie no valor de R\$295.058, que inclui juros de R\$1.351 canceladas em dezembro de 2017;

. Em 04 de janeiro de 2016 e em 23 de março de 2016 controlada indireta Energisa Mato Grosso efetuou o resgate e cancelamento de 10.000 debêntures de sua 5ª emissão 2ª série com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$100.000 de principal e de R\$3.800 de juros, totalizando R\$103.800.

. Em 08 de setembro de 2016 controlada indireta Energisa Mato Grosso efetuou uma recompra de 860 debêntures para tesouraria de sua 5ª emissão 2ª série no valor de R\$ 8.255, tendo sido canceladas em outubro de 2016.

. Em 04 de janeiro de 2016 a controlada indireta Energisa Tocantins efetuou o resgate de 5.000 debêntures de sua 1ª emissão com o pagamento de liquidações aos debenturistas de R\$50.000.

23. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	-	-	467.510	334.662
Encargos Sociais	1.551	624	26.317	20.870
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	57.911	121.990
Contribuição Social s/ o Lucro - CSSL	-	-	23.402	44.318
Contribuições ao PIS e a COFINS	1.511	1.389	98.094	113.204
Imposto Sobre Serviços - ISS	972	-	7.215	-
Imposto s/ Operações Financeiras - IOF	330	269	1.044	812
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	924	1.266	4.463	6.097
Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta - CPRB	-	-	525	240
Outros	535	243	25.747	39.741
Total	5.823	3.791	712.228	681.934
Circulante	5.823	3.791	496.762	426.431
Não Circulante	-	-	215.466	255.503

- (a) ICMS - A controladora indireta Energisa Sul Sudeste, possui liminar suspendendo a cobrança do ICMS sobre os valores faturados com subvenção do "baixa renda", com depósito judicial, enquanto as controladas EMT, ETO, , EPB, ESE, EBO, EMG e ENF possuem R\$136.840 (R\$59.130 em 2016), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres e ICMS sobre a demanda de energia, que se encontram suspenso por liminares dos consumidores (vide nota explicativa nº 7, item nº 6). Todos os valores citados encontram-se demonstrados no passivo não circulante.

- **Programa especial de regularização tributária (PERT)**

No exercício de 2017a Companhia e suas controladas aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei 13.496/2017 (MP 783), que possibilitou o pagamento à vista de 5% a 20% do saldo devedor, sem reduções, em até cinco parcelas mensais e sucessivas, vencíveis de agosto a dezembro de 2017, acrescidos pela variação dos juros Selic e liquidação dos saldos dos débitos com utilização de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, próprios e/ou de empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta, ou de empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa.

A Companhia e suas Controladas apuraram o montante de valores a pagar de R\$3.592 na controladora e R\$74.485 no consolidado, referentes a Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), PIS, COFINS e INSS, incluídos no Programa, conforme segue:

Companhia, Controladas diretas e indiretas	INSS	IRPJ /CSLL	PIS/COFINS	Débito atualizado em 2017
. Energisa S/A	474	3.118	-	3.592
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	897	3.594	-	4.491
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	10.856	2.278	2.409	15.543
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	763	5.446	-	6.209
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	1.542	4.412	139	6.093
. Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A	368	316	1.444	2.128
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	238	-	-	238
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	837	5.347	5.840	12.024
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	347	-	-	347
. Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	434	2.435	12.004	14.873
. Energisa Soluções S/A	176	-	-	176
. Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	68	-	-	68
. Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda	10	68	-	78
. Empresa de Eletricidade Vale do Paranapanema S/A	1100	-	-	1.100
. Denerge Desenvolvimento Energético S/A	-	7.525	-	7.525
TOTAL	18.110	34.539	21.836	74.485

Demonstrativo dos valores apurados incluídos no Programa:

	2017	
	Controladora	Consolidado
Valor do débito	2.607	47.334
Atualização (juros + multas)	985	27.151
Total	3.592	74.485
Liquidação:		
. Pagamento a vista (antecipações) - 5%	(180)	(3.771)
. Redução de multas e juros (outras despesas financeiras)	(743)	(21.340)
Saldos liquidados com prejuízos fiscais e base negativa - próprios,	(2.669)	(26.250)
. Saldos liquidados com prejuízos fiscais e base negativa - Controlada	-	(23.124)
Total	(3.592)	(74.485)

A controladora e as controladas devem manter os pagamentos regular dos impostos, contribuições e demais obrigações para garantir as condições do programa. A consolidação dos débitos será realizada pela Receita Federal do Brasil em até cinco anos.

- **Plano de Regularização de Créditos Tributários (Regularize)**

Em dezembro de 2017 as controladas, EMG e ESS aderiram ao Plano de Regularização de Créditos Tributários (Regularize) do Governo do Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei 22.549/2017, para quitação de valores relativos de Créditos de ICMS de Ativo Intangível/Imobilizado e ICMS incidente sobre a subvenção CDE - venda de energia elétrica, considerando os benefícios do plano, conforme segue:

Lei nº 22.549/2017 - Regularize	EMG	ESS	Total
Principal	10.728	7.548	18.276
Multas, juros e honorários	35.207	578	35.785
Redução de juros e multas	(32.543)	(202)	(32.745)
Valor liquidado em 20/12/2017	13.392	7.924	21.316

Do montante de R\$18.276 de principal, R\$4.461 foi registrado pela controlada EMG como aumento do valor do ativo intangível/imobilizado e R\$13.815 reconhecidos pelas controladas na rubrica clientes, consumidores e concessionárias. As multas, juros e as reduções no montante de R\$3.040 foram contabilizadas em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

24. Parcelamento de impostos - consolidado

As controladas possuem parcelamentos de impostos junto as secretarias estaduais e federais, que incluem os respectivos benefícios e reduções, distribuídos da forma a seguir. Os parcelamentos federais são corrigidos pela variação da Taxa Selic e os estaduais através dos índices próprios de cada Estado.

	Consolidado	
	2017	2016
PIS/COFINS	-	2.051
ICMS	71.863	82.695
Total	71.863	84.746
Circulante	10.157	13.839
Não Circulante	61.706	70.907

Os valores são distribuídos conforme demonstrado abaixo:

	EMT	ESS(*)	2017	2016
PIS/COFINS	-	-	-	2.051
ICMS	222	71.641	71.863	82.695
Total	222	71.641	71.863	84.746
Circulante	222	9.935	10.157	13.839
Não Circulante	-	61.706	61.706	70.907

(*) Em 30 de junho de 2017, foram incorporadas pela Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S/A (nova denominação de Caiuá - Distribuição de Energia S/A), Empresa Elétrica Bragantina S/A, Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S/A, Companhia Nacional de Energia Elétrica e Companhia Força e Luz do Oeste.

	Consolidado				
	Valor original	Multa	Juros	2017	2016
PIS/COFINS	-	-	-	-	2.051
ICMS	38.862	4.334	28.667	71.863	82.695
Total	38.862	4.334	28.667	71.863	84.746
Circulante	5.548	646	3.963	10.157	13.839
Não Circulante	33.314	3.688	24.704	61.706	70.907

Os saldos consolidados dos impostos parcelados estão programados para serem liquidados conforme apresentado abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
2017	-	13.839
2018	10.157	15.997
2019	14.819	14.583
2020	13.859	13.643
Após	33.028	26.684
Total	71.863	84.746
Circulante	10.157	13.839
Não Circulante	61.706	70.907

25. Encargos setoriais - consolidado

	2017	2016
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	118.930	121.890
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico-FNDCT	4.071	3.582
Ministério de Minas e Energia - MME	2.016	1.777
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica-PROCEL	7.896	-
Pesquisa e Desenvolvimento-P&D	154.483	132.438
Programa de Eficiência Energética-PEE	184.419	230.256
Total	471.815	489.943
Circulante	289.867	314.144
Não-circulante	181.948	175.799

Os encargos setoriais correspondem a 1% da receita operacional líquida e visam financiar e a combater o desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico, relacionado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D),

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Conta de Desenvolvimento Energético-CDE - refere-se a: (i) cota anual do exercício 2017 no montante de R\$61.591 (R\$53.058 em 2016); ii) cota destinada a devolução do aporte de CDE no montante de R\$18.611 (R\$12.943 em 2016) (iii) cota destinada a devolução do aporte da conta no Ambiente de Contratação Regulada ("Conta ACR") no montante de R\$38.728 (R\$43.226 em 2016).

26. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias

Uma provisão é reconhecida no momento em que a obrigação for considerada provável pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo das movimentações das provisões:

Controladora	Trabalhistas	Fiscais	2017	2016
Saldos iniciais - não circulante - 2016 e 2015	1.319	13	1.332	674
Constituições de provisões	141	-	141	1.026
Reversões de provisões	(5)	-	(5)	(417)
Pagamentos realizados	(7)	-	(7)	-
Atualização monetária	32	-	32	49
Saldos finais - não circulante - 2017 e 2016	1.480	13	1.493	1.332
Depósitos e cauções vinculados (*)			(64)	(68)

(*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$357 (R\$96 em 2016). Deste total, R\$293 (R\$28 em 2016) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de ser possível ou remoto.

Consolidado	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatório	2017	2016
Saldos iniciais - não circulante - 2016 e 2015	217.271	269.280	17.794	-	504.345	572.629
Constituições de provisões	132.547	86.037	795	-	219.379	165.120
Reversões de provisões	(53.958)	(47.507)	(3.269)	-	(104.734)	(162.391)
Pagamentos realizados	(82.487)	(60.766)	(1)	-	(143.254)	(107.619)
Atualização monetária	3.433	5.781	1.161	-	10.375	36.606
Transferência	-	(18.833)	-	18.833	-	-
Saldos finais - não circulante - 2017 e 2016	216.806	233.992	16.480	18.833	486.111	504.345
Depósitos e cauções vinculados (*)					(106.320)	(143.139)

(*) As controladas diretas e indiretas possuem depósitos e cauções vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$249.138 (R\$208.223 em 2016). Deste total, R\$142.818 (R\$65.084 em 2016) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico ser possível ou remoto.

Perdas prováveis - consolidado

• Trabalhistas

A maioria das ações tem por objeto discussões sobre: (i) Acidentes de trabalho; (ii) Horas extras e reflexos; (iii) Sobreaviso e reflexos; (iv) Equiparação salarial e reflexos; (v) Adicional de gratificação para dirigir veículos; (vi) FGTS (40% sobre o expurgo inflacionário); (vii) adicional de periculosidade. Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia e controladas, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estima-se em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencidas nas ações.

No exercício findo em 31 dezembro de 2017 no consolidado foram constituídas cerca de R\$132.547 de aumento de provisões trabalhistas, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões sobre o recebimento de horas extras, adicional periculosidade, sobreavisos. Entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$82.487, e por consequência reverteram provisões de R\$53.958. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionados às ações de empregados que discutiam o recebimento de horas extras e de sobreaviso, bem como de ações relacionadas a indenizações de danos morais e materiais, decorrentes de acidentes de trabalho, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente, encerradas por acordo de pagamento.

• Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, tais como (i) corte indevido de energia elétrica; (ii) inscrição indevida (SPC/Serasa); (iii) cancelamento/revisão de fatura de irregularidade de consumo; (iv) cancelamento/revisão de fatura de consumo normal; (v) ressarcimento de danos elétricos; (vi) ligação ou troca de titularidade de UC; (vii) programa Luz no campo/programa luz para todos; (viii) incorporação/ indenização por construção de rede particular de energia elétrica; (ix) acidentes com terceiros; (x) indenizações.

Existem ainda ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos às controladas resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída provisão pelo valor da tarifa majorada.

As provisões cíveis no exercício foram incrementadas em mais R\$86.037, principalmente relacionadas a novas ações e ao incremento do risco em ações existentes, devido à movimentação processual, basicamente envolvendo as discussões suscitadas por consumidores, sobre os valores que compõe as faturas das notas fiscais/conta de energia elétrica e suspensão de fornecimento, bem como danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétricas, entretanto as controladas realizaram pagamentos da ordem de R\$60.766, e por consequência reverteram provisões de R\$47.507. Os arquivamentos dos processos estão basicamente relacionado às ações envolvendo questionamento dos valores nas faturas, danos decorrentes de variações na tensão elétrica e danos materiais e morais decorrentes de acidentes na rede elétrica, todas em estágio avançado de tramitação e já julgadas desfavoravelmente e encerradas por acordo de pagamento.

- **Fiscais**

Referem-se à discussões relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL. Os processos se encontram com a exigibilidade de seus créditos suspensa, quer seja por estarem em trâmite, os processos administrativos, quer seja porque se encontram devidamente garantidas às execuções fiscais em andamento.

As provisões fiscais no exercício foram incrementadas em mais R\$795, principalmente relacionadas a novas ações relacionadas a COFINS, INSS, PIS, ISS, ICMS, IRPJ e CSLL, tendo sido revertido provisões de R\$3.269.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão sujeita a várias reivindicações legais, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Principais processos: Controlada ETO

Processo nº 2010.002.0904-8 alterado para nº 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa, no montante envolvido de R\$4.940 (R\$4.544 em 2016).

Processo nº 5008221-35.2011.827.2729 - Cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$3.675 (R\$3.380 em 2016).

- **Regulatórias**

As controladas EMT, EMS, ETO e ESS possuem processos de contingências regulatórias junta à ANEEL de montante de R\$18.833 (R\$15.469 em 2016), referente descumprimento de preceito regulatório principalmente relacionado a disponibilização de informações de fiscalização de base de remuneração.

Perdas possíveis - Consolidado

A Companhia e suas controladas possuem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$3.506.883 (R\$4.431.780 em 2016) no consolidado, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão.

A redução de R\$924.897, registrada no exercício, refere-se, a movimentações relacionadas as reversões advindas de arquivamento de processos de alteração/redução de provisões e de alterações de prognóstico registradas no exercício, merecendo destaque a redução de R\$262.572 referente aos processos cíveis nº 21/2013 CTCE e 21/2013 REDE ENERGIA além de liquidação do processo de natureza fiscal de ICMS em que a controlada EMT fez incluir no REFIS Estadual de Mato Grosso no montante de R\$232.467.

- **Trabalhistas**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$170.858 (R\$167.247 em 2016), no consolidado, referem-se aos seguintes objetos: discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pelas controladas, reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias, bem como a cobrança de contribuição sindical.

O incremento de R\$3.611, registrado no exercício refere-se, às movimentações relacionadas ao provisionamento de novos processos entrantes, alteração/aumento de provisão e atualização monetária da base de processos ativos.

Principais processos:

Controladas

EPB

. Reclamação Trabalhista 00361.2008.011.13.00-4, proposta por empregados próprios onde o autor requer indenização, com valor envolvido de R\$1.346 (R\$1.316 em 2016).

. Reclamação Trabalhista 00181.2011.018.13.00-2, proposta por empregados próprios onde o autor requer verbas contratuais/legais, com valor envolvido de R\$1.520 (R\$1.485 em 2016).

. Reclamação Trabalhista 0001366-81.2017.513.0005, com citação em outubro de 2017, proposta por empregados próprios onde o autor requer reintegração, com valor envolvido de R\$1.508.

ESE

. Ação Civil Pública 0001086-97.2012.5.20.0003 com valor envolvido de R\$8.632 (R\$8.438 em 2016), onde se discute pedido de Danos Morais e Materiais, advindo de questões relacionadas a legalidade da terceirização.

. Ação trabalhista 0001944-97.2013.5.20.0002 com valor envolvido de R\$2.233 (R\$2.183 em 2016), onde discute indenização por acidente de trabalho/terceirizado.

EMT

. Reclamação trabalhista 0001087-16.2017.5.23.0006 com citação em outubro de 2017, valor envolvido de R\$12.870, onde se discute questões relacionadas a jornada de trabalho.

. Reclamação trabalhista 0000203-14.2015.5.23.0052 com valor envolvido de R\$2.819 (R\$2.756 em 2016) relacionada a Responsabilidade Subsidiária, onde se discute questões relacionadas obrigações não cumpridas pelo contratado com relação a acidente de trabalho.

. Reclamação trabalhista 0000806-57.2017.5.23.0007 com valor envolvido de R\$1.872, recebido em 28 de julho de 2017, relacionada a Responsabilidade Subsidiária, onde se discute questões relacionadas obrigações não cumpridas pelo contratado com relação a acidente de trabalho.

ETO

. Processo 0001392-04.2016.5.10.0812 no montante de R\$3.428 (R\$3.363 em 2016) onde se discute questões envolvendo indenização por acidente de trabalho.

. Processo 0023044-62.2013.5.02.0030 no montante de R\$2.292 (R\$2.240 em 2016) onde se discute questões envolvendo verbas contratuais.

. Processo 0000772-26.2015.5.10.0812 no montante de R\$1.125 (R\$1.099 em 2016) onde se discute questões envolvendo verbas rescisórias.

ESS

. Reclamação trabalhista envolvendo questões relacionadas a Verbas Contratuais/Legais “horas extras”, “acumulo de função”, “diferenças salariais”, sobreaviso, processo 0011567-73.2016.5.15.0115, com valor envolvido de R\$4.357 (R\$2.877 em 2016).

• Cíveis

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$1.283.350 (R\$1.814.298 em 2016) no consolidado, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica em razão da

incerteza de seu valor; (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, ou de falta momentânea de energia; e (iii) ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado. Além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que se encontram em processo de defesa administrativa.

A redução de R\$530.948, registrada no exercício refere-se, a movimentações relacionadas as reversões advindas de arquivamento de processos, alterações/redução de provisão e reversões advindas de alterações de prognóstico realizadas no exercício, merecendo destaque a redução de R\$262.572 advinda dos processos 21/2013 CTCE e 21/2013 REDE ENERGIA.

Principais processos:

Controladora:

Em 25 de abril de 2016, a Companhia e sua controlada Energisa Soluções (requeridas) foram comunicadas sobre o requerimento de instauração de arbitragem, em curso perante o Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil Canadá, formulado pela São João Energética (requerente).

O pedido formulado pelo requerente tem por base a suposta violação do contrato de compra e venda de ações e/ou quotas, assinado em 19 de novembro de 2014, mediante o qual as requeridas pactuaram a venda à requerente de três fundos de investimentos, contratualmente denominados FIP Eólicas, FIP Biomassa e FIP PCH. Por meio de alienação desses fundos, as requeridas, indiretamente, venderam à requerente as quotas ou ações de determinadas sociedades, pertencentes aos aludidos fundos de investimento.

“Atualmente, o processo está em fase instrutória. As partes apresentaram no dia 28/02/2018 pareceres técnicos com as respostas aos quesitos dos peritos. Corre prazo para que cada uma das Partes apresentem suas contestações aos pareceres técnicos apresentados pela outra Parte. A audiência de instrução foi designada para os dias 12, 13 e 14 de junho de 2018. Considerando os elementos no sentido de boa-fé das requeridas e a complexidade da prova pericial que será realizada, os consultores jurídicos classificam como “possível” o êxito da Energisa S.A. e da Energisa Soluções S.A.”

Controladas:

EMG

. Ação cível coletiva, 2009.38.00.027572-2 no montante de R\$14.929 (R\$14.593 em 2016), por meio da qual a Associação Brasileira de Consumidores contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia elétrica.

. Ação cível coletiva, 2009.38.00.027553-0 no montante de R\$8.957 (R\$8.755 em 2016), por meio da qual a Associação de Defesa de interesses coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia elétrica.

. Ação cível coletiva, 10640724269201326 no montante de R\$5.409 (R\$5.385 em 2016) envolvendo discussão sobre crédito recolhimento PIS/COFINS, Art. 3.9718/98.

EPB

. Ação 0002664-83.2015.815.0131 com valor envolvido de R\$51.187 (R\$50.035 em 2016), processo onde se discute questões relacionadas a rescisão contratual (ação anulatória proposta pela Cooperativa de Eletrificação Rural). O autor questiona a transferência da rede de eletrificação realizada entre a Cervap e a Energisa EPB, requerendo a nulidade da escritura pública de transação entre as empresas e de todos os atos decorrente da mesma.

. Ação 0800663-51.2015.815.0371 R\$11.944 (R\$11.675 em 2016), onde se discute questões relacionadas a indenização por incêndio/queimadas.

. Ação 0800388-05.2015.815.0371 R\$11.032 (R\$10.784 em 2016), onde se discute questões relacionadas a indenização por incêndio/queimadas.

ENF

. Ação Ordinária 00019795219988190037 envolvendo obrigação de fazer, com valor envolvido de R\$2.793 (R\$2.730 em 2016), relacionada a transferência de ações.

. Ação Civil Pública 0004079-96.2006.8.19.0037 com valor envolvido de R\$1.890 (R\$1.848 em 2016), referente a questões de relacionadas a cobrança e repasse de COSIP.

ESE

. Ação cível coletiva 2009.38.00.027553-0 no montante de R\$8.923 (R\$8.760 em 2016), por meio da qual a Associação de Defesa de interesses coletivos contesta valores recebidos pelas Distribuidoras por conta de reajustes supostamente concedidos a maior. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da Companhia.

. Ação cível 200610100241, no montante de R\$15.851 (R\$15.495 em 2016), em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

EMS

. Ação cível coletiva 00651268720144013800, no montante de R\$162.739 (R\$159.077 em -2016), por meio da qual a Associação de Defesa dos Consumidores de Energia, objetivando a devolução em dobro de valores supostamente cobrados de forma indevida. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas, implicando na alteração das bases contratuais do contrato de concessão e toda metodologia de fixação das tarifas elaboradas pelo Poder Concedente.

. Ação civil pública 00081923720034036000, no montante de R\$60.955 (R\$59.583 em 2016), por meio da qual o Ministério Público Federal, pleiteia a anulação da Resolução ANEEL nº167, que fixou o índice de reposicionamento tarifário, para em seu lugar, fixar outro índice que não o IGPM.

A redução registrada no exercício de R\$89.081, refere-se principalmente a movimentação ocorrida na ação civil pública 00446886420058120001, anteriormente no montante de R\$79.026 em 2016 para R\$977 em 2017.

Ação cível pública, no montante de R\$977 (R\$79.026 em 2016), por meio da qual o Ministério Público Estadual, requer que a controlada EMS seja impedida, em caso de furto de energia, de cobrar o débito retroativo apurado e interromper o fornecimento de energia, bem como a ser condenada a devolver em dobro os valores cobrados com base no procedimento combatido. A redução ocorrida no exercício foi realizada em face da posição dos consultores jurídicos.

EMT

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041 no montante de R\$67.513 (R\$65.994 em 2016), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041 no montante de R\$38.259 (R\$37.398 em 2016), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003 no montante de R\$33.044 (R\$32.301 em 2016), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.

. Ação de indenização 1005691-76.2017.811.0041 no montante de R\$27.469, recebida em 13 de março de 2017, onde se discute matéria relacionada a verbas não pagas por ocasião da execução de contratos de prestação de serviços adicionais.

REDE ENERGIA

. Ação de execução por quantia certa número 01415375820128260100 com montante envolvido de R\$27.277 (R\$158.843 em 2016), para a cobrança dos supostos créditos consubstanciados em Cédulas de Crédito Bancário, emitidas pelas Centrais Elétricas do Pará - CELPA. Na hipótese da CELPA vir a ser condenada, esse débito poderá ter de se sujeitar ao Plano de Recuperação Judicial, o processo que no exercício sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

. Ação civil pública 00313063920124013900 com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo Ministério Público Federal, no montante envolvido de R\$195.977 (R\$159.990 em 2016), por meio da qual pretende anular a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 3.731, de 30/12/2012, que autorizou a CELPA a destinar para investimentos na área de concessão os recursos decorrentes das compensações devidas a seus consumidores por transgressões aos limites dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica, no período de 29/02/2012 a 07/08/2015, processo que no 2TRI sofreu alteração no valor envolvido, tendo ocorrido uma redução, haja vista necessidade de adequação ao risco envolvido conforme parecer do consultor jurídico.

. Ação na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de SP. O processo de recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira das sociedades envolvidas. Em fevereiro de 2016, a administradora judicial protocolou petição informando que o plano de recuperação vinha sendo devidamente cumprido, requerendo o encerramento da Recuperação Judicial. Em agosto de 2016, o parecer da administradora foi acolhido, tendo sido proferida decisão decretando o encerramento da recuperação judicial, uma vez que cumpridas todas as obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial dentro do período de dois anos previsto no artigo 61, da Lei 11.101/2005. Contra esta decisão alguns credores apresentaram embargos de declaração, os quais foram devidamente rejeitados pelo Juízo da recuperação em decisão datada de 11/10/2016. Na sequência, um dos credores interpôs Apelação contra a decisão de encerramento, o qual aguarda julgamento pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Apesar de pendente o julgamento desta Apelação, o Juízo da recuperação, autorizou a retirada da expressão “em recuperação judicial” da razão social das Recuperadas, o que já foi averbado junto às respectivas juntas comerciais.

ETO

. Processo 2008.34.00.007382-8 com valor envolvido de R\$32.182 (R\$31.458 em 2016) onde se discute questões contratuais relacionadas a desapropriação.

. Processo 5032063-73.2013.827.2729 com valor envolvido de R\$23.472 (R\$22.944 em 2016) onde se discute questões contratuais relacionadas a nulidade contratual.

. Processo 5000750-04.2012.827.2738 com valor envolvido de R\$4.291 (R\$4.195 em 2016) onde se discute questões relacionadas a indenização por danos morais e materiais.

ESS

. Ação de Indenização onde se discute questões relacionadas a Verbas Contratuais, 1005048-10.2015.8.26.0482 com valor pedido de R\$20.499 (R\$19.989 em 2016), proposta em abril de 2016.

• Fiscais

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$2.284.751 (R\$2.450.235 em 2016), no consolidado, referem-se basicamente a discussões sobre: (i) PIS e COFINS incidentes sobre as faturas de energia elétrica; (ii) ICMS incidente sobre a demanda de energia; (iii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (iv) diferencial de alíquota; e (v) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro; (vi) cobrança de ISS sobre prestação de serviços oriundos da concessão; (vii) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo permanente da empresa, já tendo a comprovação obtida decisões favoráveis em 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com

transito em julgado em alguns processos; (viii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento.

A redução de R\$165.484, registrada no exercício refere-se a movimentações relacionadas as reversões advindas de arquivamento de processos, de alteração/redução de provisão e de alterações de prognóstico registradas no exercício e inclusão do REFIS Estadual.

Principais processos:

Controladora

. Auto de infração objetivando a cobrança de IOF no período de 2003 a 2005, sobre adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em favor da controlada Energisa SE, no montante envolvido de R\$57.695 (R\$56.294 em 2016).

Controladas:

EMG

. Processo nº 0087729-97.2016.8.13.0153 com valor envolvido de R\$33.947 (R\$20.932 em 2016), onde se discute: (i) recolhimento do ICMS em razão do encerramento do diferimento do pagamento do imposto, haja vista que parte da energia elétrica adquirida no mercado interno ocorreu ao abrigo do diferimento e foi objeto de saídas isentas ou não tributadas, contrariando as normas tributárias vigentes; e (ii) emissão de notas fiscais para fins de recolhimento do imposto diferido, conforme estabelecido no artigo 15, 1º, inciso I da Parte Geral do RICMS/2002 e no Artigo 49-A do Anexo IX do RICMS/2002. O aumento observado no exercício está fundamentado em reavaliação do risco financeiro envolvido no processo, conforme análise assessores jurídicos.

. Processo nº 0083561-52.2016.8.13.0153 no montante R\$14.271 (R\$14.024 em 2016), além deste processo a controlada possuía outros três de menor valor, sendo: processo nº 0087737-74.2016.8.13.0153 no montante de R\$4.131, processo nº 0678047-84.2007 no montante de R\$5.451 e processo nº 006420-20.2017.8.13.0153 no montante de R\$5.020, referentes apropriação indevida de créditos de ICMS no período fevereiro/2012 a janeiro/2013, decorrente de: (i) aquisição de materiais de uso ou consumo sem vinculação direta ao ativo imobilizado, bens alheios à atividade do estabelecimento; bens/materiais classificados genericamente como "Diversos" e da contratação de serviços de transporte sem vinculação direta aos bens do ativo imobilizado que geraram direito ao crédito, (ii) valor ICMS lançado indevidamente no CIAP e (iii) valor apropriado a menor decorrente da diferença entre o coeficiente de creditamento utilizado pelo contribuinte e o apurado pelo Fisco.

Em dezembro de 2017, por decisão da Administração, os processos citados foram inseridos no Plano de Regularização de Créditos Tributários (Regularize), com substanciais vantagens econômico-financeiras *vis a vis* os riscos e custos envolvidos na continuidade das discussões, o que permitiu a liquidação dos processos com redução de multas e juros de R\$19.764.

O débito original é de R\$4.461, acrescidos de atualização monetária, juros e multas de R\$392, totalizando em R\$4.853, pagos em 20/12/2017, (vide nota explicativa nº23).

. Processo no montante R\$19.127 em 2016, referente aos créditos de ICMS nas aquisições de equipamentos para o ativo imobilizado e intangível.

Em 2017 teve prognóstico alterado "possível para Remoto" em virtude de julgamento favorável dos embargos de execução.

ENF

. Auto de Infração 03.396678-9, com valor envolvido de R\$9.677 (R\$8.944 em 2016), referente a cobrança de ICMS, em virtude da não submissão à tributação de parcela da receita relativa à subvenção de tarifa de energia elétrica, recebida à título de complementação da tarifa aplicada aos consumidores subclasse residencial baixa renda.

. Auto de Infração 03.396674-8, com valor envolvido de R\$2.264 (R\$2.135 em 2016) referente à cobrança de ICMS sobre operações anteriores à distribuição de energia elétrica, na hipótese de perdas comerciais.

. Processo de execução fiscal 0032674-42.2012.4.02.5101, com valor envolvido de R\$2.861 (R\$2.767 em 2016), referente à exigência de créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS/COFINS e CSLL.

. Ação Civil Coletiva 2009.38.00.027553-0, no montante de R\$9.485 (R\$8.722 em 2016), referente a recálculo das tarifas de energia elétrica, de forma que a Parcela B não absorva os ganhos de escala supostamente decorrentes do aumento da demanda. O impacto no caso de perda do processo é eventual recálculo das tarifas praticadas e redução de até 3% no valor das tarifas de energia da controlada da ENF.

ETO

. Processo nº 5003614-42.2012.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a ICMS incidente sobre operações de compra de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa no montante envolvido de R\$163.081 (R\$145.446 em 2016).

. Processo nº 5008221-35.2011.827.2729 - cobrança de débito tributário apurado por meio do auto de infração relativo a glosa de créditos de ICMS baseado na aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no montante envolvido de R\$77.611 (R\$68.002 em 2016).

. Auto de Infração 2014/003353 com valor envolvido de R\$39.434 (R\$36.269 em 2016), relacionado a discussões sobre registro de notas fiscais de entrada de energia e transmissão no período 2010 a 2014.

. Auto de Infração 10746.720279/2014-95 com valor envolvido de R\$5.318 (R\$4.891 em 2016), relacionado a discussões sobre recolhimento da estimativa do CSLL apurado em outubro de 2011.

EPB

. Auto de infração 10467.720529/2011-81, com montante envolvido de R\$102.164 (R\$100.764 em 2016), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da controlada EPB, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Processo administrativo 14751.002.618/2009-72, com montante envolvido de R\$46.598 (R\$42.161 em 2016), pelo qual a Receita Federal autuou de forma reflexa o lançamento suplementar de IRPJ dos fatos geradores de 2001 e 2002 e anos calendários de 2005 e 2006, cobrando glosas de deduções de despesas, variações monetárias passivas, adições não computadas na apuração do lucro real e compensações não autorizadas.

. Auto de Infração 93300008.09.00000271/2017.59 recebido em março de 2017, no montante de R\$89.956, lavrado pela Receita Estadual em virtude da glosa dos créditos de ICMS nas aquisições de máquinas, equipamentos e acessórios sob a argumentação: (i) as aquisições objeto de creditamento escriturada nos Livros fiscais (CIAP - Controle do Crédito do Ativo Permanente) por entendimento de não ser de propriedade da EPB; (ii) aquisições destinar-se-iam exclusivamente ao emprego na prestação de serviços tributada pelo ISS; (iii) as saídas subsequentes promovidas pela Impugnante não configurariam fatos geradores do ICMS. A alegação do Estado é que o registro das operações no Ativo Imobilizado somente era possível até o ano de 2009. A partir de 2010, as normas contábeis passaram a exigir a escrituração das novas aquisições no Ativo Intangível.

. Auto de Infração 93300008.09.00002467/2014-35 com valor envolvido de R\$40.671 (R\$37.407 em 2016) onde se discute questões relacionados a glosa de ICMS.

. Auto de Infração 93300008.09.70/2016-70 com valor envolvido de R\$28.991 (R\$26.664 em 2016) onde se discute questões relacionados a glosa de ICMS.

ESE

. Auto de infração 10.510.724763/2011-12 com montante envolvido de R\$170.848 (R\$157.135 em 2016), pelo qual a Receita Federal sustenta a suposta falta de adição na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, de despesas consideradas indedutíveis relativas à amortização do ágio referente à privatização da controlada ESE, bem como a suposta compensação indevida de prejuízos fiscais e da base de cálculo da contribuição social.

. Auto de infração nº 201717189, com montante envolvido de R\$20.125 recebido em 2017, onde se discute questões relacionadas a base de cálculo para recolhimento de ICMS.

. Auto de infração 10.510.001.892/2010-00 com montante envolvido de R\$69.772 em 31 de dezembro de 2016, lavrado pela Receita Federal do Brasil sob o fundamento de que a Companhia não computou nas bases de

cálculo do IRPJ e CSLL, integralmente, o valor da receita oriunda da recomposição tarifária extraordinária relativamente aos anos - calendário de 2005 e 2006, bem como pelo fato da Energisa SE ter utilizado de compensação indevida de prejuízos fiscais em 2006 e 2007, tendo em vista a reversão dos prejuízos após o lançamento das infrações constatadas nos períodos base 2005 - 2006. Esse processo foi encerrado em 2017 com decisão favorável.

EMS

. Auto de infração 10140720806201057, com montante envolvido de R\$65.786 (R\$60.506 em 2016), lavrado pela Receita Federal para cobrança de créditos tributários de PIS e COFINS, das competências de dezembro de 2007 a fevereiro de 2008, decorrentes da glosa de créditos apropriados no regime não cumulativo sobre os valores que seriam restituídos aos consumidores por força de determinação da ANEEL.

EMT

. Processos envolvendo ICMS incidente sobre demanda de energia ("ICMS Demanda") montavam R\$677.204 (R\$622.848 em 2016), para o qual a Companhia não constituiu provisão, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. Os processos referentes a ICMS Demanda, decorrem de autuação em virtude de falta de arrecadação e recolhimento do tributo, por conta de impedimento judicial (decisões judiciais suspendendo a exação, obtidas por consumidores). Após a cessação dos efeitos das referidas decisões, a controlada EMT vem mantendo discussões com a SEFAZ/MT, no sentido de construir uma solução para a arrecadação deste tributo, por meio da participação da EMT, na condição de mero agente arrecadador. As discussões culminaram na abertura da possibilidade de adesão direta pelos consumidores, ao programa de parcelamento vigente do Estado (Refis MT - Leis Estadual 10.433/2016 e Decreto 780/2016).

Autuação fiscal da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso, no montante de R\$232.467 (R\$230.237 em 2016), processo 5002848/2016, invalidando transferência de créditos adquiridos pela Companhia, na apuração do ICMS devido mensalmente. Alega-se: (i) suposto recolhimento a menor do ICMS, por apropriação de crédito fiscal em montante supostamente superior ao permitido pela legislação; e (ii) ausência de enquadramento da transferência, ao convênio ICMS85/2011, contra o que a Companhia defende-se no respaldo legal havido para a operação.

Em novembro de 2017, por decisão da Administração, a autuação acima foi inserida no Refis Estadual do Estado, com substanciais vantagens econômico-financeiras *vis a vis* os riscos e custos envolvidos na continuidade da discussão, o que permitiu a liquidação do processo com redução de multas e juros de R\$114.430. O débito original é de R\$73.821 acrescidos de atualização monetária, juros e multas de R\$44.216, totaliza em R\$118.037 pagos em 20/12/2017.

Por se tratar de créditos adquiridos de terceiros em 2012 a controlada EMT está preparando as medidas judiciais e extra-judiciais cabíveis para que possa reaver os valores despendidos. Da mesma forma, por entender o risco na realização do ativo, reconheceu o montante original da dívida no valor de R\$73.821, como perdas com crédito de ICMS, redutor do ativo não circulante, tendo registrado em outras despesas financeiras, na demonstração do resultado do exercício no consolidado.

. Destaca-se também os processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, nas operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente no valor total de R\$199.673, dentre os quais salienta-se uma execução fiscal no valor de R\$60.068, processo 1000985-84.2016.811.0041; em divergência com preceitos constitucionais e com a Lei Complementar nº 87/96, a Lei Estadual nº 7.098/98 do Estado de Mato Grosso veda em seu art. 25, §6º, a tomada deste crédito; o tema é objeto da ADI nº 4.623/MT, em trâmite perante o STF, já com parecer favorável da Advocacia Geral da União.

. Auto de infração 01117855020128130699 lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, com montante envolvido de R\$61.128 em 2016, com cobrança de ICMS relativo ao período de janeiro de 2010 a janeiro de 2012, sob o fundamento de que a Companhia supostamente teria se apropriado indevidamente de crédito fiscal relativo ao diferencial de alíquota pelas aquisições de bens destinados ao ativo permanente, que após apresentação de manifestação via E-PROCESS teve a autuação transferida para o processo 5205023/2012, com valor envolvido de R\$71.705.

ESS

. Auto de Infração, 4.034.268-2 montante de R\$20.532 (R\$17.333 em 2016) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS sobre valores recebidos a título de subvenção econômica da subclasse baixa renda referente fevereiro de 2008 até dezembro 2009.

. Auto de Infração, 4.022.209 montante de R\$5.340 (R\$5.100 em 2016) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS.

. Auto de Infração, 10880.914021/2011-61 montante de R\$3.260 (R\$2.999 em 2016) onde se discute questões relacionadas incidência de ICMS.

. Regulatório

ETO

. Ação judicial 48500.000184/2015-98 no montante de R\$13.656 (R\$12.560 em 2016) relacionada a questões do refis, de aquisições de prejuízos fiscais de controladas do mesmo grupo econômico e de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

ESS

Processo administrativo 48500.000184.2015-98 no montante de R\$16.219 (R\$5.118 em 2016) relacionada a questões do refis, de aquisições de prejuízos fiscais de controladas do mesmo grupo econômico e de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

Processo administrativo 0026725-92.2009.4.01.3800 no montante de R\$1.937 (R\$673 em 2016) envolvendo discussão sobre recálculo das tarifas de energia elétrica das concessionárias, de forma que a Parcela B não absorva os ganhos de escala supostamente decorrentes do aumento de demanda.

27. Taxas regulamentares - consolidado

Movimentação	2017	2016
Saldo inicial -2016 e 2015	154.340	173.500
Juros	12.927	22.438
Amortização	(70.350)	(41.598)
Total do Parcelamento	96.917	154.340
Saldo Final -2017 e 2016	96.917	154.340
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	37.321	59.465
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (*)	59.596	94.875
Circulante	58.635	58.635
Não circulante	38.282	95.705

Os valores das taxas regulamentares foram integralmente parcelados, em 01 de julho de 2014, junto à Eletrobrás pelas controladas indiretas EMT, ETO, ESS^(*), ^(*), conforme segue: (i) RGR e CDE parcelado em 60 meses, sendo os juros SELIC incidentes sobre o principal, amortizados nas 24 primeiras parcelas e o principal nas demais; (ii) Os débitos em atraso referente ao Proinfa e CCC foram divididos em 12 parcelas iguais e consecutivas. Os parcelamentos das controladas ESS^(*), CNEE^(*), CFLO^(*) EEB^(*) e EDEVP foram totalmente liquidados.

(*) A Energisa Sul Sudeste (nova denominação social da Caiuá) incorporou em 30 de junho de 2017 a EEB, CNEE, EEB, EDEVP e CFLO.

28. Incorporação de redes - consolidado

As Resoluções Normativas da ANEEL n.º 223/2003, n.º 229/2006, n.º 238/2006, n.º 250/2007, n.º 368/2009, n.º 414/2010 e n.º 488/2012 estabelecem as condições gerais para o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras. Os regulamentos citados preveem que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pelas controladas EMT, EMS, ETO, ESS^(*), EEB^(*), CNEE^(*), CFLO^(*), e EDEVP^(*) até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

O prazo de universalização de energia elétrica das controladas EMT e ETO, em áreas rurais no Mato Grosso e Tocantins, foi prorrogado para 2020 e 2018, respectivamente. A revisão do cronograma foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio da Resolução Homologatória n.º 1993 (EMT) e n.º 1994 (ETO), publicada no Diário Oficial da União (DOU) do dia 15 de dezembro de 2014.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

(*)

A Energisa Sul Sudeste (nova denominação social da Caiuá) incorporou em 30 de junho de 2017 a EEB, CNEE, EEB, EDEVP e CFLO.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

Descrição	2017	2016
Saldo em 2016 e 2015	313.013	294.625
Adição no exercício	51.778	49.464
Atualização monetária	56.509	55.887
Pagamentos	(211.330)	(86.963)
Saldo em 2017 e 2016	209.970	313.013
Circulante	111.053	234.398
Não circulante	98.917	78.615

29. Outras passivos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Participações Empregados	7.889	1.398	44.762	37.097
Salários a pagar	-	-	17.462	18.048
Banco Daycoval Rede Energia RJ	50.693	50.693	50.693	50.693
Outros Benefícios a empregados	2.070	320	13.867	7.674
Provisão fundo de pensão (HSBC)	2.000	2.000	4.000	4.000
Prêmio de seguros	26	23	2.970	2.676
Adiantamentos de clientes	-	-	34.957	44.909
Retenção de caução contratual empreiteiras	235	140	13.655	13.596
Rede Energia Participações S/A - Banco Pine	-	-	1.663	1.663
Parcelamentos de multas regulatórias	-	-	17.498	6.765
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD	-	-	12.201	12.201
Taxa fiscalização ANELL - contribuição mensal	-	-	3.229	5.632
Encargos emergenciais (ECE e EAE)	-	-	18.684	19.529
Ressarcimento EPB - Salto Paraíso (*)	-	-	47.022	-
Reserva de reversão / amortização	-	-	-	8.248
Outras contas a pagar	6.721	3.800	75.751	51.547
Total	69.634	58.374	358.414	284.278
Circulante	65.475	54.820	287.481	204.650
Não Circulante	4.159	3.554	70.933	79.628

(*) Refere-se a incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela companhia a EBP(Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD")

30. Patrimônio líquido

30.1 Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$2.795.963 (R\$2.795.963 em 2016), representando 1.729.827.305 (1.729.827.305 em 2016) ações nominativas, sendo 720.210.378 (720.210.378 em 2016) ações ordinárias e 1.009.616.927 (1.009.616.927 em 2016) ações preferenciais, sem valor nominal. O montante de ações convertido em Units (certificado de ações que representa a propriedade de 4 ações preferenciais e 1 uma ação ordinária da Companhia) é de 250.070.594 (250.070.594 em 2016).

As ações preferenciais não possuem direito de voto, tem prioridade no caso de reembolso do capital em prêmio e de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, sendo-lhes assegurado o preço igual a 80% do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle.

A Companhia possui contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido o montante de R\$65.723 (R\$65.723 em 2016), relativo aos custos transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações e foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Independentemente de modificação estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite de 3.000.000.000 de ações, sendo até 1.626.300.000 em ações ordinárias e até 1.373.700.000 em ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preço de emissão.

30.2 Transação de capital - transações entre sócios

	2017	2016
Saldo inicial - 2016 e 2015	4.273	(26.973)
Transações entre sócios - reflexo (1)	(89.453)	(10.074)
Ganho apurado com novas aquisições de participação em controladas diretas e indiretas	4.497	41.320
Saldo final - 2017 e 2016	(80.683)	4.273

(1) Inclui parcela reflexa do percentual de participação na controlada EEVP, referente ao instrumento financeiro derivativo conforme descrito na nota explicativa nº 37.

30.3 Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

30.4 Reserva de lucros - reserva de retenção de lucros

O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$260.829 (R\$8.607 em 2016), foram retidos com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

30.5 Reserva de lucros - retenção de lucro acumulado originado por mudança de prática contábil

Constituída com o ganho por compra vantajosa ocorrido com a aquisição da participação de não controladores em controladas, auferido no exercício de 2006. Na AGE de abril de 2012 e 2011, foram capitalizados R\$60.000 e R\$131.210, respectivamente. O saldo remanescente de R\$62.539 está registrado, como lucros acumulados por mudança de prática contábil, no patrimônio líquido conforme explicitado no CPC 15 e ICPC 09, à disposição de Assembleia Geral de Acionistas.

30.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 35% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404 de 15/12/76, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

Os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	558.612	154.717
Reserva legal (5%)	(27.931)	(7.736)
Dividendos prescritos ⁽¹⁾	-	358
Lucro líquido ajustado	530.681	147.339
Dividendos obrigatórios 35%	185.738	51.569
Dividendos obrigatórios provisionados - valor por ação R\$0,051 e R\$0,3553 por Units.	88.869	11.783
Pagamentos dividendos:		
Valor pago por ações ⁽³⁾ R\$0,0572 (R\$0,023 em 2016) e valor pago por Units R\$0,286 (R\$0,115 em 2016) respectivamente.	96.870	39.786
Dividendos adicionais propostos ⁽²⁾ - valor por ação R\$0,048626 (R\$0,045 em 2016) e valor por Units R\$0,336361 (R\$0,225 em 2016).	84.114	87.163
Total dos dividendos	269.853	138.732
% sobre o lucro líquido ajustado	50,85%	94,16%

- (1) A Companhia reverteu à conta de lucros acumulados cerca (R\$358 em 2016) referente a dividendos anteriormente colocados a disposição dos acionistas por prescrição de prazos, conforme preceitua o item II do Art 287 da Lei 6.404/76.
- (2) Os dividendos adicionais propostos foram registrados na rubrica específica de dividendos a pagar dentro do próprio Patrimônio Líquido, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.
- (3) O Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares nos montantes de: (i) R\$96.870, equivalentes a R\$0,28 por units e R\$0,056 por ação ordinária do capital social, apurados no balanço intermediário até 30 de junho de 2017. Tendo sido quitados R\$96.642 em 31 de agosto de 2017 e R\$11 em 05 de setembro de 2017; e (ii) R\$98.946, correspondente a R\$0,00572 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,286 por certificado de depósito de ações (Unit), pagos em 08 de março de 2017.

30.7 Reserva de Incentivos - reserva de redução de imposto de renda (controladas)

As controladas EPB, ESE, EBO, EMT e ETO por atuarem no setor de infraestrutura na região Nordeste, Centro Oeste e Norte, obtiveram a redução do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Esta redução foi aprovada através de Laudos Constitutivos, que impõe algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos com aprovação em AGO/AGE; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07, e Lei nº 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reservas de lucros - reserva de redução de imposto de renda.

Segue as informações dos incentivos obtidos pelas:

Controladas	Órgão Governamental	Nº do laudo constitutivo	Redução de Imposto de Renda (consolidado)	
			2017	2016
EPB(*)	SUDENE	197/2012	44.784	-
ESE(*)	SUDENE	205/2012	16.752	-
EBO	SUDENE	206/2012	4.373	4.620
EMT	SUDAM	114/2014	(11.627)	44.783
ETO	SUDAM	113/2014	15.923	10.538
Total			70.205	59.941

(*) As controladas EPB e ESE não apuraram base de cálculo do Lucro da Exploração no exercício de 2016.

Esses valores foram registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica “imposto de renda e contribuição social corrente” no consolidado e foram destinados à reserva de incentivo fiscais no patrimônio líquido das controladas.

30.8 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados em atendimento ao CPC 26 (IAS 01) - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2017	2016
Saldo inicial - 2016 e 2015	(139.616)	(80.039)
Ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	(59.347)	(90.268)
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios a empregados	20.178	30.691
Saldo final - 2017 e 2016	(178.785)	(139.616)

30.9 Participação de acionistas não controladores

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

Movimentação da participação de acionistas não controladores

	Participação o acionária e no capital votante	Saldo em 2016	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Incorporação ESS (*)	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2017
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	33,40%	758.246	(4.327)	(4.612)	-	(2.285)	1	747.023
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	23,33%	215.295	12.357	(33.233)	-	(1.051)	(1)	193.367
Empresa Elétrica Bragantina S/A (*)	4,15%	4.232	285	(108)	(4.409)	-	-	-
Companhia Nacional de Energia Elétrica (*)	1,30%	1.062	167	(97)	(1.132)	-	-	-
Companhia Força e Luz do Oeste (*)	1,47%	330	21	(29)	(322)	-	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	0,07%	882	36	(83)	-	-	1	836
Rede Power do Brasil	0,01%	47	5	(1)	-	-	-	51
Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,09%	(137)	(1)	-	-	-	-	(138)
Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	9	4	(1)	-	-	-	12
Rede Energia Participações S.A	3,79%	110.708	4.695	(1.001)	-	(405)	(99.144)	14.853
Empresa E. Vale Parapanema S/A - EEVP	0,01%	129	210	(1)	-	(1)	(21.595)	(21.258)
Energisa Sul Sudeste (atual denominação da Caiuá)	0,97%	-	508	(152)	5.863	(137)	(22)	6.060
Denerge S/A	0,03%	371	10	(2)	-	(2)	(114)	263
Total		1.091.174	13.970	(39.320)	-	(3.881)	(120.874)	941.069

(*) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2017 foi aprovada a incorporação pela Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A (nova denominação da Caiuá Distribuição de Energia S/A (“CAIUA”) das empresas Companhia Nacional de Energia Elétrica (“CNEE”), Empresa de Distribuição de Energia Vale Parapanema S/A (“EDEV”), Empresa Elétrica Bragantina S/A (“EEB”) e Companhia Força e Luz do Oeste (“CFLO”), de forma que a nova área de concessão será explorada, através do Sexto Aditivo do contrato de concessão 13/1999 pela Energisa Sul-Sudeste (ESS).

	Participação acionária e no capital votante	Saldo em 2015	Resultado atribuído aos acionistas não controladores	Dividendos	Subscrição de aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Transações entre sócios	Saldo em 2016
Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S/A	33,39%	756.653	44.359	(6.910)	8.647	(2.133)	(42.370)	758.246
Energisa Tocantins Distribuidora de Energia S/A	23,33%	226.508	(3.228)	(2.227)	-	(212)	(5.546)	215.295
Empresa Elétrica Bragantina S/A	4,15%	4.453	492	(476)	-	(14)	(223)	4.232
Companhia Nacional de Energia Elétrica	1,31%	1.159	237	(329)	-	(5)	-	1.062
Companhia Força e Luz do Oeste	1,70%	494	148	(187)	-	(3)	(122)	330
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A	0,07%	874	(17)	(44)	-	-	69	882
Rede Power do Brasil	0,01%	29	23	(5)	-	-	-	47
Cia Técnica de Comercialização de Energia	0,09%	(138)	1	-	-	-	-	(137)
Multi Energisa Serviços S/A	0,10%	12	51	(7)	-	-	(47)	9
Rede Energia Participações S.A	3,79%	116.084	3.449	(4.522)	(6.229)	(323)	2.249	110.708
Empresa E. Vale Parapanema S/A - EEVP	0,01%	120	46	(3)	-	(34)	-	129
Denerge S/A	0,04%	269	(4.492)	(5)	-	(71)	4.670	371
		1.106.517	41.069	(14.715)	2.418	(2.795)	(41.320)	1.091.174

31. Receita operacional

31.1 Receita operacional bruta - controladora

	2017	2016
Receita operacional		
Serviços especializados (*)	143.193	75.636
Deduções a receita operacional		
PIS	2.363	1.255
COFINS	10.883	5.780
ISS	3.147	1.521
Receita operacional líquida	126.800	67.080

(*) Referem-se aos serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos prestados as controladas.

31.2 Receita operacional- consolidada

	2017			2016		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$	Fora do escopo dos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	5.454.252	10.475.448	6.909.414	5.333.585	10.085.052	6.387.710
Industrial	44.893	2.321.453	1.469.398	46.778	2.967.481	1.721.032
Comercial	465.540	5.312.988	3.614.670	465.600	5.365.140	3.492.827
Rural	607.237	2.765.887	1.312.333	596.133	2.592.122	1.161.935
Poder público	62.170	1.348.265	853.262	61.924	1.298.678	781.382
Iluminação pública	6.702	1.493.843	511.105	6.571	1.408.130	456.370
Serviço público	7.722	1.015.024	466.053	7.564	1.033.284	448.504
Consumo próprio	1.451	35.614	-	1.417	37.775	-
Subtotal	6.649.967	24.768.522	15.136.235	6.519.572	24.787.662	14.449.760
Suprimento	2	2.359.736	525.134	2	3.961.006	621.087
Fornecimento não Faturado líquido	-	15.549	28.128	-	(55.982)	(37.846)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	646	-	905.494	475	-	703.732
Venda de energia comercializada	-	3.951.610	828.263	-	2.458.348	488.605
Receita de construção da infraestrutura (1)	-	-	1.392.054	-	-	1.427.024
Serviços especializados	-	-	95.198	-	-	96.406
Outras receitas operacionais	-	-	127.567	-	-	126.049
Ativo Financeiro Indenizável da Concessão	-	-	211.384	-	-	125.096
(-) Ultrapassagem Demanda (2)	-	-	(32.421)	-	-	(28.341)
(-) Excedentes de Reativo (2)	-	-	(49.485)	-	-	(56.074)
Constituição e amortização. - CVA Ativa e Passiva (3)	-	-	230.765	-	-	(513.549)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	949.292	-	-	832.499
Total - receita operacional bruta	6.650.615	31.095.417	20.347.608	6.520.049	31.151.034	18.234.448
Deduções da receita operacional	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	3.564.253	-	-	3.326.926
PIS	-	-	310.249	-	-	275.634
COFINS	-	-	1.433.805	-	-	1.269.585
CPRB	-	-	4.919	-	-	4.144
ISS	-	-	14.338	-	-	11.573
Deduções Bandeiras Tarifárias (4)	-	-	46.052	-	-	9.564
Programa de Eficiência Energética - PEE -	-	-	56.241	-	-	48.872
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	1.207.941	-	-	1.413.058
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	56.267	-	-	48.851
Taxa de Fiscaliz dos serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	16.389	-	-	15.546
Total - deduções da receita operacional	-	-	6.710.454	-	-	6.423.753
Total - receita operacional líquida	6.650.615	31.095.417	13.637.154	6.520.049	31.151.034	11.810.695

- (1) A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura, exceto no caso das Transmissoras Pará I e Goiás I, difere do valor do custo de construção no montante de R\$1.334, referente ao PIS/COFINS. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição e transmissão de energia elétrica.
- (2) Inclui R\$33.250 (R\$17.746 em 2016) de receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, contabilizado em contrapartida de outros passivos financeiros setoriais, pelas controladas diretas EMG, EBO, EPB, ENF e ESE e indireta ESS, ETO, EMT e EMS, conforme Despacho ANEEL nº245/2016, e R\$14.018 na amortização referente ao Ofício Circular 112/2017-SFF/ANEEL, exclusivo para as distribuidoras que renovaram o contrato de concessão, que definiu que os dados de Ultrapassagem de Demanda e Excedente Reativo acumulados até a competência fevereiro/2017 fossem transferidos para Obrigações Especiais e os dados posteriores a março/2017 fossem contabilizados como Passivo Financeiro Setorial. Os demais montantes foram constituídos na rubrica de Obrigações especiais, no exercício de 2017 em R\$ 62.674 (R\$16.669 em dezembro de 2016).
- (3) Refere-se a montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado dos exercícios 2017 e 2016 de acordo com o OCPC 08.
- (4) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pelas controladas referentes as bandeiras tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram de R\$501.576 (R\$255.967 em 2016), tendo repassados a CCRBT o montante de R\$46.052 (R\$9.564 em 2016). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado das Companhias até 31 de dezembro de 2017 foi de R\$455.524 (R\$246.405 em 2016).

Para os meses de janeiro a novembro de 2017 e exercício de 2016 a Aneel homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	2017	2016
Janeiro	Nº 592 de 02 de março de 2017 (Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016)	(183)	26
Fevereiro	Nº 899 de 30 de março de 2017(Nº 797 de 30 de março de 2016)	(155)	48
Março	Nº 1237 de 05 de maio de 2017 (Nº 1.061 de 02 de maio de 2016)	2.097	(1)
Abril	Nº 1492 de 30 de maio de 2017 (Nº 1.431 de 31 de maio de 2016)	8.027	(1)
Maio	Nº 1944 de 04 de julho de 2017 (Nº 1.734 de 29 de julho de 2016)	8.343	(1.158)
Junho	Nº 2.330 de 01 de agosto de 2017 (Nº 2.045 de 29 de julho de 2016)	7.034	(303)
Julho	Nº 2.742 de 30 de agosto de 2017 (Nº 2.298 de 29 de agosto de 2016)	12.547	45
Agosto	Nº 3.365 de 02 de outubro de 2017 (Nº 2.626 de 30 de setembro de 2016)	9.163	69
Setembro	Nº 3.711 de 01 de novembro de 2017(Nº 2.882 de 01 de novembro de 2016)	(4.705)	36
Outubro	Nº 4.068 de 04 de dezembro de 2017 (Nº 3.147 de 01 de dezembro de 2016)	2.713	1
Novembro	Nº 0.002 de 02 de janeiro de 2018 (Nº 3.415 de 29 de dezembro de 2016)	5.529	6.033
Dezembro	Valores de dezembro 2017 foram estimados, enquanto aqueles de dezembro de 2016 foram homologados pelo despacho Nº 290 de 31 de janeiro de 2017.	(4.358)	4.769
Total		46.052	9.564

32. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na Demonstração do Resultado do Exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora		Total	
	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Despesas Operacionais Gerais e Administrativas	2017	2016
Pessoal e administradores	43.225	25.691	68.916	28.657
Entidade de previdência privada	1	684	685	351
Material	712	792	1.504	672
Serviços de terceiros	4.481	25.437	29.918	15.510
Depreciação e amortização	3.475	1.753	5.228	3.624
Provisão p/créd. Liquidação duvidosa	-	-	-	87
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	129	129	610
Outras	763	1.832	2.595	1.492
	52.657	56.318	108.975	51.003

Consolidado						
	Custo do Serviço			Despesas Operacionais	Total	
	Com Energia Elétrica	Custo de Operação	Prestado a Terceiros	Gerais e Administrativas	2017	2016
Energia elétrica comprada para revenda	7.385.694	-	-	-	7.385.694	5.977.056
Encargo de uso de sistema de transmissão e distribuição	569.700	-	-	-	569.700	682.279
Pessoal e administradores	-	772.982	55.997	178.564	1.007.543	945.766
Entidade de previdência privada	-	23.341	-	84.792	108.133	50.723
Material	-	119.678	(919)	20.152	138.911	134.785
Serviços de terceiros	-	453.322	61.894	130.412	645.628	619.685
Depreciação e amortização	-	729.849	6.737	71.089	807.675	703.644
Provisão p/créditos liquidação duvidosa	-	110.248	-	-	110.248	25.353
Reversão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	(15.216)	-	(13.393)	(28.609)	(104.740)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	1.390.720	-	1.390.720	1.427.024
Outras	-	84.342	859	121.577	206.778	180.194
	7.955.394	2.278.546	1.515.288	593.193	12.342.421	10.641.769

Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado				
	MWH (1)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	2017	2016	2017	2016
Energia de Itaipú - Binacional	3.562.884	3.237.683	942.662	639.308
Energia de leilão	12.224.735	13.574.542	2.594.370	2.632.061
Energia bilateral e outros suprimentos	10.134.867	9.142.145	2.390.690	1.872.678
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12 (2)	938.948	941.520	211.475	189.603
Energia de curto prazo - CCEE	564.380	62.511	691.704	489.202
Cotas Garantia Física-Res. Homologatória nº 1.410	7.655.137	8.237.794	1.065.792	512.043
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	621.256	637.490	207.981	226.526
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(718.980)	(584.344)
Total	35.702.207	35.833.685	7.385.694	5.977.077

(1) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

(2) Contempla valor de Resolução Normativa nº 1.585/2013.

33. Outros Resultados

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outras Receitas:				
Ganhos na desativação	-	15	95.282	55.453
Direito de crédito e outras avenças (*)	-	-	-	24.639
Reembolso de custos de gastos com obrigações (*)	-	-	-	7.666
Outras	-	-	1.477	10.972
Total	-	15	96.759	98.730
Outras Despesas:				
Perdas na desativação	(72)	(34)	(141.741)	(102.298)
Constituição de provisão - carta de crédito	-	-	-	(19.924)
Parc. REFIS Lei 10.433/2016	-	-	-	(12.131)
Outras	-	(74)	(4.858)	(16.724)
Total	(72)	(108)	(146.599)	(151.077)

(*) Refere-se a recebimento de direito de créditos e outras avenças da controlada Rede Energia e Rede Power junto EDP por força do Instrumento particular de Cessão e aquisição de direitos de crédito e outras avenças. Em 30 de setembro de 2016 foi firmado pela Energisa S/A com a controlada Rede Energia e Rede Power instrumento particular de Cessão e aquisição de créditos nos montantes de R\$15.782 e R\$8.857, respectivamente, devido a transação da Rede Energia e da Rede Power em 18 de junho de 2008 com a EDP - Energias do Brasil S.A., que celebrou instrumento particular de compromisso e permuta de ações e outras avenças tendo por objeto a permuta, sem torna, de ações de emissão da Energisa Mato Grosso do Sul, detidas pela EDP, por (i) ações ordinárias de emissão da Lajeado e ações preferenciais de emissão da Investco, detidas pela Companhia; e (ii) ações ordinárias de emissão da Tocantins, detidas pela Rede Power. Nos termos e condições do Instrumento de permuta a EDP responsabilizou-se perante a Rede Energia e Rede Power, por determinada

contingências passivas da Energia Mato Grosso do Sul. Em decorrência da obrigação de indenizar a EDP por força do instrumento particular de Cessão firmado entre a Companhia, Rede Energia e Rede Power, liquidou em 30 de setembro de 2016 o débito total de R\$24.639 diretamente com a Energisa S/A que por sua vez passou a ser devedora junto a Rede Energia e esta por sua vez com a controlada Rede Power. Adicionalmente também foram reconhecidos ressarcimentos por conta da obrigação de indenizar pela EDP a controlada Rede Energia no montante de R\$7.666. Os respectivos valores foram reconhecidos pela Rede Energia e Rede Power na demonstração do resultado do exercício em outras receitas operacionais.

34. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	102.382	93.290	237.642	307.302
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	-	-	320.211	231.448
Variação monetária e cambial	-	-	2.743	5.792
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	-	-	20.475	70.201
Juros Selic s/ impostos a recuperar	5.933	4.769	44.108	52.021
Atualização depósito judicial	8	5	9.355	7.395
Comissão de aval	34.512	25.557	-	-
Atualização dos contratos de mútuos	73.810	59.463	-	-
Tributos sobre receita financeira - PIS e COFINS	(11.372)	(10.247)	(49.736)	(39.829)
Ajuste a valor presente - atualização dos créditos Opção C	-	31.418	-	-
Juros Ativos - Estado de Tocantins	-	-	1.121	13.227
Receita financeira - contas a receber AES SUL	-	-	-	11.455
Deságio aquisição de créditos fiscais de IRPJ e CSSL - PERT	-	-	2.807	-
Reduções de multas e juros Selic - PERT	743	-	21.340	-
Juros Selic S/PERT	-	-	35.764	-
Outras	472	718	137.883	74.831
Total receitas financeiras	206.488	204.973	783.713	733.843
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas - juros	(160.436)	(233.315)	(588.165)	(762.391)
Encargos de dívidas - variação monetária cambial	(52.478)	30.338	(177.686)	288.030
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	(12.188)	38.196
Marcação a Mercado de derivativos	(135.460)	55.635	(106.943)	209.168
Marcação a Mercado da dívida	(844)	1.127	14.117	(39.816)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(15.477)	(89.606)	(116.265)	(664.990)
Atualização dos contratos de mútuos	(31.117)	(30.251)	-	-
Atualização PEE e P&D	-	-	(19.363)	(27.755)
Ajuste a valor presente - AVP	-	-	9.996	(45.035)
Atualização provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	(32)	(48)	(10.375)	(36.606)
Despesas com IOF	(5.932)	(13.535)	(30.557)	(30.215)
Despesas Aval	(11.361)	(12.916)	(11.361)	(12.916)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	-	-	(34.609)	(76.406)
Juros e multa	(4.156)	(702)	(27.243)	(65.848)
Juros e multa - PERT	(984)	-	(27.151)	-
Outros débitos fiscais - PERT	-	-	(5.255)	-
Juros de incorporação de redes	-	-	(55.393)	(55.890)
Juros s/ Taxas Regulamentares	-	-	(11.323)	(22.437)
Provisão valor justo títulos CCBs	-	(78.781)	-	(78.781)
Atualização monetária, juros e multas	-	-	(44.215)	-
Provisão de perdas com créditos de ICMS	-	-	(73.821)	-
Outras	20.537	-	(93.916)	(122.650)
Total despesas financeiras	(397.740)	(372.054)	(1.421.716)	(1.506.342)
Despesas financeiras líquidas	(191.252)	(167.081)	(638.003)	(772.499)

35. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Controladora	
			2017	2016
Riscos Operacionais	07/11/2018	39.000	21	17
Responsabilidade Civil Geral	-	-	-	7
Frota - Danos Materiais e Corporais e Morais a terceiros	23/10/2018	Até 360/ veículo	8	6
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/12/2018	87.317	221	146
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2018	50.000	4	1
Total			254	177

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2017	2016
Riscos Operacionais	07/11/2018	63.000	3.011	2.625
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2018	50.600	2.188	2.480
Frota - Danos Materiais e Corporais e Morais a terceiros	23/10/2018	Até 1.060/ veículo	1.127	1.225
Responsabilidade Civil Geral a 2º Risco	23/11/2018	10.000	102	120
Aeronáutico - responsabilidade civil (RETA)	12/12/2018	658	2	6
Aeronáutico - casco/LUC	12/12/2018	110.448	114	199
Compreensivo Empresarial	28/09/2018	820	2	3
Vida em Grupo Acidentes Pessoais (*)	31/12/2018	122.825	2.240	2.042
Multirrisco Hangar	-	-	-	4
RC Hangar	-	-	-	21
Transportes	30/01/2018	Até 2.000/ transporte	161	180
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	26/11/2018	50.000	281	410
Total			9.228	9.315

(*) Importância Segurada relativa ao mês de DEZ/17 e prêmio anualizado.

36. Arrendamento mercantil financeiro- consolidado

A controlada Energisa Serviços Aéreos possui arrendamento mercantil no montante de R\$540 (R\$6.412 em 2016) referentes a veículos, líquido de depreciação, registrados no ativo imobilizado, adquiridos através de contrato de arrendamento mercantil, com prazo de duração de 36 a 120 meses, com cláusulas de opção de compra e com taxas de juros de CDI.

No exercício, em atendimento ao CPC-06 (R1) (Operação de Arrendamento Mercantil), reconheceu os montantes de R\$1.603 (R\$5.693 em 2016), como despesa de depreciação e de R\$432 (R\$3.066 em 2016) como despesa financeira referente aos encargos dos contratos.

O contrato de financiamento foi encerrado em 2015.

37. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função das controladas de distribuição terem classificado os respectivos ativos e passivos financeiros setoriais e o contas a receber da concessão como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício de R\$197.115 (R\$293.849 em 2016), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgados nas notas explicativas nº 12 e 16.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 2017 e 2016 estão identificadas a seguir:

Controladora					
	Nível	2017		2016	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2	134.406	134.406	41.878	41.878
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.910.911	1.910.911	797.525	797.525
Clientes	2	34.280	34.280	5.989	5.989
Instrumentos financeiros derivativos	2	3.514	3.514	1.348	1.348
Títulos e créditos a receber	2	3.048	3.048	-	-
Créditos com partes relacionadas	2	417.515	417.515	710.946	710.946
Passivos					
Fornecedores	2	7.069	7.069	2.370	2.370
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	2	2.851.014	2.782.580	1.696.360	1.703.099
Instrumentos financeiros derivativos	2	162.694	162.694	38.261	38.261
Débitos com partes relacionadas	2	106.042	106.042	269.608	269.608

Consolidado					
	Nível	2017		2016	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	2	921.481	921.481	797.200	797.200
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	1.896.790	1.896.790	1.903.756	1.903.756
Clientes, consumidores e concessionárias	2	2.719.021	2.719.021	2.224.314	2.224.314
Títulos de créditos a receber	2	43.846	43.846	27.965	27.965
Ativos financeiros setoriais	3	1.114.024	1.114.024	690.901	690.901
Contas a receber da concessão	3	4.420.666	4.420.666	3.484.798	3.484.798
Instrumentos financeiros derivativos	2	178.417	178.417	257.959	257.959
Passivos					
Fornecedores	2	1.514.174	1.514.174	1.377.350	1.377.350
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas, debêntures e arrendamento mercantil	2	8.954.561	8.894.799	7.661.723	7.668.065
Parcelamento de tributos	2	71.863	71.863	84.746	84.746
Passivos financeiros setoriais	3	1.029.063	1.029.063	803.339	803.339
Taxas regulamentares	2	215.847	215.847	276.230	276.230
Instrumentos financeiros derivativos	2	216.095	216.095	160.832	160.832
Instrumento financeiro - MTM (*)	2	-	-	347.929	347.929
Opção de venda - PUT (*)	3	556.489	556.489	-	-

(*) A controlada EEVP e a BNDESPAR assinaram contrato assegurando à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer, em face da controlada, a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia Participações S/A, de propriedade da BNDESPAR. A opção de venda de até a totalidade das ações poderá ser exercida pela BNDESPAR, dentro do prazo de 60 dias a contar de 03/01/2019.

Em 4 de fevereiro de 1999, a controlada EEVP, o BNDES Participações ("BNDESPAR") e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior (antigo acionista do grupo Rede), celebraram Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de Emissão da Rede Energia Participações S/A (atual denominação da CAIUÁ Serviços de Eletricidade S/A), atualizados pelos Aditivos nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4 de 29 de março de 2006, 9 de agosto de 2007, 27 de abril de 2010 e 1 de agosto de 2013, respectivamente.

Em 31 de março de 2014, foi celebrado entre a controlada EEVP, BNDESPAR, a Energia S/A e o Sr. Jorge Queiroz de Moraes Júnior o Aditivo nº 5 e Consolidação do Contrato Particular de Opção de Venda de Ações de emissão da Rede Energia S/A. As partes negociaram que a controlada EEVP outorgará à BNDESPAR, a seu exclusivo critério, o direito de exercer a opção de venda de até 67.642.986 ações preferenciais de emissão da Rede Energia S/A. A referida opção de venda de ações poderá ser exercida dentro do prazo de 60 dias, a partir de 03 de janeiro de 2019. O referido Aditivo nº 5 estava condicionado à transferência para a Energisa S/A, do controle acionário indireto da controlada EEVP e da Rede Energia Participações S/A.

Em decorrência do CPC39, as demonstrações financeiras estão impactadas pelo efeito da Opção de Venda que o acionista não controlador (BNDES) possui contra a controlada EEVP, de 67.642.986 ações da controlada Rede Energia Participações (3,29% do capital social), que nesta data equivale a R\$556.489 refletidos na dívida consolidada da Companhia.

Preço de exercício

Caso a opção seja exercida, a controlada EEVP e/ou a Energisa S/A pagarão à BNDESPAR pela totalidade das ações o valor de R\$390.800, atualizados pela variação da TJLP, acrescida de 1,76% ao ano, a partir de 01 de julho de 2013.

O preço de exercício da opção poderá ser pago em moeda corrente nacional ou por meio de aumento de capital social da Energisa S/A, composto por 4 ações preferenciais e 1 ação ordinária ("Units"), a exclusivo critério da controlada EEVP e/ou da Energisa S/A.

Na hipótese de pagamento por meio de aumento de capital da Energisa S/A, o preço de cada ação ordinária e preferencial a ser emitida será de valor suficiente para perfazer o montante de R\$14,40 por Unit, atualizados a partir de 01 de julho de 2013. Caso o valor da Units for inferior a 25% do preço médio ponderado nos 60 pregões anteriores, a Energisa irá indenizar o BNDESPAR o valor de tal diferença no prazo de até 5 dias da integralização de capital.

O preço de exercício e a quantidade de Units serão ajustados sempre que houver aumentos de capital por bonificação, desdobramentos ou grupamentos de ações ou Units de emissão da Energisa S/A.

Garantias

A controlada EEVP deverá constituir em favor do BNDESPAR, como garantia do cumprimento da obrigação de compra das ações preferenciais acima citadas, a caução de no mínimo, 117.643.852 ações ordinárias de emissão da Rede Energia, de sua propriedade.

A caução de ações deverá representar, a qualquer tempo, no mínimo, 40% do capital votante da Rede Energia S/A.

Precificação

O preço de exercício - R\$9,04/ação - calculado pelo preço de exercício inicial de R\$5,78/ação acrescido de TJLP + 1,76% a. a. acumulada entre 01 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2017 e projetado até a data de exercício com TJLP de 7,5% + 1,76% a.a. A taxa livre de risco utilizada no cálculo é de 10,05% a.a. e volatilidade média ponderada do exercício foi de 45,82% a.a. Em 31 de dezembro de 2017, o preço de fechamento da ação do Rede foi de R\$ 2,38/ação.

A quantidade de ações da Put é de 67.642.986 e o prazo de exercício é de 60 dias contados a partir de 03 de janeiro de 2019.

Não derivativos - classificação e mensuração

a) Empréstimos e recebíveis

Incluem clientes, consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

b) Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia e suas controladas manifestarem intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

d) Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras, obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás, BNB, BNDES, BDMG e Finep, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referente aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado

ativo, sendo esses, o FIDC (III e IV), 7ª emissão de debêntures da Energisa, 1ª emissão de debêntures da ETO, 7ª emissão de debêntures da EMS, a 5ª emissão de debêntures da EMT e a 3ª emissão de debêntures da ESE, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia e suas controladas realizaram a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia e suas controladas têm como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia e suas controladas efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia e suas controladas documentaram: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado em R\$5.369 (R\$28.285 em 2016) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Em jul/2017, a Companhia realizou a captação de R\$374 de debêntures e efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação de juros pré-fixado para pós-fixados em CDI.

Em out/2017, a Companhia realizou a captação de R\$850 de debêntures e efetuaram a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação de juros pré-fixado para pós-fixados em CDI.

Fair Value Option

A Companhia e suas controladas optaram pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício de 2017 para as quais a Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. A partir de 31 de dezembro de 2017, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$8.748 (R\$11.531 em 2016) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia e suas controladas. Assim, fixou limites de atuação da Companhia com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria da Companhia e suas controladas.

O Comitê de Gestão de Riscos, composto pela Diretoria Financeira e Consultor externo especializado, acompanha, através do Relatório Trimestral de Gestão de Riscos, a adequação das operações à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”.

Adicionalmente, a gestão de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Para tanto, a Companhia e suas controladas contam com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	Consolidado	
	2017	2016
Dívida (a)	8.954.561	7.659.309
Caixa e equivalentes de caixa	(921.481)	(797.200)
Dívida líquida	8.033.080	6.862.109
Patrimônio líquido (b)	3.843.453	3.681.867
Índice de endividamento líquido	2,09	1,86

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívida (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 21 e nº 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos, de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia e de suas controladas.

As maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, são as seguintes:

Controladora							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		7.069	-	-	-	-	7.069
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	10,13%	157.232	312.529	1.315.123	1.926.932	305.573	4.017.389
Instrumentos Financeiros Derivativos		(5.494)	(1.798)	(1.888)	-	-	(9.180)
Total		158.807	310.731	1.313.235	1.926.932	305.573	4.015.278

Consolidado							
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%)meses	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		1.430.368	58.523	78.031	-	17.736	1.584.658
Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	8,84%	1.199.775	1.375.178	4.358.166	4.142.269	1.199.775	12.275.163
Instrumentos Financeiros Derivativos		38.140	(13.927)	(23.362)	76.379	35.091	112.321
Total		2.668.283	1.419.774	4.412.835	4.218.648	1.252.602	13.972.142

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica do Grupo Energisa, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes.

Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	6	134.406	41.878	921.481	797.200
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	6	1.910.911	797.525	1.896.790	1.903.756
Clientes, consumidores e concessionárias	7	34.280	5.989	2.719.021	2.224.314
Títulos de créditos a receber	8	3.048	-	43.846	27.965
Ativos financeiros setoriais líquido	12	-	-	384.656	690.901
Contas a receber da concessão	16	-	-	4.420.666	3.484.798
Instrumentos financeiros derivativos	37	3.514	1.348	178.417	257.959

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 21, é composto de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, Banco do Nordeste, BNDES, BDMG e FINEP) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios das controladas e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com alta de 1,50% sobre 31 de dezembro de 2016, cotado a R\$3,3080/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2017 era de 11,95%, enquanto em 31 de dezembro de 2016 era de 14,40%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia já deduzidos dos custos a apropriar, em 31 de dezembro de 2017, de R\$8.992.198 (R\$7.679.742 em 2016), R\$1.746.877 (R\$2.067.183 em 2016) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 21. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólar norte americano têm vencimento de curto e longo prazo (último vencimento em novembro de 2022) e custo máximo de 6,75% ao ano mais variação cambial.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 apresenta R\$3.457 no ativo circulante, R\$ 57 (R\$1.348 em 2016) no ativo não circulante, R\$10.749 (R\$27.637 em 2016) no passivo circulante e R\$151.945 (R\$10.624 em 2016) no passivo não circulante na controladora, R\$87.782 (R\$116.961 em 2016) no ativo circulante, R\$90.635 (R\$140.998 em 2016) no ativo não circulante, R\$63.568 (R\$139.935 em 2016) no passivo circulante e R\$709.016 (R\$368.826 em 2016) no passivo não circulante, no consolidado, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se tratam de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge. No exercício, a Energisa reconheceu diretamente no seu Patrimônio Líquido R\$29.759 (R\$10.075 em 2016) referente a sua participação nos efeitos refletidos no patrimônio das suas controladas.

A Companhia e suas controladas possuem proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
ENERGISA S/A					
Resolução 4131 - Citibank (*)	25.000	VC + (Libor + 1,64%) x 117,65%	108,00% CDI	27/04/2018	Fair Value Hedge
ESE					
Resolução 4131 - Itaú BBA (*)	50.231	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank (*)	50.000	VC + (Libor + 1,91%) x 117,65%	103,50% CDI	19/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	22.314	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.444	VC + 5,33%	CDI + 3,65%	04/04/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.400	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	12.500	VC + (Libor+1,75%) x117,65%	CDI + 1,95%	21/12/2018	Fair Value Option
EPB					
Resolução 4131 - Itaú BBA (*)	60.277	VC + 4,11%	108,95% CDI	17/04/2018	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	5.500	VC + (Libor + 1,88%) x 117,65%	CDI + 1,80%	27/02/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	20.720	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	2.900	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	21.374	VC + (Libor + 2,25%) x 117,65%	CDI + 1,99%	20/09/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.000	VC + (Libor + 2,25%) x 117,65%	116,75% CDI	21/05/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	25.480	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
EMG					
Resolução 4131 - Citibank	14.345	VC + (Libor + 1,77%) x 117,65%	CDI + 1,85%	28/05/2019	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	17.200	VC + (Libor + 2,16%) x 117,65%	CDI + 2,50%	26/04/2019	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.091	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Itaú BBA	8.993	VC + 4,47%	119,03% CDI	23/06/2020	Fair Value Option
ENF					
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,05%	CDI + 2,95%	26/02/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	8.250	VC + (Libor + 1,62%) x 117,65%	CDI + 1,50%	28/09/2022	Fair Value Option
EMT					
Resolução 4131 - Bank of America ML	28.235	VC + (Libor + 1,60%) x 117,65%	CDI + 1,70%	15/06/2020	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.351	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
EMS					
Resolução 4131 - Citibank	14.429	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	14.429	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,55%	26/05/2022	Fair Value Option
ETO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	65.030	VC + 4,04%	CDI + 2,72%	13/04/2020	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	11.196	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.196	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,56%	16/05/2022	Fair Value Option
EBO					
Resolução 4131 - Itaú BBA	6.061	VC + 5,71%	CDI + 3,35%	02/07/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.135	VC + (Libor + 0,97%) x 117,65%	116,00% CDI	13/11/2020	Fair Value Option
ECOM					
Resolução 4131 - Itaú BBA	9.953	VC + 5,71%	CDI + 3,55%	05/07/2018	Fair Value Option
ENERGISA SUL SULDESTE					
Resolução 4131 - Itaú BBA	7.663	VC + 5,05%	CDI + 2,95%	26/02/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - BBM	6.309	V.C. + 3.68%	CDI + 1,65%	30/04/2018	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	VC + (Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	6.857	VC + (Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option

(*) Estas operações possuíam, originalmente, uma opção de compra com limitador atrelado ao swap. Estas operações foram revertidas, minimizando assim a exposição à variação do câmbio.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI, TJLP, dentre outras) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Controladora					
Santander X ESA	271.430	IPCA + 6,15%	IPCA + 5,85% + (TJLP-5,50%)	15/07/2019	Não Aplicável
HSBC X ESA	141.600	100,00% CDI	96,00% CDI + (TJLP-5,50%)	27/04/2018	Não Aplicável
HSBC X ESA	175.000	Pré 9,63%	102,65% CDI	15/06/2022	Não Aplicável
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	39.771	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ETO	35.696	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	9.526	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	1.775	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ETO	3.304	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	24.647	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	18.397	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	22.121	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESS	16.511	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	8.580	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	1.599	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESS	2.977	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	10.762	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	2.006	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMS	3.733	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	8.392	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2020	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMG	7.532	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	3.636	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	0,678	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMG	1.261	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	15.173	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EPB	13.618	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	11.635	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	2.169	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EPB	4.035	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	9.333	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X ESE	8.376	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	14/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	7.126	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	1.328	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X ESE	2.472	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia e suas controladas, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 2017 e 2016:

- Controladora

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2017	2016		2017	2016
Swap de Juros	493.639	716.600	Posição Ativa		
			Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	629.803	787.233
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(631.629)	(804.352)
			Posição Total Swap	(1.826)	(17.119)

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2017	2016		2017	2016
Dívida (Objeto de Hedge)*	89.700	179.400	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(83.477)	(162.893)
Posição Ativa					
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	83.245	165.365
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	89.700	179.400	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(90.831)	(185.159)
			Posição Líquida Swap	(7.586)	(19.793)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(91.063)	(182.686)

• **Consolidado**

Derivativos	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2017	2016		2017	2016
			Posição Ativa		
Swap de Juros	493.639	716.600	Taxa de Juros Pré-fixada, CDI e IPCA	629.803	787.233
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI + TJLP e IPCA	(631.629)	(804.352)
			Posição Total Swap	(1.826)	(17.119)

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2017	2016		2017	2016
Dívida designada para “Fair Value Option”	988.946	534.602	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.004.803)	(522.906)
Posição Ativa					
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	1.004.803	522.906
Posição Passiva					
Swap Cambial (Derivativo)	988.946	534.602	Taxa de Juros CDI	(1.002.333)	(596.119)
			Posição Líquida Swap	2.470	(73.213)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(1.002.333)	(596.119)

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 2017 e 2016:

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pelas controladas em 31 de dezembro de 2017 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 21 e 22 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não têm por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e de suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, como segue:

Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2017, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(1.631.282)	(1.526.279)	(1.937.663)	(2.349.047)
Variação Dívida	-	105.003	(306.381)	(717.765)
Swap Cambial				
Posição Ativa				
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	1.750.538	1.645.535	2.056.919	2.468.303
Variação - USD e LIBOR	-	(105.003)	306.381	717.765
Posição Passiva				
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(1.651.442)	(1.651.442)	(1.651.442)	(1.651.442)
Variação - Taxa de Juros CDI	-	-	-	-
Subtotal	99.096	(5.907)	405.477	816.861
Total Líquido	(1.532.186)	(1.532.186)	(1.532.186)	(1.532.186)

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2017, o que é refletido no valor presente negativo de R\$ 1.532.186, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada) maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valor presente negativo de R\$1.532.186, em ambos os casos.

Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2017, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para dois cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(963.353)		(963.353)	(963.353)	(963.353)
Variação Dívida	-		0	0	0
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	1.129.685		678.823	678.823	678.823
Variação - Taxa de Juros	-	Alta CDI	(450.862)	(450.862)	(450.862)
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(1.116.459)		(660.258)	(713.506)	(766.685)
Variação - CDI + TJLP	-		456.201	(713.506)	(106.427)
Subtotal	13.226		18.565	(34.683)	(87.862)
Total Líquido	(950.127)		(944.788)	(998.036)	(1.051.215)

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(318.639)		(318.639)	(318.639)	(318.639)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	450.862		450.862	450.862	450.862
Variação - Taxa de Juros	-	Alta TJLP	-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(456.201)		(456.201)	(461.131)	(466.040)
Variação - CDI + TJLP	-		-	(4.930)	(9.839)
Subtotal	(5.339)		(5.339)	(10.269)	(15.178)
Total Líquido	(323.978)		(323.978)	(328.908)	(333.817)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2017 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 9,94%, TJLP = 7,12% ao ano e FNE = 8,0% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2.741.130	Alta CDI	185.026	231.283	277.539
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(1.651.442)	Alta CDI	(111.472)	(147.703)	(177.243)
	(3.162.637)	Alta CDI	(213.480)	(266.850)	(320.220)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(574.978)	Alta TJLP	(40.248)	(50.310)	(60.372)
	(2.011.798)	Alta IPCA	(59.348)	(74.185)	(89.022)
	(367.942)	Alta SELIC	(24.689)	(30.861)	(37.034)
	(644.721)	Alta TR	(3.868)	(4.835)	(5.802)
Subtotal (2)	(8.413.518)		(453.105)	(574.744)	(689.693)
Total -perdas (2)	(5.672.388)	-	(268.079)	(343.461)	(412.154)

(1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2018 (6,75% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2017, TJLP 7,00% ao ano, Selic 6,75% ao ano, TR 0,60% ao ano, IPCA 2,95% e FNE 8,0% ao ano.

(2) Não incluem as demais operações pré-fixadas no valor de R\$578.680.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

38. Benefícios pós-emprego

Benefício definido:

Segue a composição dos saldos do déficit atuarial dos planos de pensão:

SalDOS dos planos	Plano de Pensão				Prêmio Aposentadoria		Plano de Saúde		Total	
	Benefício Definido		Plano Saldado							
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Inergus (1)	(220.282)	(183.866)	(25.692)	(21.927)	-	-	-	-	(245.974)	(205.793)
Funasa	(107.754)	(86.479)	-	-	-	-	-	-	(107.754)	(86.479)
Cagipe	-	-	-	-	-	-	(29.328)	-	(29.328)	-
Redeprev	(29.558)	(21.699)	-	-	-	-	-	-	(29.558)	(21.699)
Unimed (Cuiabá e CNU)	-	-	-	-	-	-	(39.812)	-	(39.812)	-
Outros	-	-	-	-	(21.824)	(11.313)	-	-	(21.824)	(11.313)
Total	(357.594)	(292.044)	(25.692)	-21.927	(21.824)	(11.312)	(69.140)	-	(474.250)	325.284
Circulante									(46.583)	(48.549)
Não circulante									(427.667)	(276.735)

- (1) A controlada Energisa Sergipe Distribuidora de Energisa S/A firmou com o INERGUS contrato de assunção de dívida em 31 de janeiro de 2016 no montante de R\$13.753, correspondente ao valor dos recursos necessários para equacionar o déficit técnico e à capitalização das demais insuficiências de reservas matemáticas do Plano Saldado INERGUS - PSI. O valor da dívida foi parcelado em 287 parcelas de R\$85 atualizado pela (Tabela SAC com juros apurado e pagos mensalmente), caso os juros sejam inferiores a taxa atuarial, será utilizado à taxa atuarial para cálculo da parcela mensal a ser paga.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 monta em R\$13.184 (R\$13.485 em 2016), registrado em empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 21).

As controladas são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade benefício definido, sendo vedado o ingresso de novos participantes e os atuais neles inscrito estão na condição de assistidos. O Plano de Benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

Os saldos reconhecidos no resultado, que compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações, foram determinados pelo Método de Crédito Unitário Projetado. Já os saldos reconhecidos no balanço foram mensurados com base no valor presente dos desembolsos futuros menos o valor justo dos ativos do plano.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses Planos foi de R\$31.558 (R\$20.916 em 2016) no consolidado.

Energisa PB (Funasa) e Energisa SE (Inergus)

Os referidos Planos tiveram aprovação da Secretaria de Previdência Privada com as seguintes alterações:

- (a) Fechamento dos Planos de Benefícios Definido (BD) para novos participantes;
- (b) Criação dos Planos Saldados (PS) para o qual puderam migrar os atuais participantes ativos; e
- (c) Criação dos Planos de Contribuição Definida (CD) para o qual poderão migrar todos os atuais participantes ativos que tenham migrado concomitantemente para os planos (PS).

Os participantes que optaram pela migração para os planos (PS) fazem jus, quando de sua aposentadoria, de um benefício proporcional que foi calculado com base nas reservas matemáticas apuradas na data de migração e serão reajustadas até a data da concessão dos benefícios. O total dos benefícios proporcionais apurados no momento da implantação dos planos foi objeto de contrato de assunção de dívida pelas patrocinadoras Energisa Sergipe e Energisa Paraíba com os respectivos fundos patrocinados - Inergus e Funasa, respectivamente, já totalmente liquidados. Em função de suas características, os planos (PS) não serão objeto de contribuições mensais dos participantes ou patrocinadoras, sendo que qualquer eventual desequilíbrio atuarial deverá ser suportado pelas patrocinadoras.

Os planos (CD) se caracterizam por serem conhecidos os valores das contribuições, sendo que o valor dos benefícios dependerá do acúmulo da poupança realizada pelos participantes e pelas patrocinadoras e dos

resultados financeiros obtidos dos investimentos realizados pelos administradores dos planos. Dessa forma, os planos nessa modalidade não geram para as patrocinadoras, passivos em razão de desequilíbrio atuarial.

Energisa MG (Bradesco)

A controlada EMG também possui plano de benefícios definidos, sendo vedado o ingresso de novos participantes a partir de seu fechamento em 19/11/1997. Atualmente, somente 22 participantes permanecem inscritos na condição de assistidos e pensionistas. Esse plano é administrado pelo Bradesco e encontra-se superavitário.

Energisa BO (Brasil BB Prev)

A controlada BO possui plano de benefício definido administrado pela Brasil Previdência que sempre demonstrou ser superavitário.

Energisa MT, Energisa TO e Energisa Sul Sudeste (Redeprev) e Energisa MS (Energisaprev)

As controladas patrocinam, em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, planos de benefícios de aposentadoria e pensão, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da Redeprev - Fundação Rede de Previdência, Fundação Enersul e Energisaprev entidades fechadas de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

Os planos de benefício instituídos pelos controlados são:

i. Plano de Benefícios BD-I:

Está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos participantes ativos, participantes assistidos e patrocinadora. O plano encontra-se em extinção para novas adesões. Asseguram benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/velhice, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

ii. Plano de Benefícios - R:

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 880, de 12/01/2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, EMT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Assegura os seguintes benefícios de risco estruturado: suplementação da aposentadoria por invalidez, suplementação do auxílio-doença, suplementação da pensão por morte e pecúlio por morte.

Os benefícios são custeados exclusivamente pelas controladas e de forma solidária com as demais patrocinadoras e as empresas do grupo Rede Energia Participações S.A.

iii. Plano de Benefício - OP:

Instituído em 1/1/1999 assegura o benefício de Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida e o valor da Renda Mensal Vitalícia está sempre vinculado ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

O custeio do plano é feito pelos participantes ativos e pela patrocinadora. Os participantes contribuem, a sua escolha, com um percentual de 2% a 20% do salário contribuição e a patrocinadora, por sua vez, contribui com um adicional de 10% sobre o valor contribuído pelos participantes.

Plano de benefícios e contribuições definidas

As controladas possuem plano de contribuição definida, conforme segue:

Empresas	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/ folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2017	2016		2017	2016
Energisa S/A	CD	719	351	1,87%	(4.333)	(2.252)
Energisa MG	CD	808	611	2,53%	(7.030)	(4.475)
Energisa NF	CD	107	125	2,02%	(13.390)	(2.167)
Energisa Soluções	CD	361	571	1,29%	(2.157)	(1.013)
Energisa SE	PS	555	605	1,31%	7.340	(3.418)
Energisa SE	BD	92	243	0,22%	(25.692)	(21.927)
Energisa SE	CD	2.353	1.209	5,55%	(220.282)	(183.866)
Energisa PB	PS	594	561	0,92%	-	-
Energisa PB	BD	11.496	10.843	17,72%	-	-
Energisa PB	CD	789	743	1,22%	(107.754)	(86.479)
Energisa BO	BD	46	71	0,49%	1.140	1.694
Energisa BO	CD	144	-	1,55%	-	-
Energisa COM	CD	98	49	4,49%	(62)	(65)
Energisa Planejamento	CD	20	27	5,76%	(10)	(83)
Energisa MT	BD/CV	4.229	267	3,36%	(20.863)	(17.144)
Energisa MT	CD	294	-	0,23%	-	-
Sobradinho	CD	-	-	-	(7)	(6)
Energisa MS	BD	4.221	4.205	4,92%	(66)	(143)
Energisa MS	CD	287	-	0,33%	-	-
Energisa TO	BD	2.192	177	3,53%	(1.874)	(1.204)
Energisa TO	CD	210	-	0,34%	-	(574)
ESS	BD	1.850	258	3,59%	(2.644)	(449)
ESS	CD	92	-	0,34%	-	-

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC - Secretaria de Previdência Complementar são determinadas por atuários externos, os quais emitiram pareceres, sem apresentar comentários que representem qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pelas administrações dos planos.

Segue posição atuarial dos ativos e passivos relacionados aos planos de aposentadorias, em 2017 e 2016, de acordo com as regras do CPC 33 R (IAS 19 R). O Método da Unidade de Crédito Projetada foi utilizado para apuração da obrigação atuarial:

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e passivos dos planos de pensão:

	Benefício definido	
	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais	(513.923)	(451.391)
Valor justo dos ativos do plano	185.138	171.225
Redução dos ativos do plano	(3.383)	(3.770)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos/ Passivo líquido	<u>(332.168)</u>	<u>(283.936)</u>

Conciliação da posição dos fundos

Consolidado	Benefício definido	
	2017	2016
Saldo início exercício 2016 e 2015	428.091	355.664
Custo do serviço corrente	1.265	1.061
Custo dos juros	48.973	45.770
Benefícios pagos	(36.102)	(36.749)
Ganhos/Perdas atuariais	42.868	62.345
Saldo final exercício 2017 e 2016	<u>485.095</u>	<u>428.091</u>
Valor justo dos ativos do plano		
Saldo início exercício 2016 e 2015	475.801	384.059
Retorno esperado	54.987	49.698
Contribuições efetuadas (participantes e empresa)	3.392	2.721
Benefícios pagos	(36.102)	(36.747)
Contribuição empregador	-	3.093
Ganhos/Perdas atuariais	26.711	72.977
Saldo final exercício 2017 e 2016	<u>524.789</u>	<u>475.801</u>
Posição líquida	<u>39.694</u>	<u>28.396</u>

Os valores reconhecidos no resultado relativos a esses planos de benefícios definidos são apresentados a seguir

	Consolidado
	BD, PS
Custo do serviço corrente	1.028
Custo dos juros	47.796
Custo do serviço prestado	10.743
Rendimento esperado do ativo do plano	(17.737)
Juros sobre o teto do ativo	321
Despesas previstas para 2018	42.151

Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos:

	2017			2016		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Investimentos:						
Títulos públicos	71,93%	73,10%	63,17%	54,26%	48,01%	62,15%
Créditos privados e depósitos	10,86%	11,51%	10,95%	29,43%	32,27%	8,61%
Ações	0,00%	0,00%	0,00%	0,45%	1,35%	0,53%
Fundos de investimento	16,14%	12,72%	17,82%	7,77%	7,05%	6,91%
Empréstimos e financiamentos	1,05%	1,22%	2,55%	6,59%	5,89%	20,98%
Operações compromissadas	0,03%	0,01%	0,00%	0,22%	4,19%	0,79%
Investimento imobiliário	0,00%	1,44%	5,47%	1,01%	0,96%	0,00%
Outros	0,00%	0,00%	0,04%	0,27%	0,28%	0,03%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2017												Avaliação atuarial 2016
	Inergus		Funasa		EnergisaPrev			Enersul			Prêmio aposentadoria (*)	Prêmio aposentadoria Energisa SE	
	Benefício Definido	Plano Saldado	Beneício Definido	Plano Saldado	Plano BD Elétricas	Plano OP - Elétricas	Plano R	Plano I	Plano II	Plano R			
Taxa de desconto atuarial	5,14%	5,28%	5,14%	5,28%	5,14%	5,14%	5,28%	5,14%	5,14%	5,28%	5,28%	5,28%	6,10%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos	9,35%	9,49%	9,35%	9,49%	9,35%	9,35%	9,49%	9,35%	9,35%	9,49%	9,49%	9,49%	11,94%
Taxa de crescimento salarial (*)	7% -		7,43% -		7,38% -		7,38% -		7,95%	7,38%	7,38%	7,12%	8,67%
Taxa de inflação projetada	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	4%	5,50%
Tábua de mortalidade Geral	AT 2000 Suav. 10% por sexo		BR-EMS 2015 por sexo		BR-EMS 2015 por sexo			BR-EMS 2015 por sexo			BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	AT 2000 Suav. 10% por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo		MI-85 por sexo		MI-85 por sexo			MI-85 por sexo			-	-	MI-85 por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Light média		Light média		Light média			Light média			Light média	Light média	Light média

(*) ECO, EMG, ENF, EPLANEJ, ESA, ESO e SOBRADINHO

Uso de estimativas: os compromissos atuariais com os planos de suplementação de aposentadoria e pensões são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com a Deliberação CVM 695 de 13 de dezembro de 2012 e as regras contábeis estabelecidas no Pronunciamento Técnico

CPC nº33 R1 (IAS 19) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os superávits com planos de benefícios a empregados não são contabilizados, devido as restrições na sua utilização.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Prêmio aposentadoria

A Companhia e suas controladas Energisa MG, Energisa NF, Energisa Soluções S/A, Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A, Energisa Comercializadora S/A e Energisa SE em Acordo Coletivo de Trabalho, concederam aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

Os participantes do Plano CD que na data da aposentadoria requerida, apresentarem valores depositados pela patrocinadora em suas contas individuais, montantes superiores aos 15 salários base, não fazem jus ao prêmio.

Abaixo são apresentados a conciliação dos ativos e passivos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos ativos e passivos reconhecidos no balanço:

	Consolidado	
	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	21.824	11.312
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Passivo atuarial líquido a ser provisionado	21.824	11.312

A seguir está demonstrada a movimentação do passivo atuarial líquido:

	Consolidado	
	2017	2016
Passivo atuarial líquido no início do ano	11.312	3.100
Saldos de planos descontinuados	(379)	(472)
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	2.485	1.382
Outros resultados abrangentes	8.406	7.302
Passivo atuarial líquido no final do ano	21.824	11.312

Conciliação do valor presente das obrigações em 2017

	Consolidado	
	2017	2016
Valor presente das obrigações no início do ano	11.312	10.054
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.466	1.029
Juros sobre obrigação atuarial	1.258	1.202
Benefícios pagos no ano	(619)	(656)
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	8.407	(317)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	21.824	11.312

Demonstração das despesas para os exercícios de 2018 e 2017, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	Consolidado	
	2018	2017
Custo do serviço corrente (com juros)	2.421	1.465
Juros sobre as obrigações atuariais	1.924	1.258
Rendimentos esperados dos ativos do plano	-	-
Remensuração do custo financeiro	-	-
Valor das obrigações calculadas no final do ano	4.345	2.723

Plano de saúde

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo as controladas, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados.

Plano de Benefício Assistencial - a Companhia e suas controladas mantém um plano de benefício pós emprego de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela Seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro; e em função da sinistralidade, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas pela inflação (INPC).

A Companhia e as controladas EMG e a ESOL, possuem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários, a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

Em 2017, as despesas com esse benefício foram de R\$1.394 (R\$903 em 2016) na controladora e R\$57.038 (R\$55.433 em 2016) no consolidado.

Abaixo são apresentados a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo (ativo) atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

	Consolidado
	2017
Valor presente das obrigações no início do ano	45.006
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	1.221
Juros sobre obrigação atuarial	5.257
Perdas (ganhos) atuarial sobre a obrigação atuarial	17.656
Valor das obrigações calculadas no final do ano	69.140
Circulante	8.660
Não Circulante	60.480

Demonstração das despesas para os exercícios de 2018, segundo critérios do CPC33 (IAS 19):

	Consolidado
	2018
Custo do serviço corrente (com juros)	2.208
Juros sobre as obrigações atuariais	6.452
Valor das obrigações calculadas no final do ano	8.660

Premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Taxas ao ano	Avaliação atuarial 2017		
	Unimed Cuiabá	CNU	CAGIPE
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,28%	5,28%	5,28%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,49%	9,49%	9,49%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	7,12%	7,12%	7,12%
Taxa de Rotatividade	19,20%	18,40%	6,70%
Permanência no Plano na aposentadoria	50,00%	50,00%	70,00%
Fator de Envelhecimento	2,00%	2,00%	2,00%
Tábua de mortalidade Geral	BR-EMS 2015 por sexo		
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 por sexo		
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (Média)		

39. Compromissos - consolidados

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

	Contrato de venda de energia - reais mil					
	Vigência	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	2018 a 2027	842.218	521.608	272.522	76.520	16.670

As controladas possuem os seguintes compromissos relacionados a contratos de curto e longo prazo com a compra de energia:

	Contrato de compra de energia- reais mil (*)					
	Vigência	2018	2019	2020	2021	Após 2021
Energisa Nova Friburgo Distribuidora Energia S/A	2018 a 2026	73.849	75.819	78.056	80.310	532.600
Energisa Minas Gerais Distribuidora Energia S/A	2018 a 2048	219.581	231.942	225.095	220.776	4.045.559
Energisa Paraíba Distribuidora Energia S/A	2018 a 2048	649.253	657.954	580.299	592.533	9.102.057
Energisa Sergipe Distribuidora Energia S/A	2018 a 2048	491.067	475.279	404.064	409.704	6.808.310
Energisa Borborema Distribuidora Energia S/A	2018 a 2048	99.220	99.721	88.887	88.999	1.392.730
Energisa Mato Grosso Distribuidora Energia S/A	2018 a 2048	1.245.841	1.401.013	1.419.794	1.449.365	19.296.104
Energisa Tocantins Distribuidora Energia S/A	2018 a 2048	443.318	470.435	356.162	363.097	6.635.017
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora S/A	2018 a 2048	688.998	695.241	673.576	689.066	11.752.322
Energisa Sul - Sudeste Distribuidora Energia S/A	2018 a 2026	413.837	425.981	385.957	393.518	7.849.123
Energisa Comercializadora de Energia Ltda.	2017 a 2027	835.245	525.123	255.860	77.271	14.605
		5.160.209	5.058.508	4.467.750	4.364.639	67.428.427

(*) Não inclui os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente findo do exercício de 2017 e foram homologados pela ANEEL.

40. Meio ambiente (*)

A Companhia e suas controladas tratam os impactos sociais e ambientais de seus produtos, serviços, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

Em 2017, pensando em investimento com sustentabilidade, foi projetado novo prédio que o Grupo Energisa está construindo em Cataguases para atender à Central de Serviços Energisa - CSE. A construção pensada, a partir das melhores práticas sustentáveis, com conforto e condições eficientes de trabalho, engloba:

- Uso de lâmpadas LED, que são mais eficientes e consomem menos energia;
- Captação e aproveitamento da água de chuva;
- Descarte adequado dos resíduos sólidos;
- Uso racional dos recursos naturais com redução de custos de água e energia;
- Aproveitamento da iluminação natural com instalação de vidros com películas, chapas metálicas perfuradas e brises.

No exercício de 2017, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$3.175 alocados no ativo imobilizado, na controladora, R\$71.933 (R\$52.746 em 2016), sendo R\$44.386 (R\$45.687 em 2016) alocados no ativo imobilizado ou intangível e R\$27.547 (R\$7.059 em 2016) no consolidado.

(*) informações fora do escopo dos auditores independentes.

41. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	2017	2016
Outras transações não caixa		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	765.493	527.173
Contas a receber da concessão - Ativo financeiro indenizável da concessão	211.384	125.095
Atividades operacionais		
Pagamento de Fornecedores	120.363	91.779
Estoques - transferência para o intangível	2.791	2.728
Incorporação de redes - transferência para obrigações especiais	51.778	49.464
Outras contas a receber - Governo do Estado de Tocantins	35.107	-
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	120.363	91.779
Obrigações especiais - transferência para incorporação de redes	51.778	49.464
Intangível - transferência para estoques	2.791	2.728
Atividades de financiamento		
Dividendos compensados Governo do Estado de Tocantins	35.107	-
Venda da aeronave		
Atividades operacionais		
Outras Contas a Receber	11.630	-
Depósitos e Cauções Vinculados	9.661	-
Impostos a recuperar	5.620	-
Tributos e contribuições sociais	3.593	-
Atividades de investimentos		
Intangível	1.718	-
Atividades de financiamento		
Arrendamento mercantil	32.222	-

42. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício - controladora	558.612	154.717
Média ponderada das ações	1.729.827	1.522.265
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	0,3229	0,1016
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - operação continuada - R\$	0,32293	0,1355
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - operação descontinuada - R\$	-	(0,0338)
Lucro do exercício - consolidado	572.582	195.786
Resultado da operação continuada:	572.582	247.266
Acionistas da controladora	588.612	154.717
Acionistas não controladores	13.970	41.069
Resultado da operação descontinuada:	-	(51.480)
Acionistas da controladora	588.612	154.717
Acionistas não controladores	13.970	41.069

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

43. Eventos subsequentes

1. Bandeiras tarifárias

A Aneel definiu a aplicação da Bandeira Verde para os meses de janeiro a março de 2018, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

2. Homologação reajuste tarifário:

Em 30 de janeiro de 2018, a ANEEL através da Resolução N° 2.367, Nota Técnica nº 17/2018-SGT/ANEEL, homologou o reajuste tarifário da controlada Energisa Borborema a vigorar a partir de 04 de fevereiro de 2018. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 18,21%.

Nível de Tensão	Efeito Médio para o Consumidor da EBO
Baixa Tensão	+16,83%
Alta e Média Tensão	+21,54%
Total	+18,21%

3. Empréstimos Contratados

- Em 16 de Janeiro de 2018 a controlada indireta EMT captou junto ao Bank Of América N.A., R\$80.000 em moeda estrangeira com vencimento em 15/01/2021, indexado pela taxa Libor com spread de 1,20% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,43% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.
- Em 16 de Janeiro de 2018 a controlada direta EPB captou junto ao Citibank N.A., R\$60.000 em moeda estrangeira com vencimento em 19/01/2021, indexado pela taxa Libor com spread de 0,73% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,43% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.
- Em 16 de Janeiro de 2018 a controlada direta ESE captou junto ao Citibank N.A., R\$200.000 em moeda estrangeira com vencimento em 19/01/2021, indexado pela taxa Libor com spread de 0,73% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,43% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.
- Em 31 de Janeiro de 2018 a controlada direta ESE captou junto ao Bank Of América N.A., R\$110.000 em moeda estrangeira com vencimento em 29/01/2021, indexado pela taxa Libor com spread de 1,20% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,48% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.
- Em 31 de Janeiro de 2018 a controlada indireta ETO captou junto ao Bank Of América N.A., R\$100.000 em moeda estrangeira com vencimento em 29/01/2021, indexado pela taxa Libor com spread de 1,20% a.a. A Companhia realizou swap para a taxa de CDI + 1,47% a.a., retirando-se o risco cambial da operação.

4. Empréstimos Liquidados Antecipadamente

- Em 08 de Fevereiro de 2018 a controlada indireta ESS efetuou a liquidação antecipada junto ao Itaú Unibanco S/A dos financiamentos contratados junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR que venceriam em Novembro de 2021 no valor de R\$71.753.
- Em 08 de Fevereiro de 2018 a controlada direta EBO efetuou a liquidação antecipada junto ao Itaú Unibanco S/A e ao Banco Bradesco S/A dos financiamentos contratados junto ao BNDES Participações S.A - BNDESPAR que venceriam em Novembro de 2021 no valor de R\$9.583.

5. Controladora Energisa aumenta participação societária na EMT

A Energisa S/A, controladora indireta da Energisa Mato Grosso ("EMT"), realizou leilão de oferta pública voluntária para a aquisição de até a totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da controlada EMT, conforme edital da oferta publicado em 8 de dezembro de 2017 e aditado em 27 de dezembro de 2017. Em decorrência, em 16 de janeiro e 2 de fevereiro de 2018, foram adquiridas pela Energisa 61.742.613 ações de emissão da EMT, pelo valor de R\$ 531.300, elevando-se a sua participação, direta e indireta, nessa Companhia de 66,61% para 95,61%, conforme demonstrativos a seguir:

Energisa Mato Grosso - Distribuição do Capital Social - Antes da Oferta

Acionistas	Quantidade de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Rede Energia Participações S/A	53.180.038	72,38	69.600.226	49,92	122.780.264	57,67
Energisa S/A	3.626.634	4,94	15.399.302	11,04	19.025.936	8,94
Outros acionistas	16.671.439	22,68	54.433.007	39,04	71.104.446	33,39
Total do capital social	73.478.111	100,00	139.432.535	100,00	212.910.646	100,00

Energisa Mato Grosso - Distribuição do Capital Social - Após leilões em 16/01/2018 e 02/02/2018

Acionistas	Quantidade de Ações					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Rede Energia Participações S/A	53.180.038	72,38	69.600.226	49,92	122.780.264	57,67
Energisa S/A	15.670.265	21,33	65.098.284	46,69	80.768.549	37,94
Outros acionistas	4.627.808	6,29	4.734.025	3,39	9.361.833	4,39
Total do capital social	73.478.111	100,00	139.432.535	100,00	212.910.646	100,00

Os acionistas titulares das ações da EMT remanescentes em circulação terão o direito de, até 16 de abril de 2018, inclusive, venderem suas ações à Companhia, pelo preço por ação de R\$8,60, atualizado pela variação da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil, publicada pelo Banco Central do Brasil (Taxa SELIC), desde a data de liquidação do leilão até a data do efetivo pagamento, e, eventualmente, ajustado pelos pagamentos ou direitos de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

6. Resgate antecipado da 5ª emissão de debêntures

A Energisa Mato Grosso, controlada indireta realizou, em 16 de janeiro de 2018, o resgate antecipado total da sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória. O valor do resgate atingiu R\$ 228.363, equivalentes ao saldo do valor nominal unitário das debêntures acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento de remuneração, bem como dos encargos moratórios e do prêmio de resgate.

7. Distribuição de dividendos intercalares

Em 23 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta lucro líquido no valor de R\$172.983. Esse montante corresponde a R\$0,10 por ação de emissão da Companhia (ordinária e preferencial) e R\$0,50 por certificado de depósito de ações (Unit). Os pagamentos serão efetuados a partir do dia 1 de março com base na posição acionária de 28 de fevereiro de 2018.

8. Emissão de debêntures

- Conselho de Administração da controlada direta Energisa Paraíba, aprovou no dia 22 de janeiro de 2018 a realização de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R\$180.000. Em Março de 2018 foram realizadas a 4ª Emissão das debentures com Série Única em moeda corrente com vencimento em 15/02/2021 e remuneração de CDI mais 1,00% ao ano.
- O Conselho de Administração da controlada indireta Energisa Mato Grosso, aprovou no dia 22 de janeiro de 2018 a realização de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R\$470.000. Em 07 de Março de 2018 foram realizadas a 8ª Emissão das debêntures com Série Única em moeda corrente com vencimento em 15/02/2021 e remuneração de CDI mais 1,10% ao ano.
- O Conselho de Administração da controlada indireta Energisa Mato Grosso do Sul aprovou no dia 22 de janeiro de 2018 a realização emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie

quirografia, com garantia adicional fidejussória, em série única no valor de R\$150.000. Em 07 de Março de 2018 foram realizadas a 10ª Emissão das debentures com Série Única em moeda corrente com vencimento em 15/02/2021 e remuneração de CDI mais 0,95% ao ano.

9. Liquidação Swap Antecipado

Em 02 de Março de 2018 a companhia liquidou antecipadamente sua posição de Swap com HSBC/Bradesco que venceria em Junho de 2020 no valor de R\$4.662.